



Materialidade e os utilizadores da informação financeira

Pedro Emanuel Barbosa Rios

Dissertação de Mestrado

Mestrado em Auditoria

Esta versão contém as críticas e sugestões dos elementos do júri

Porto, outubro de 2018

INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO

POLITÉCNICO DO PORTO



Materialidade e os utilizadores da informação financeira

Pedro Emanuel Barbosa Rios

Dissertação de Mestrado

**Apresentado ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do
Porto para a obtenção do grau de Mestre em Auditoria, sob orientação
de Professora Doutora Alcina Sena Portugal Dias**

Esta dissertação foi escrita ao abrigo do novo acordo ortográfico

Porto, outubro de 2018

**INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO
POLITÉCNICO DO PORTO**

Resumo

A auditoria é um processo pelo qual é realizado um exame, tendo por base normas técnicas internacionais e, visa garantir aos destinatários da informação financeira um maior grau de confiança da informação financeira.

A Materialidade faz parte do processo de auditoria e pode ser entendida como uma matéria de julgamento profissional do auditor e de difícil aplicação prática. Materialidade está inteiramente ligada às definições “materialmente relevante” e “informação material” e estas, estando mencionadas no relatório de auditoria, deverão ser compreendidas pelos utilizadores da informação financeira. Assim, este trabalho pretende aferir as expectativas dos *stakeholders* face ao conceito de materialidade. Por outro lado, será também realizado um estudo, tendo como objetivo compreender os gestores de topo face ao custo/benefício da auditoria.

Por fim, este estudo pretende compreender o trabalho dos auditores, no que concerne a fatores inesperados, designadamente no que respeita ao ambiente organizacional. Assim, tendo por base os objetivos de trabalho definidos, será feita uma revisão da literatura que irá considerar:

- I. O auditor e a sua função;
- II. Conhecimento da organização e do negócio;
- III. Desenvolvimento do conceito de Materialidade;
- IV. Materialidade e o risco;

Seguidamente, serão apresentadas duas metodologias designadamente, a metodologia de teor quantitativo e a de teor qualitativo (capítulo V). A parte quantitativa contemplará respostas obtidas de auditores, consultores, representantes de entidades reguladoras, investigadores e professores universitários. Na metodologia qualitativa, serão apresentadas duas entrevistas sobre as mesmas matérias.

Por fim, é realizada a conclusão do estudo, em que, para além das conclusões obtidas, serão mencionados os problemas e obstáculos encontrados e as possibilidades de investigação futura.

Palavras-chave: Auditoria Financeira, Materialidade, *stakeholders*, Revisor Oficial de Contas

Abstract

Auditing is a process in which an examination is conducted based on international technical standards, and aims to ensure recipients of financial information a higher degree of confidence in the financial information.

Materiality is part of the audit process and can be understood as a matter of professional judgment of the auditor and of difficult practical application. Materiality is entirely linked to the definitions of "materially relevant" and "material information", which are mentioned in the audit report and should be understood by the users of the financial information. Therefore, this work aims to assess the expectations of stakeholders regarding the concept of materiality. Additionally, a study aiming to understand the top managers (Chairperson and CEO) when considering the cost/benefit of the audit will also be carried out.

Finally, this study intends to understand the auditors' work in relation to unexpected factors, namely those concerning the organisational environment. Thus, based on the work objectives defined, a review of the literature will be carried out and will consider:

- I. The auditor and his role;
- II. Knowledge of organisation and business;
- III. Development of the concept of Materiality;
- IV. Materiality and risk;

Next, two methodologies will be presented, namely: the quantitative and qualitative (chapter V). The quantitative part will include responses from auditors, consultants, representatives of regulatory bodies, researchers and university professors. In the qualitative methodology, two interviews on the same subjects will be presented.

Finally, the study is concluded, in which, in addition to the conclusions obtained, the problems and obstacles encountered and the possibilities of future research will be mentioned.

Keywords: Financial Audit, Materiality, Stakeholders, Statutory Auditor

Agradecimentos

O Mestrado em Auditoria representa para mim uma meta de que me orgulho muito, por tudo o que aprendi, pela qualidade dos professores, pelos meus colegas e pelo ISCAP, uma escola de referência na área das ciências económicas.

Quero, em primeiro lugar, expressar o meu muito obrigado à Professora Alcina Portugal Dias, pois este trabalho não seria possível sem o seu apoio. Obrigado pelo seu trabalho, pelo que aprendi, pela sua paciência e pela sua dedicação. Obrigado pela sua preocupação em oferecer o melhor conhecimento a mim e aos meus colegas. Uma professora de excelência.

Quero expressar o meu muito obrigado à Professora Maria do Céu Ribeiro que teve também um papel muito importante, tanto para este trabalho de dissertação como em toda a formação do mestrado. Foi um privilégio ter sido seu aluno.

O meu agradecimento ao auditor entrevistado e à instituição que representa, não só pela sua disponibilidade para a realização da entrevista que apresento neste trabalho, mas também, pela qualidade de conhecimentos que me foram transmitidos.

O meu muito obrigado ao gestor institucional entrevistado e à organização que representa, não só, pela realização da entrevista que apresento neste estudo, mas também pela partilha de bons conhecimentos organizacionais, éticos, de responsabilidade e de compromisso.

Quero, ainda, agradecer a todos os meus professores pela dedicação e qualidade de ensino disponibilizados ao longo destes dois últimos anos.

A qualidade deste trabalho também se deve à professora Sandra Gonçalves. Agradeço-lhe a sua disponibilidade na leitura e propostas de melhoria deste trabalho.

O meu profundo agradecimento ao meu amigo José Ribeiro pelo seu apoio, pela sua crítica construtiva e enriquecedora que teve para este trabalho.

A todos os meus colegas de turma, pelo compromisso e entreaajuda que tiveram para comigo.

O meu profundo agradecimento à minha família que esteve sempre do meu lado.

Aos meus amigos que estiveram sempre comigo, Rita, Tiago, Marisa, Luís Sousa, João Lima, Marco Rodrigues, Casimiro, Sara Graça, Ângela, Rafael Cunha, Edgar, Nilson, Célia, Álvaro, Eurico, Armando, Paulo, Sónia Gomes e Ricardo Silva.

Lista de Abreviaturas

AICPA – *American Institute of Certified Public Accountants*

Big Four auditors – Deloitte, PwC, EY e KPMG

CI – Controlo Interno

CC – Contabilista Certificado

CLC – Certificação Legal das Contas

DF – Demonstrações Financeiras

DR – Demonstração dos Resultados

DRA – Diretriz de Revisão / Auditoria

IAS – *International Accounting Standard*

IAASB – *International Auditing and Assurance Standards Board*

IASB – *International Accounting Standards Board*

IFAC – *International Federation of Accountants*

IFRS – *International Financial Reporting Standards*

ISA – *International Standard on Auditing*

IT – Interpretações Técnicas

IVA – Imposto Valor Acrescentado

LDA – Sociedade de Responsabilidade Limitada

ME – Materialidade de Execução

MP – Materialidade Planeada

NCRF – Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro

NIC – Normas Internacionais de Contabilidade

NTR/A – Normas Técnicas de Revisão/ Auditoria

NTRLC – Normas Técnicas de Revisão Legal de Contas

OROC – Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

RA – Risco de Auditoria

RC – Risco de Controlo

RD – Risco de Detecção

RDM – Risco de Distorção Material

RI – Risco Inerente

ROC – Revisor Oficial de Contas

SA – Sociedade Anónima

SEC – *Securities and Exchange Commission*

SCI – Sistemas de Controlo Interno

SGPS – Sociedade Gestora de Participações Sociais

SNC – Sistema de Normalização Contabilística

SNC - AP – Sistema de Normalização Contabilística na Administração Pública

SROC – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Índice	
Resumo	ii
Abstract	iii
Agradecimentos	iv
Lista de Abreviaturas	v
Introdução	1
I. O auditor e a sua função	3
II. Conhecimento da organização e do negócio	6
III. Desenvolvimento do conceito Materialidade	10
3.1 Conceito Materialidade em Auditoria.....	11
3.2 Fatores a considerar na determinação da materialidade	13
3.3 Fatores Qualitativos	14
3.4 Fatores Quantitativos	19
3.5 Materialidade e a eficiência dos mercados	23
IV. Materialidade e o risco	25
4.1 Materialidade e a sua relação com o risco	26
4.2 A revisão das normas do risco	26
4.3 Avaliação do Risco como componente do Controlo Interno	29
V. Metodologia da Investigação	31
5.1 Estudo Empírico	32
5.2 Paradigmas de Investigação em Ciências Sociais e Humanas.....	32
5.3 Abordagem Metodológica	33
5.3.1 Método quantitativo	33
5.3.2 Método qualitativo	34
5.4 Recolha de informação	36
5.5 Hipóteses de análise.....	38
5.6 Modelo de análise	44

5.7	Amostra.....	46
5.8	Análise e discussão de resultados	47
5.9	Síntese dos resultados	79
	Conclusão	81
	Referências bibliográficas	87
	Anexos.....	93
	Anexo I – Fatores quantitativos (Hayes, Dassen, Schilder e Wallage, 2004)	94
	Anexo II - Fatores qualitativos segundo Arens et al. (2005).....	95
	Anexo III - Fatores qualitativos segundo Boynton e Johnson (2006)	96
	Anexo IV - Fatores quantitativos de acordo com a OROC	97
	Apêndices	98
	Apêndice I - Legendas das escalas dos questionários.....	99
	Apêndice II – Gráfico geral – O grau de importância da materialidade em auditoria... 101	
	Apêndice III – Gráfico - Os colaboradores da área financeira entendem que a auditoria é realizada tendo em conta um nível de materialidade (6 exemplos de colaboradores)... 102	
	Apêndice IV – Gráfico – A auditoria garante um grau razoável de confiança e não uma garantia absoluta. Os colaboradores da área financeira reconhecem esta garantia (6 exemplos de colaboradores)..... 103	
	Apêndice V – Quadro da resposta da auditora interna à questão 31	104
	Apêndice VI – Resumo da entrevista a um auditor experiente de uma entidade de consultoria/auditoria, pertencente ao grupo das <i>Big Four</i> 105	
	Apêndice VII – Resumo da entrevista a um gestor de topo de um grupo internacional 110	

Índice de quadros

Quadro 1 - Resumo dos principais fatores qualitativos	15
Quadro 2 - Resumo dos principais fatores e indicadores quantitativos.....	20
Quadro 3 - A recolha de dados	36
Quadro 4 - Documentação e Entrevistas: Pontos Fortes e Pontos Fracos	37
Quadro 5 - Questionários e Entrevistas: Pontos Fortes e Pontos Fracos.....	38
Quadro 6 - Relação das questões de investigação com as hipóteses	39
Quadro 7 - Relação da hipótese 1 com as perguntas do questionário	40
Quadro 8 - Relação da hipótese 2 com as perguntas do questionário	41
Quadro 9 - Relação da hipótese 3 com as perguntas do questionário	42
Quadro 10 - Relação da hipótese 4 com as perguntas do questionário	43
Quadro 11 - Caracterização da amostra.....	46
Quadro 12 - Valoração final das questões	80
Quadro 13 - Modelo de análise e valoração das hipóteses	83
Quadro 14 - Fatores quantitativos segundo Hayes, Dassen, Schilder e Wallage (2004)	94
Quadro 15 - Fatores qualitativos segundo Arens et al. (2005)	95
Quadro 16 - Fatores qualitativos segundo Boynton e Johnson (2006).....	96
Quadro 17 - Fatores quantitativos de acordo com a OROC	97
Quadro 18 - Resposta de uma auditora interna à questão 31.....	104

Índice de Figuras

Figura 1 - Áreas e agentes que interagem com a entidade.	8
Figura 2 - Desenrolar de uma investigação quantitativa versus qualitativa	35
Figura 3 - Modelo de análise	44
Figura 4 – Modelo de análise e percentagens de contribuição	45

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Qual o grau de importância da materialidade em auditoria?	47
Gráfico 2 - Os gestores de topo entendem que a auditoria financeira é realizada tendo em conta um patamar de materialidade.....	48
Gráfico 3 - Considera importante que os gestores de topo das organizações conheçam mais sobre o processo de auditoria.	49
Gráfico 4 - A auditoria garante um grau razoável de confiança das DF e não uma garantia absoluta. Os gestores de topo reconhecem esta garantia.	50
Gráfico 5 - Os gestores deviam reconhecer a importância de uma opinião limpa.	51
Gráfico 6 - Os colaboradores da área financeira entendem que a auditoria financeira é realizada tendo em conta um nível de materialidade.	52
Gráfico 7 - A auditoria garante um grau razoável de confiança e não uma garantia absoluta. Os colaboradores da área financeira reconhecem esta garantia.	53
Gráfico 8 – O relatório de auditoria/CLC, refere “materialmente relevante”. Qual o seu nível de conhecimento desta expressão? (respostas dos gestores)	54
Gráfico 9 – Tem conhecimento de que o processo de auditoria financeira é realizado tendo em conta um nível de materialidade?	55
Gráfico 10 – Tem conhecimento de que a auditoria garante grau razoável de confiança e não uma garantia absoluta?	56
Gráfico 11 – Tem conhecimento de que a opinião sem reservas do auditor/revisor transmite uma maior fiabilidade das demonstrações financeiras?	57
Gráfico 12 - Considera importante conhecer mais sobre a auditoria?.....	59
Gráfico 13- Os gestores, quando contratam uma empresa de auditoria, consideram o custo como fator principal.	60
Gráfico 14 - Os gestores têm consciência do benefício da auditoria financeira.....	61
Gráfico 15 - Os gestores sabem que, se o auditor baixar o nível de materialidade, existe uma maior probabilidade de deteção de distorções.	62
Gráfico 16 - Os gestores sabem que, no decurso da auditoria, podem ocorrer factos que o auditor desconhecia e, desta forma, existir uma mudança no planeamento e materialidade.....	63
Gráfico 17 - Os gestores estão conscientes que o obrigará a mais horas de trabalho e, conseqüentemente, a um aumento de valores acordados.	64
Gráfico 18 – Por norma, quando contrata uma empresa de auditoria/ROC, considera o custo como fator principal?.....	65

Gráfico 19 – Tem conhecimento de que, se o auditor/ROC baixar o nível de materialidade e aumentar as horas de trabalho, existe uma maior probabilidade de deteção de fraudes e/ou erros e, assim, perceber onde melhorar os processos de Controlo Interno?	66
Gráfico 20 – Tem conhecimento de que, no decurso da auditoria, podem ocorrer novos factos que o auditor desconhecia, obrigar a uma mudança no planeamento e, conseqüentemente, a mais horas de trabalho por parte do auditor/revisor?	67
Gráfico 21 – Qual a relação do conhecimento da entidade e do negócio com o RD?	68
Gráfico 22 - A materialidade deveria ser mais rígida e haver menos julgamento.....	69
Gráfico 23 - A Lei SOX, ISA e as IFRS destinaram-se a conceber maior transparência das demonstrações financeiras. Considera que esses objetivos foram alcançados?	70
Gráfico 24 - O mau ambiente dentro da organização (desfasamento entre a gestão de topo e os colaboradores) dificulta o trabalho de auditoria. Concorda?.....	72
Gráfico 25 - Os níveis de materialidade deverão ser ponderados e revistos, caso os colaboradores não estejam a colaborar com o auditor/revisor?.....	73
Gráfico 26 - A gestão desalinhada com os interesses da organização, pode ser um motivo para rever o planeamento e o seu nível de materialidade.....	74
Gráfico 27 - Qual o grau de risco de uma materialidade mal definida, caso o auditor não consiga perceber o mau ambiente dos colaboradores com a política da gestão?	75
Gráfico 28 - O mau ambiente/descontentamento aumenta o risco de conluio entre colaboradores e entre colaboradores com entidades ou pessoas externas. Geralmente, a gestão das organizações reconhece esta relação.....	76
Gráfico 29 - Podemos dizer que o mau ambiente/descontentamento dos colaboradores é um dos principais riscos para a não deteção de distorções materiais.	77
Gráfico 30 – Tem conhecimento de que o mau ambiente/descontentamento dos colaboradores nas empresas/organizações dificulta o trabalho do auditor?	78
Gráfico 31 – Tem conhecimento de que o mau ambiente/descontentamento aumenta o risco de conluio entre colaboradores e entre colaboradores com entidades ou pessoas externas?	79
Gráfico 32 - Qual o grau de importância da materialidade em auditoria	101
Gráfico 33 – Os colaboradores da área financeira entendem que a auditoria financeira é realizada tendo em conta um nível de materialidade (6 colaboradores).....	102
Gráfico 34 - A auditoria garante um grau razoável de confiança e não uma garantia absoluta. Os colaboradores reconhecem esta garantia? (6 colaboradores)	103

Introdução

Materialidade é um conceito de julgamento profissional do auditor. Este julgamento envolve alguns fatores que condicionam a sua quantificação, entre os quais, os utilizadores da informação financeira (*stakeholders*). Assim, estes deverão conhecer a base deste conceito.

Os *stakeholders* podem ser investidores, trabalhadores, financiadores, fornecedores, clientes, governos e público em geral. No entanto, este trabalho pretende fazer uma análise específica aos gestores de topo e colaboradores das áreas financeiras das organizações sobre o que entendem pelo conceito de materialidade e as garantias da auditoria.

No mesmo sentido, o objetivo deste trabalho é também a compreensão do custo/benefício da auditoria por parte dos gestores das organizações.

Por fim, considerando o ambiente organizacional, um fator relevante no trabalho de auditoria e, tendo em conta as dificuldades que podem traduzir-se, será realizado um estudo baseado em informações por parte dos auditores, investigadores, reguladores e gestores das organizações.

Este trabalho de investigação encontra-se dividido em cinco capítulos. Os primeiros quatro capítulos têm como objetivo conhecer os fatores que condicionam a materialidade, pelo que será realizada uma revisão da literatura para compreender as teorias defendidas por autores de todo o mundo. Considerando o auditor o elemento decisor na quantificação do nível de materialidade, a importância do conhecimento da entidade e do negócio e o risco, será relevante realizar um estudo científico nesse sentido.

No quinto e último capítulo, é apresentada a metodologia de investigação, onde serão descritas as perguntas de investigação, os objetivos a atingir, a justificação do estudo empírico, o método utilizado na recolha e tratamento de dados e a caracterização da amostra. Neste capítulo, é também desenvolvido um estudo empírico, onde serão apresentadas discriminadamente as perguntas e a sua análise detalhada.

Tendo por base todo o trabalho realizado, será apresentada a conclusão do estudo, as suas limitações e as possibilidades de investigação futura.

I. O auditor e a sua função

Uma auditoria é um processo pelo qual é realizado um exame, tendo por base normas técnicas, e esta surge para garantir aos destinatários da informação financeira um maior grau de confiança da informação financeira. Assim, em 2009, o *International Federation of Accountants* (IFAC, 2009) refere na ISA 200 Clarificada § 3, “A finalidade de uma auditoria é aumentar o grau de confiança dos destinatários das demonstrações financeiras. Isto é conseguido pela expressão de uma opinião do auditor sobre se as demonstrações financeiras estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com um referencial de relato financeiro aplicável”.

Para Carlos Batista Costa (2010, pp. 49), a auditoria financeira “...tem como objeto as asserções subjacentes às demonstrações financeiras e como objetivo a expressão de uma opinião sobre estas por parte de um profissional competente e independente”.

Neste contexto, é perceptível que o principal objetivo da opinião do auditor é a credibilidade das informações financeiras. Satisfazer as necessidades dos *stakeholders* é de extrema relevância, podendo ser eles: investidores, trabalhadores, financiadores, fornecedores, clientes, governos ou o público em geral.

A credibilidade é conseguida através da opinião sobre as demonstrações financeiras, expressando que as mesmas estão preparadas, em todos aspetos materiais, de acordo com um normativo aplicável.

É da responsabilidade do auditor obter garantia razoável de fiabilidade sobre as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais, sendo devido a fraude e a erro. Assim o IFAC, (2009) na ISA 200 Clarificada no § 13, define distorção como sendo a diferença entre a quantia, classificação, apresentação ou divulgação de um item, que se encontra refletido nas demonstrações financeiras e o que é exigido para que esse item fique de acordo com o referencial contabilístico aplicável. As distorções podem ser de origem de fraude ou de erro.

Para que seja atingida a garantia razoável, é necessário que o auditor obtenha a prova suficiente e apropriada para que o risco seja aceitavelmente baixo. Garantia razoável, tal como definido na ISA 200 Clarificada, tem subjacente o pressuposto de que não se trata de uma garantia absoluta, isto é, o normativo reconhece que auditoria tem limitações inerentes e isso implica dificuldades.

A auditoria é um processo longo, detalhado e que, como veremos mais à frente, envolve julgamento profissional.

O auditor, ao realizar uma auditoria financeira, deverá planejar o seu trabalho de forma detalhada e, desta maneira, terá a responsabilidade de realizar e obter mais prova nos setores mais vulneráveis da organização. Posto isto, de acordo com a ISA 500 § 5, “...A quantidade de prova de auditoria necessária é afetada pela avaliação do auditor dos riscos de distorção material e também pela qualidade de tal prova de auditoria” (IFAC, 2009). Este processo é de grande complexidade, pois cada organização a auditar é uma organização diferente e, por isso, o auditor deverá ter um conhecimento profundo de cada uma delas.

Conhecer a organização e o negócio é de extrema relevância. O auditor deverá compreender, por um lado, a estrutura interna, entendendo a estratégia, desempenho financeiro, cultura, procedimentos de controlo, processos de informação e comunicação, riscos internos à entidade, entre outros aspetos. Por outro lado, o auditor terá também de conhecer a entidade externamente, isto é, atendendo ao meio envolvente setorial, económico e legal.

II. Conhecimento da organização e do negócio

Para que o auditor possa dar resposta aos riscos avaliados e preparar os planos e programa de auditoria, cumprindo o objetivo de identificar e avaliar o Risco de Distorção Material oriundo de fraude ou erro ao nível das demonstrações financeiras e asserção, será necessário começar por obter conhecimentos da entidade e do negócio. Esta é uma parte importante do planeamento, que está contemplada na ISA 315 Clarificada (IFAC, 2009), e permite apreciar criticamente os sistemas contabilísticos, o controlo interno, fatores externos e internos da atividade e a estrutura organizativa da entidade. É usado para estimar o Risco Inerente e Risco de Controlo, influenciando assim a natureza, extensão, profundidade e procedimentos de auditoria a utilizar. Os aspetos relevantes a considerar em cada empresa são (Taborda, 2006):

- aspetos setoriais, tais como: mercado e concorrência; atividade cíclica sazonal e tecnologia dos produtos;
- aspetos legais: políticas contabilísticas e práticas do setor; fiscalidade; políticas governamentais (incentivos, restrições, etc.) e os requisitos ambientais;
- natureza da entidade: tipo de estrutura e de investimento (por exemplo, subsidiárias) e propriedade e relações que ajudam a verificar se partes relacionadas da ISA 550 foram bem identificadas e registadas (IFAC, 2009);
- outros, tais como, taxa de juro; taxa de inflação e desempenho financeiro (rácios, comparação entre períodos).

A ISA 315 Clarificada § 12, faz referência também ao conhecimento da organização no contexto de Controlo Interno “O auditor deve inteirar-se do controlo interno relevante para a auditoria...”. Por outro lado, refere que nem todos os controlos são relevantes para a auditoria, descrevendo “Se um controlo é ou não relevante para a auditoria, individualmente ou em combinação com outros, é uma matéria de julgamento profissional do auditor” (IFAC, 2009). O bom funcionamento dos controlos internos são fundamentais para a organização e ajudam o auditor no seu trabalho, uma vez que transmitem mais confiança nas transações e, desta forma, transparência do relato. O auditor deverá entender como toda a informação relevante se processa, nos vários níveis institucionais. Assim, o IFAC (2009), refere na ISA 315, o Controlo Interno com os seguintes componentes:

- ambiente de controlo: o auditor deverá compreender os atributos individuais, incluindo integridade, valores éticos e competência que caracterizam o funcionamento de uma entidade;

- processo da entidade para avaliação do risco: o auditor deverá entender os mecanismos estabelecidos para identificar, analisar riscos relacionados com todas as atividades de negócio de suporte da entidade;
- atividades de controlo relevantes para a auditoria: o auditor deverá inteirar-se das atividades de controlo que julgue necessário conhecer para avaliar os riscos de distorção material, ao nível de asserção, e para conceber procedimentos de auditoria adicionais em resposta aos riscos avaliados;
- monitorização de controlos: o auditor deverá, por um lado, entender as atividades desenvolvidas pela entidade para monitorizar o controlo interno do relato financeiro e, por outro lado, perceber como a entidade empreende a aplicação de medidas corretivas das deficiências nos seus controlos.

O conhecimento da entidade é um processo contínuo no decorrer da auditoria e consiste na recolha e análise da informação durante toda a auditoria. Assim, o conhecimento da entidade e do setor trata-se de uma etapa crítica de todo o processo de auditoria, pois é neste momento que são estabelecidas as bases para a realização de muitos outros procedimentos de auditoria.

A obtenção de toda a informação necessária, relativamente ao negócio e ao setor, contribui para a identificação de acontecimentos, transações e práticas que possam ter efeito materialmente relevante sobre as Demonstrações Financeiras. Fazer esta análise implica tomar conhecimento das mais diversas áreas e agentes que com a entidade interage, como representa a figura 1:

Figura 1 - Áreas e agentes que interagem com a entidade.



Fonte: Adaptado de Boynton, Johnson e Kell (2002)

Este conhecimento da entidade e do negócio é um procedimento chave para que haja um bom planeamento de auditoria. O auditor, segundo os autores Boynton, Johnson e Kell (2002), ao planear uma auditoria, toma importantes decisões sobre a materialidade e Risco de Auditoria. O resultado de um planeamento adequado é a tomada de decisão quanto à matéria a ser seguida.

A ISA 315 esclarece também que o auditor deverá inteirar-se dos riscos que a organização está exposta, riscos materiais que podem pôr em causa a fiabilidade das demonstrações financeiras. Assim, tendo em conta a relevância do risco, optou-se por desenvolver o assunto no capítulo IV.

O conhecimento da envolvente interna e externa da organização é um procedimento de extrema relevância, no qual deverá existir o rigor na análise e ter sempre em conta um conceito fundamental, a materialidade, que será tratado no próximo capítulo.

III. Desenvolvimento do conceito Materialidade

3.1 Conceito Materialidade em Auditoria

A materialidade pode ser entendida como sendo um dos conceitos fundamentais no decurso da auditoria, de acordo com a Estrutura Conceptual do *International Accounting Standards Board* (IASB, 2001): “A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas dos utentes, tomadas na base das demonstrações financeiras. A materialidade depende da dimensão do item ou do erro, julgado nas circunstâncias particulares da sua omissão ou distorção. Por conseguinte, a materialidade proporciona um patamar ou ponto de corte, não sendo uma característica qualitativa primária que a informação deva ter para ser útil”.

A aceitação desta definição do conceito de materialidade é praticamente consensual para o *International Federation of Accountants*. A materialidade segundo o IFAC (2009), na ISA 320 § 2, “As distorções, incluindo as omissões, são consideradas materiais se se esperar que, individualmente ou em conjunto, influenciem as decisões económicas tomadas pelos utentes com base nas demonstrações financeiras”.

A opinião do auditor deverá ter subjacente o conceito de materialidade, que tal, como podemos verificar, aparece no momento em que o auditor emite uma opinião, designadamente, quando referido “em todos aspetos materiais”, de acordo com a ISA 200: “...Isto é conseguido pela expressão de uma opinião do auditor sobre se as demonstrações financeiras estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com um referencial de relato financeiro aplicável” (IFAC, 2009).

Messier, Bennie e Eilifsen (2005), têm desenvolvido trabalhos nas últimas décadas a respeito deste conceito de materialidade. Estes autores defendem que a materialidade é um conceito-chave para a contabilidade e para a auditoria.

Dohr (1950), citado por Montoya del Corte (2008), descreve materialidade: um item é material se, atendendo a todas circunstâncias, for provável que influencie o julgamento e a conduta de um utilizador das informações financeiras com o conhecimento razoável.

De acordo com Costa (2010), este autor refere que todo o processo de auditoria tem subjacente o conceito de materialidade e este está sujeito ao julgamento do auditor.

Um importante fator a considerar, é o referido no § 2 da ISA 320, o julgamento acerca da materialidade é considerado segundo as circunstâncias da envolvência, sendo que será

relevante referir que a distorção poderá ser afetada quer pela dimensão, quer pela sua natureza ou pela combinação de ambas. Desta forma, pode o auditor, mesmo que a distorção não ultrapasse o nível de materialidade definido inicialmente, considerar como materialmente relevante (IFAC, 2009).

A materialidade está diretamente ligada à tomada de decisões dos utilizadores da informação financeira e, sendo esta definida, tendo por base as omissões e distorções que possam refletir nas demonstrações financeiras. Neste sentido, o *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA) descreve que o auditor é instruído a planear a auditoria, de forma a manter uma probabilidade de uma distorção relevante não detetada a um nível razoavelmente baixo (AICPA, 1984).

A avaliação da materialidade, por parte do auditor, tem impacto direto na forma como a auditoria é planeada e realizada. Na fase do planeamento, o auditor faz uma estimativa preliminar da quantidade de erros que os utilizadores consideram material para as demonstrações financeiras como um todo (AICPA, 1984).

No entanto, a verdade é que as normas não fornecem orientações específicas aos auditores, no que respeita à quantificação da materialidade. Nesse sentido, o *Financial Accounting Standards Board* declara "Não podem ser formulados padrões gerais de materialidade que possam ter em conta todas as considerações que entram em julgamento humano experiente (FASB, 1980, p. Xiii)" e o AICPA emitiu, no SAS 47, "A consideração da materialidade pelo auditor é uma questão de julgamento profissional..." (AICPA, 1984). E uma orientação mais específica, transmitida no SAS 47 (AICPA, 1984), é um comentário que as considerações de materialidade variam com o tamanho e a complexidade da entidade, bem como com o conhecimento do auditor (AICPA, 1984).

Em 1981, Elliott criticou este processo de determinação da materialidade, dizendo que se tratava de julgamento altamente complexo e abstrato. Nesse sentido, propôs que o processo de julgamento fosse substituído por uma regra mecânica, referindo que dessa forma os utilizadores da informação financeira saberiam, pelo menos, o nível suposto de precisão das demonstrações financeiras (Elliott, 1981).

Contudo, os utilizadores da informação financeira são vários e, desta forma, é perceptível que as necessidades são diferentes. Há autores como Arens, Elder e Beasley (2005) que reconhecem que o auditor não conhece todos os perfis dos utentes e que nem todos irão tomar decisões em função da informação financeira.

3.2 Fatores a considerar na determinação da materialidade

Existem fatores que influenciam a determinação da materialidade em auditoria, daí que estes aspetos continuem a ser objeto de muitos estudos por parte de diversos autores. O aparecimento dos primeiros artigos sobre esta matéria iniciam-se na década de 50 do século passado. Estes primeiros estudos estavam focados nos fatores quantitativos e estes eram considerados os principais critérios a serem levados em conta pelos auditores, na determinação dos níveis de materialidade. (Emil, Ancuta, & Timea, 2010).

Os fatores quantitativos não se encontram pré-definidos nas normas de auditoria. Normalmente são definidos com recurso a indicadores representativos da posição financeira e do desempenho da entidade, sendo que, são imputadas percentagens sobre esse (s) indicador (es), podendo estes ser:

- Resultado Antes de Impostos;
- Volume de Negócios;
- Resultado Operacional;
- Resultado Líquido;
- Total das Vendas e Prestações de Serviços;
- Ativo Líquido e;
- Ativo Corrente.

Mais recentemente, vários autores iniciaram estudos no sentido de perceber quais os fatores qualitativos que influenciaram essa determinação. Nesse sentido, os fatores qualitativos que influenciam o julgamento do auditor na determinação da materialidade podem ser estudados e desenvolvidos em duas vertentes distintas. Por um lado, estamos perante a vertente relativa à avaliação e efeito de distorções nas demonstrações financeiras e, por outro, são descritos fatores que irão influenciar diretamente o comportamento do auditor, na determinação quantitativa da materialidade, podendo estes estarem relacionados com áreas, tais como: o auditor, a empresa de auditoria e a sua equipa e, por fim, a empresa auditada.

A materialidade na DRA 320, deve ser definida, tendo por base tanto aspetos quantitativos como aspetos qualitativos. Assim, a diretiva descreve “A materialidade não é suscetível de uma definição geral matemática, uma vez que envolve aspetos qualitativos e quantitativos ajuizados nas circunstâncias particulares da omissão ou da distorção” (OROC, 1999). É de

especial relevância referir que, antes da definição dos fatores quantitativos, existe sempre fatores qualitativos que influenciam o julgamento profissional do auditor.

De acordo com Rittenberg, Schwieger e Johnstone (2008), os auditores no procedimento de auditoria estão mais voltados para os fatores quantitativos e, desta forma, menos atentos aos fatores qualitativos da materialidade.

3.3 Fatores Qualitativos

Em Espanha, foram realizados estudos sobre esta temática. Autores como Montoya, Martinez e Fernandez (2008) realizaram trabalhos com o objetivo de analisar a influência dos fatores qualitativos na escolha dos fatores quantitativos para a determinação da materialidade. Foram obtidas respostas de 338 profissionais de auditoria e os resultados permitiram identificar três tipos de auditores, sendo estes definidos por níveis de conservadorismo (permissivos, moderados e os rígidos) e, para além disso, esse trabalho permitiu também entender melhor a vertente qualitativa da materialidade. As variáveis qualitativas que ajudaram estes autores a explicar a propensão dos auditores a pertencer a um dos grupos referidos foram: idade, formação académica, faturação da empresa de auditoria e o número e tipo de empresas auditadas. Assim, o trabalho Montoya, et al (2008), apresenta uma série de categorias de fatores que influenciam na determinação do nível de materialidade.

Quadro 1 - Resumo dos principais fatores qualitativos

Fatores Qualitativos		Autores
Empresa Auditada	Tamanho da empresa	Frisnkoff (1970)
		Costigan e Simon (1995)
		Blokdijk, Driehuis, Simunic, e Stein (2003)
	Tipo de setor	Krogstad, Ettenson e Shanteau (1984)
		Iselin e Iskandar (2000)
	Situação financeira da empresa	Ward (1976)
		Sánchez (2001) citado por Montoya del Corte (2008)
Caraterísticas dos administradores	Bernardi e Arnold (1994)	
Caraterísticas do comité de auditoria	DeZoort, Hermanson e Houston (2008)	
Empresa de Auditoria	Tamanho da empresa de auditoria	Messier (1983)
		Carpenter, Dirsmith e Gupta (1994)
	Estrutura da empresa de auditoria	Blokdijk et al. (2003)
Caraterísticas Pessoais Auditor	Experiência Profissional	Bates, Ingram e R. (1982)
		Estes e Reames (1988)
		Sierra e Santa Maria (2002)
		Montoya del Corte (2008)

Fonte: (Pereira, 2014), Adaptado de Montoya, Martinez e Fernandez (2008)

De acordo com Frisnkoff (1970), no que respeita à dimensão da empresa auditada, este autor faz referência de que alguns auditores são mais permissivos com empresas de maiores dimensões, pois estas apresentam menos restrições, nomeadamente, pela eficácia do controlo interno e também pelo rendimento gerado pelo cliente.

Autores como, Blokdijk et al. (2003) defendem que a percentagem para a determinação da materialidade definida pelo auditor não é realizada de forma estática, dado que a mesma pode variar conforme a dimensão da empresa que se pretende auditar. Posto isto, estes autores referem que quanto maior o tamanho da empresa auditada menor será a percentagem de materialidade a definir, variando assim em ordem inversa (dimensão da empresa auditada e a materialidade).

Outros autores como Costigan e Simon, (1995), referem que quanto maior a empresa auditada maiores restrições têm associadas, sendo que estas se relacionam com um maior risco de litígio, pois estas estão mais expostas a um maior controlo por parte dos órgãos reguladores e analistas financeiros.

Relativamente ao que deva ser entendido no contexto setorial, existem diferentes pontos de vista. De acordo com Krogstad, Ettenson e Shanteau (1984), os auditores, ao determinarem os níveis de materialidade, deverão tomar em atenção o facto de a empresa pertencer a um setor que se encontra em expansão ou se a empresa se encontra num setor em declínio. Por outro lado, refere também o facto de a empresa estar cotada em bolsa ou não.

Iselin e Iskandar (2000) comprovaram que os auditores especialistas do setor financeiro definem níveis de materialidade mais baixos que os auditores especializados no setor comercial. Desta forma é perceptível o conservadorismo em empresas inseridas no setor mais vulnerável, no que respeita a risco de mercado.

De acordo com Ward (1976), um fator fundamental que influencia os auditores na tomada de decisões para a determinação do nível de materialidade é o histórico da entidade na estabilidade financeira.

Neste contexto Sánchez (2001), citado por Montoya del Corte (2008), conclui que existe uma relação do nível de materialidade com o endividamento das empresas, isto é, quanto maior o endividamento das empresas mais baixo será o nível de materialidade utilizado pelos auditores. Desta maneira, poder-se-á dizer que os auditores, num contexto de maior endividamento, realizarão os seus trabalhos de forma mais prudente.

De acordo com Ward (1976), as flutuações dos mercados das ações influenciam também o auditor na determinação do valor de materialidade.

Os administradores das organizações são também aspetos a ter em consideração pelo auditor. Num estudo realizado por Bernardi e Arnold (1994), estes autores consideram que o auditor deverá ter uma perceção sobre a integridade e competência dos administradores da empresa auditada. Estes autores pressupõem, ainda, que quanto menor (maior) a perceção sobre a integridade e competência que o auditor tem sobre os administradores menores (maiores) serão também os valores definidos para a materialidade.

No que respeita ao julgamento dos membros do comité de auditoria, DeZoort, Hermanson e Houston (2008) realizaram um estudo que visava um entendimento sobre possíveis

diferenças do antes e após a aplicação da Lei *Sarbanes-Oxley*. De acordo com estes autores, os comités de auditoria, depois da entrada da Lei *Sarbanes-Oxley*, apoiam as propostas de ajustes dos auditores, estando assim os comités de auditorias, mais preocupados com a informação financeira transmitida aos utilizadores das informações financeiras.

Relativamente às características inerentes à empresa de auditoria, no que respeita ao julgamento profissional do auditor, vários estudos foram realizados no sentido de melhor entendimento.

De acordo com Blokdiik et al. (2003), nos estudos realizados, foram evidenciadas diferenças na determinação dos níveis de materialidade na fase do planeamento, já que, nas grandes empresas internacionais, estes valores são mais baixos que nas empresas pequenas de auditoria. Estes autores entendem que as grandes empresas internacionais de auditoria realizam trabalhos mais extensos e de melhor qualidade.

Messier (1983) defende que o nível de materialidade definido não é influenciado pela dimensão da entidade da empresa que realiza a auditoria, porquanto os auditores das grandes empresas alcançam um maior consenso, tendo uma maior capacidade para compreender e levar a cabo por si mesmos o processo de formação deste tipo de julgamentos.

Para vários autores, fatores que influenciam mutuamente a determinação do nível de materialidade são: a estrutura da empresa e a experiência profissional do auditor. Neste contexto, Carpenter, Dirsmith e Gupta (1994) defendem que, quando estamos perante uma entidade menos estruturada, auditores com elevada experiência determinam a materialidade baseando-se unicamente no indicador do lucro líquido. Por outro lado, quando a entidade é bem estruturada, tomam por base um maior número de fatores para a quantificação do valor da materialidade.

Por fim, analisando as características pessoais do auditor, a experiência profissional tem sido objeto de inúmeros estudos por diferentes autores (mencionados no quadro 1), uma vez que estes a consideram como a característica que mais influencia a tomada de decisão do auditor no processo de quantificação do nível de materialidade.

Para Montoya del Corte (2008), a experiência profissional pode ser analisada sob dois critérios: categoria profissional exercida pelo auditor e os anos do exercício da profissão.

Uma outra visão entendem Estes e Reames (1988), na qual referem que a experiência profissional do auditor poderá não afetar a decisão sobre a determinação da materialidade,

no entanto, esta característica resulta sim, numa maior confiança na tomada de decisão por parte do auditor, sentindo-se este mais seguro do trabalho realizado.

Relativamente às características individuais dos auditores, Bates, Ingram e R. (1982) realizaram um estudo que visava um entendimento na relação que estas tinham na formação dos níveis de materialidade. Os fatores em estudo consideram a personalidade do auditor, as variáveis relacionadas com a demografia, a profissão e a ética.

Neste contexto, autores como Sierra e Santa Maria (2002), descreviam que os fatores quantitativos e qualitativos que influenciam a determinação da materialidade não eram afetados pela personalidade do auditor. No entanto, defendem que a experiência profissional (medida em anos de trabalho) e as características dos administradores das organizações são fatores que se relacionam entre si.

Num outro trabalho mais recente, autores como Manita, Lahbari e Eloummal (2011) procuraram obter um melhor entendimento sobre a influência dos fatores qualitativos na tomada de decisão para a quantificação da materialidade. O estudo apresenta uma amostra de 44 auditores franceses, obtendo informação em três cenários reais, pretendem saber qual a influência dos três fatores qualitativos com os juízos do auditor na quantificação da materialidade. Na conclusão deste trabalho, verificou-se que, de facto, existe influência dos fatores qualitativos no julgamento dos auditores. O mesmo estudo reconheceu que a proximidade do auditor com o cliente não tem grande influência na ética do auditor e nos seus julgamentos.

Em auditoria, a definição dos fatores qualitativos é uma questão de julgamento profissional. Este julgamento não depende apenas de fatores pessoais e características intrínsecas ao auditor mas também do contexto da situação (fatores específicos, pressões inerentes) e das consequências das decisões, como a “intensidade moral” (Jones, 1991). De acordo com Jones (1991), a “*moral intensity*” (moral intensidade) é uma construção multidimensional que contém várias características (a escala das consequências, probabilidade do efeito). Este trabalho conclui também que cada fator qualitativo apresenta para o auditor uma situação baixa ou forte “*moral intensity*”, a menos que exista consenso sobre a natureza ética de uma determinada situação.

De acordo com Jones (1991), o facto de o auditor ser do género masculino ou feminino não influencia significativamente o processo de quantificação da materialidade, no entanto, refere que pode afetar a confiança do auditor na tomada dessa decisão. No que concerne à

idade, os auditores mais velhos e experientes utilizam níveis de materialidade mais baixos, contudo, não é um fator que esteja relacionado com a tomada de decisão. Por fim, verifica-se que os auditores mais adversos ao risco utilizam níveis de materialidade mais baixos.

Outros autores, como Iskandar e Iselin (1999), realizaram um estudo, no qual determinaram como os principais fatores qualitativos:

- o efeito do fator percentual sobre o lucro líquido;
- o efeito de outras variáveis financeiras e não financeiras;
- o efeito das características pessoais do auditor e;
- o efeito da estrutura de empresa de auditoria.

De uma forma resumida, todos estes estudos procuraram esclarecer os fatores qualitativos e dar melhor entendimento sobre a influência que este exerce para o auditor no seu trabalho, dando maior ênfase, no que respeita ao conceito de materialidade.

Como é perceptível, materialidade é determinada à luz do juízo de valor por parte do auditor e, é por isso, que é de extrema relevância fazer também um estudo de forma pormenorizada sobre os fatores quantitativos da materialidade. Assim, o próximo ponto pretende fazer um estudo sobre os fatores quantitativos que, tal como os qualitativos, estão também na base da determinação do nível de materialidade.

3.4 Fatores Quantitativos

Observando as diversas investigações sobre o tema, Montoya, Martinez e Fernandez (2008) afirmam que a quantificação do nível de materialidade tem sempre subjacente o juízo do auditor e que este se baseia principalmente em critérios numéricos, como fatores quantitativos. Estes autores demonstram que a aplicação de uma percentagem para a obtenção do valor da materialidade é o fator quantitativo mais relevante.

Relativamente ao normativo internacional, a ISA 320 clarificada refere pontos de partida para a determinação do valor da materialidade e, geralmente, esta é determinada pela aplicação de uma taxa (percentagem) sobre um indicador de referência (IFAC, 2009).

O indicador de referência escolhido pelo auditor é matéria de julgamento, pois dependerá da percepção de que ele tem da entidade que pretende auditar. Assim, de acordo com a ISA 320

do *International Federation of Accountants* (IFAC, 2009), o entendimento do auditor face à entidade inclui:

- os elementos das demonstrações financeiras (por exemplo, ativos, passivos, capital próprio, rédito e gastos);
- a eventual existência de itens, nos quais os utentes das demonstrações financeiras de uma entidade em particular tendam a concentrar a sua atenção¹;
- a natureza da entidade, em que posição se encontra no seu ciclo de vida e o setor da atividade e ambiente económico em que opera;
- a estrutura de propriedade da entidade e a forma como é financiada²;
- a volatilidade ou a estabilidade temporal do indicador de referência escolhido.

Quadro 2 - Resumo dos principais fatores e indicadores quantitativos

Indicadores / Autores	Pincus e Bernardi (1996)	Hayes, Dassen, Schilder e Wallage (2004)	Arens et al. (2005)	Boynton e Johnson (2006)	OROC
Resultado Antes de Impostos	5%	5%-10%		5%-10%	5%-10%
Total do Ativo	0,5%	0,5-2%	3%-6%	0,5%-1%	1%-2%
Total do Ativo Corrente		5%-10%	5%-10%		5%-10%
Total do Passivo Corrente		5%-10%	5%-10%		5%-10%
Total do Capital Próprio	1,0%	1%-5%		1%	1%-5%
Volume de Negócios	0,5%	0,5%-2%		0,5%-1%	0,5%-2%
Rendimentos Brutos	0,5%				
Resultado Operacional	0,5%		5%-10%		

Fonte: Adaptado de Pereira (2014)

¹ A ISA 320 refere que para efeitos de avaliação do desempenho financeiro os utentes podem tender a concentrar-se no lucro, no rédito ou nos ativos líquidos

² Exemplos que a ISA 320 descreve são: se uma entidade é financiada exclusivamente através de dívida, em vez de capital próprio, os utentes podem dar mais ênfase aos ativos e às garantias que suportam do que aos resultados da entidade.

Este processo de quantificação do valor da materialidade no final do século XX foi muito discutido. O presidente da *Securities and Exchange Commission* (SEC), em 1999, tecendo críticas à forma abusiva na sua determinação, referindo mesmo a manipulação da apresentação das demonstrações financeiras. Neste contexto em 1999, o organismo SEC emitiu um Boletim de Contabilidade, designado *SEC Staff Accounting Bulletin* (SAB) 99, que implicava o uso de parâmetros quantitativos de forma exclusiva. Neste normativo, estava definida a “*Rules of Thumb*” (Regra de Ouro) a qual estabelecia um limite para materialidade de 5% do lucro antes dos impostos.

Um estudo de Pincus e Bernardi (1996) estabelece um resumo dos principais indicadores. Estes autores têm por base estudos desenvolvidos antes da “*Rules of Thumb*” e concluíram uma necessidade de se estabelecerem linhas orientadoras no processo de valorização da materialidade. O estudo concluiu dez regras, sendo estas discriminadas da seguinte forma:

- 1) 5% do resultado antes de impostos;
- 2) 0,5% do total dos ativos;
- 3) 1% do total do capital próprio;
- 4) 0,5% do total das vendas e prestações de serviços;
- 5) 0,5% dos rendimentos brutos;
- 6) a combinação de Leslei (1985, *apud* Bernardi e Pincus, 1996) que consiste na média das primeiras 5 regras mencionadas anteriormente;
- 7) conforme definido por Elliott (1983, *apud* Bernardi e Pincus 1996): $\text{Audit gauge} = 1,6 \times (\text{valor máximo entre ativos, vendas e prestações de serviços})^{2/3}$; conforme estudado por Warren e Elliott (1986, *apud* Bernardi e Pincus 1996);
- 8) $0,38657 \times \text{vendas}^{0,867203}$;
- 9) $0,146924 \times \text{Resultados antes de impostos}^{0,942554}$;
- 10) $0,271762 \times \text{Resultado Líquido}^{0,894640}$.

No referido estudo, observou-se que os auditores utilizam estes indicadores para determinar a materialidade, contudo, as taxas a aplicar aos diferentes indicadores não foram consensuais.

Mais tarde, autores como Hayes, Dassen, Schilder e Wallage (2004) desenvolvem um outro estudo no mesmo sentido, fazendo referência também a alguns indicadores e percentagens, sendo que estas agora aparecem na forma de margens mínimas e máximas, tal como referidas no quadro 2 (e discriminadamente no quadro 14 do anexo I).

Analisando os dois estudos acima referidos, é visível a relação entre três indicadores, nomeadamente: Resultado Antes de Impostos, o Total do Volume de Negócios e o Total do Capital Próprio. No estudo de Pincus e Bernardi (1996), os indicadores estão representados por percentagens mínimas. De uma forma menos conservadora, pode concluir-se que, no estudo desenvolvido por Hayes, Dassen, Schilder e Wallage (2004), os mesmos apresentam taxas que podem variar entre um mínimo e um máximo.

Mais tarde Arens, Elder e Beasley (2005), no mesmo contexto de valorização do nível de materialidade, apresentam um outro estudo, sugerindo indicadores, tais como referidos no quadro nº 2 (e no quadro do anexo II).

Na análise deste quadro, constata-se que Arens, Elder e Beasley (2005) apresentam no seu estudo um novo indicador, considerando Resultado Operacional como indicador para a determinação da materialidade.

Foram desenvolvidos, entretanto, mais trabalhos relativamente a este conceito de materialidade no que respeita aos fatores quantitativos. No quadro nº 2 (e no quadro do anexo III de forma mais desenvolvido), estão referidos indicadores e percentagens a aplicar desenvolvidos pelos autores Boynton e Johnson (2006).

Analisando o quadro acima, pode-se dizer que uma outra visão deste conceito defende Boynton e Johnson (2006), estabelecendo taxas mais baixas e intervalos mais curtos. De salientar um fator de claro destaque neste trabalho, uma vez que se evidencia a escolha do indicador ser determinada em função do valor mais alto entre o Total do Ativo e o valor das Vendas e Prestações de Serviços (ver quadro do anexo III).

Num contexto português, a OROC também apresenta indicadores e percentagens para determinação do cálculo da materialidade, como se verifica no quadro 2 (e no quadro do anexo IV).

Depois de analisarmos este quadro emitido pela OROC, é conclusivo que a Ordem, apesar de saber que nos estudos desenvolvidos entre ambos se tratam de realidades diferentes, sobre países diferentes, tem um entendimento muito próximo ao de Hayes, Dassen, Schilder e Wallage (2004), pois em quase todos os indicadores as percentagens são idênticas.

A materialidade, como se pode evidenciar, tem sido objeto de estudo desde há muitos anos por diversos autores, isto porque se trata de uma matéria de grande complexidade. É de extrema importância fazer referência à Lei *Sarbanes-Oxley*, pois esta, para além de normas

mais rígidas, veio a obrigar os auditores a preocuparem-se mais com a qualidade da informação financeira emitida aos *stakeholders*. E a materialidade, como é evidente, está inteiramente ligada a esta confiança das demonstrações financeiras.

3.5 Materialidade e a eficiência dos mercados

Um estudo australiano realizado por Houghton, Jubb, Kend e Ng (2010) teve por base um maior conhecimento do conceito de materialidade por parte dos *stakeholders*. Estes autores concluíram que a materialidade tem um papel significativo na existência e extensão de diferenças de expectativas de auditoria.

O trabalho desenvolvido concluiu que o nível de materialidade apresentado no relatório e transmitido aos utilizadores da informação financeira poderia resultar numa maior eficiência do mercado. Assim, tomando como exemplo duas entidades economicamente idênticas, cotadas em bolsa, rentabilidade e perspectivas, assumiu-se que uma seria auditada com um nível de materialidade de 2 milhões (UM) e uma outra com um nível de 6 milhões (UM). Num mercado eficiente, os investidores investiriam, tendencialmente, na primeira, pelo facto da perspectiva das suas demonstrações financeiras estarem mais “*finely tuned*”, isto é, com maior grau de segurança do que a segunda. Por outro lado, a comunicação clara com a administração do nível de materialidade – em oposição aos conselhos e comitês de auditoria - pode resultar em efeitos potencialmente desvantajosos. O estudo concluiu que este conhecimento pode ser usado pelos gestores como “*pushback*”, isto é, como forma de obter menos custo de auditoria e pode ser usado para pressionar os auditores a usar um método de investigação se o assunto em questão estiver sob um nível de materialidade pré-especificado. No mesmo sentido, se os níveis de materialidade tornarem-se conhecidos, aqueles que desejam cometer fraudes ou outros comportamentos oportunistas podem ter informações valiosas.

Estes autores consideram que a designação “erro tolerável” poderia ser uma expressão alternativa à materialidade, dado que entendem que o uso do termo “erro tolerável” poderia ser compreendido de uma forma mais clara do que “materialidade”.

No mesmo estudo, referiram que a materialidade é crucial para a triagem de dados de análise do auditor. No mesmo sentido, relacionando-se com o nível de materialidade, a amostragem

é também um fator fundamental. Assim, considerando estes elementos essenciais, concluíram que estes são os fatores-chave para a realização de uma auditoria qualidade/custo. Tudo isto, juntamente com uma boa equipa de trabalho, metodologia usada, uma maior disponibilidade de especialistas e mecanismos que garantam a independência, tornará a auditoria mais satisfatória tendo em conta o custo/benefício.

O estudo refere que, nada é explicitado tanto ao nível de materialidade como à amostragem. Materialidade caracteriza-se pelo nível de referência do valor total de um indicador financeiro e a amostragem que tem consequências diretas na probabilidade de ocorrência de distorção.

O facto de os níveis de materialidade e custo de auditoria estarem diretamente ligados, de acordo com o estudo, esta relação é conhecida por vários *stakeholders* e, provavelmente, por todas as entidades de auditoria. O facto de não ser visto como uma parte expressa da negociação sobre a qualidade de auditoria (e como uma oportunidade para um serviço de garantia adicional) é, no entanto, uma importante supervisão no mercado de serviços de auditoria.

Neste capítulo, pretendeu-se esclarecer um pouco mais este conceito, fazendo um histórico de pesquisa dos autores no entendimento desta matéria. Ao longo de muitos anos, realizaram-se estudos com o objetivo de esclarecer os fatores que podem influenciar o auditor no julgamento da materialidade, bem como também se desenvolveram estudos mais recentes que pretendem desenvolver melhorias para o futuro.

O processo de auditoria é extenso e envolve análise de inúmeros fatores, entre os quais os riscos são de extrema importância. O auditor deverá estar atento aos riscos que envolvem todo o processo, sendo eles organizacionais e de deteção. A materialidade definida tem subjacente a avaliação dos riscos, já que se relaciona numa razão inversa, isto é, quanto maior o risco menor deverá ser o nível de materialidade. O objetivo é sempre a confiança das demonstrações financeiras e, por isso, os riscos deverão ser detetados e atempadamente corrigidos. No capítulo seguinte, para melhor entendimento, será apresentada uma abordagem mais profunda destes riscos, tanto nos normativos, como a literatura desenvolvida por diversos autores.

IV. Materialidade e o risco

4.1 Materialidade e a sua relação com o risco

Nas últimas décadas, o conceito de auditoria financeira tem vindo a mudar a sua visão no sentido de uma perspectiva nos riscos em que a natureza, a oportunidade e a extensão dos procedimentos planeados decorre da avaliação das contas, ou mesmo das classes de transações com maior probabilidade de distorção (Cushing, Graham, Palmrose, Roussey & Solomon, 1995, p. 11).

Segundo os autores Patterson e Smith (2003), defendem que a materialidade é uma matéria que permite ao auditor detetar distorções que poderão não ser corrigidas, são as denominadas “pequenas distorções”.

A definição do nível de materialidade, como se percebe, tem subjacentes riscos que estão relacionados com a entidade.

A auditoria é desenvolvida com base em amostras de documentos e transações, que devem representar com segurança razoável a população para que a opinião do auditor sobre as demonstrações financeiras se encontre livres de erros e distorções materialmente relevantes. De acordo com as DRA, o Risco de Auditoria era decomposto em três riscos, sendo estes: o risco inerente, controlo e deteção. O modelo de risco desenvolvido é apresentado da seguinte forma:

$$\text{Risco de Auditoria} = \text{Risco Inerente} \times \text{Risco de controlo} \times \text{Risco de Deteção}$$

Este modelo, de acordo com Messier e Austen (2000b, p. 9), “constitui a maior estrutura concetual para a condução de auditorias às demonstrações financeiras”.

4.2 A revisão das normas do risco

Em 2001, ocorreu o escândalo da *Enron* e a consequente extinção da consultora *Artur Anderson*, uma das mais prestigiadas do mundo, colaborando com as fraudes da empresa energética. Este escândalo não foi único, pois, durante o início deste século houve outras

falências de grandes empresas, quer nos Estados Unidos da América, quer na Europa e, por isso, começaram a surgir forças políticas para uma mudança nas metodologias de auditoria.

Durante todo este processo, um dos principais assuntos em debate referem-se a avaliação do risco pelos auditores bem como o modelo da auditoria preconizado pela generalidade das normas.

A ISA 320 refere, no seu § A1, que “(...) O risco de auditoria é função dos riscos de distorção material e do risco de deteção. A materialidade e o risco de auditoria são considerados no decurso da auditoria, (...)”.

Na ISA 200 e na publicação das ISA 315, ISA 330 e ISA 500 § 25 (ISA 200 Revista, IFAC, 2009) pode verificar-se que o modelo que aparece descrito é agora formulado da seguinte forma:

$$\text{Risco de Auditoria} = \text{Risco de Distorção Material} \times \text{Risco de Deteção}$$

No entanto, o normativo ISA 200 Clarificada, § 29, refere que o risco de distorção material é decomposto em dois componentes, designadamente: o Risco Inerente e o Risco de Controlo. Na ISA 200 (A40) pode ver-se que “...o auditor pode fazer avaliações separadas ou combinadas de risco inerente e controlo, em função das técnicas ou metodologias de auditorias preferidas e de considerações práticas” (IFAC, 2009).

A ISA 315 Clarificada – Avaliação do Risco de Revisão/ Auditoria, estabelecem normas e define a orientação na avaliação de revisão/auditoria e os seus componentes. A norma determina que o auditor deve identificar e avaliar os riscos de distorção material, estabelecendo dois níveis: ao nível das demonstrações financeiras e ao nível de asserção para as classes de transações, saldos de contas e divulgações (IFAC, 2009).

O processo de análise e avaliação do risco é complexo, a ISA 315 Clarificada reconhece que o auditor deverá ter em conta segundo quatro pressupostos definidos no § 12:

- a) identificar riscos em todo o processo de compreensão da entidade e do seu ambiente, incluindo os controlos internos relevantes relacionados com os riscos e, considerando

- as classes de transações, saldos de contas e divulgações (quantitativas ou qualitativas) nas demonstrações financeiras;
- b) avaliar os riscos identificados e verificar se se relacionam de forma mais profunda com as demonstrações financeiras como um todo, afetando potencialmente muitas asserções;
 - c) relacionar os riscos identificados com o que possa estar errado ao nível de cada asserção, tomando em consideração os controlos relevantes que o auditor pretende testar e;
 - d) considerar a probabilidade de distorção, incluindo a possibilidade de distorções múltiplas, e se a potencial distorção pode resultar numa distorção material (IFAC, 2009).

O auditor determina, recorrendo ao seu julgamento profissional, o risco de auditoria que está disposto a aceitar e através do modelo de riscos dos seus componentes. Com isto, o auditor planeia os procedimentos de auditoria para que o risco de auditoria seja reduzido a um nível aceitavelmente baixo.

A ISA 330 Clarificada do *International Federation of Accountants*, (2009) determina os procedimentos no planeamento, relativamente aos procedimentos na obtenção da prova de auditoria que seja suficiente e apropriada no contexto dos riscos avaliados.

As componentes do risco de auditoria podem ser traduzidos da seguinte forma:

Risco de Auditoria (RA) – de acordo com o “Glossário de Termos da IFAC”, o risco de auditoria traduz “ o risco de o auditor expressar uma opinião de auditoria inapropriada quando as demonstrações financeiras estão materialmente distorcidas” (IFAC, 2009).

Risco Inerente (RI) – de acordo com a ISA 200 § 13, pode ser entendido como a suscetibilidade de uma asserção à existência de distorção, que possa ser material, individualmente ou, quando agregada com outras distorções, assumindo que não haja controlos internos relacionados (IFAC, 2009). Assim, o auditor deverá estimar o risco inerente, de acordo com o seu julgamento acerca de inúmeros fatores, seja ao nível de quota de mercado, reputação, bem como julgamento quanto a contas e transações.

Risco de Controlo (RC) – a ISA 200 § 13 refere como sendo a suscetibilidade de uma distorção, que possa ocorrer num saldo de conta ou numa classe de transações e que possa ser materialmente relevante, considerada individualmente ou quando agregada com

distorções em outros saldos ou classes, não vir a ser evitada ou detetada e corrigida atempadamente pelo sistema de controlo interno. (IFAC, 2009).

Risco de Detecção (RD) – para o IFAC (2009), de acordo com a ISA 200 § 13, pode ser definido como sendo a suscetibilidade dos procedimentos executados pelo auditor não detetarem uma distorção que exista numa asserção e possa ser materialmente relevante, considerada individualmente ou quando agregada com distorções.

O Risco de Detecção é o único que pode ser controlado pelo auditor, já que os outros, risco de controlo e inerente, dependem da organização em análise. Desta forma, o auditor terá a responsabilidade de diagnosticar o grau de risco dos controlos, bem como o inerente à organização. Caso forem elevados o Risco de Detecção terá de ter um nível ao mais baixo possível para que o Risco de Auditoria se situe a um nível desejável. Por outro lado, caso os Riscos de Controlo e Inerente se situem a um nível baixo, poderá o auditor determinar um Risco de Detecção a um nível baixo, de forma a que o Risco de Auditoria seja desejável.

De acordo com Rittenberg, Schwieger e Johnstone (2008), o Risco de Auditoria é uma matéria de julgamento. O auditor, por um lado, faz uma avaliação dos Risco Inerente e do Risco de Controlo da organização e, por outro, determina do Risco de Detecção em que pode estabelecer para que o Risco de Auditoria se situe a um nível aceitavelmente baixo por si definido.

A ISA 330 descreve no § 7 que o auditor deve conceber e executar procedimentos de auditoria cuja natureza, tempestividade e extensão deem resposta aos riscos avaliados de distorção material ao nível de asserção. A finalidade é a de proporcionar uma ligação entre a natureza, tempestividade e extensão de procedimentos adicionais de auditoria do auditor e a avaliação do risco (IFAC, 2009).

4.3 Avaliação do Risco como componente do Controlo Interno

A avaliação do risco, para Costa (2010), refere-se ao processo de identificar e responder aos riscos de negócio e respetivos resultados. Para a finalidade do relato financeiro, o processo de determinação do risco pela entidade inclui forma como a gestão identifica os riscos relevantes para a preparação das Demonstrações Financeiras que comprometam uma imagem verdadeira e apropriada, de acordo com a estrutura concetual de relato financeiro

aplicável à entidade, estimar o seu significado, avaliar a probabilidade de ocorrência e decidir sobre que ações a tomar.

Segundo o § 4 do apêndice 1 da ISA 315 (IFAC, 2009), os riscos podem surgir ou alterar-se devido a diversas circunstâncias, tais como:

- **Alterações no Ambiente operacional** - Alterações a este nível pode surgir alterações das pressões competitivas e, conseqüentemente, riscos significativamente diferentes;
- **Novo pessoal** - Com a entrada de novos colaboradores, o entendimento quanto ao Controlo Interno poderá ser diferente e, conseqüentemente, dificultar o Sistema de Controlo Interno;
- **Sistemas de informação novos ou reformulados e introdução de novas tecnologias** - Mudanças nos Sistemas de Informação significativas podem alterar o nível de risco do Controlo Interno;
- **Crescimento rápido, introdução de novos modelos de negócios, produtos ou atividades** - A expansão das organizações podem afetar os controlos e, naturalmente, resultar em falhas de controlo;
- **Reestruturações empresariais** - As reestruturações podem ser acompanhadas por despedimentos e alteração da supervisão e segregação de funções, que podem alterar o risco associado ao controlo;
- **Expansão de operações no estrangeiro** - A expansão ou aquisição de unidades operacionais no estrangeiro traz consigo novos riscos e, muitas vezes, riscos específicos que podem afetar o Controlo Interno;
- **Novos procedimentos contabilísticos ou a alteração de princípios contabilísticos.**

O auditor, no decurso do seu trabalho, deverá ter sempre em atenção todos os riscos a que a organização está exposta. A materialidade, como é evidente, está inteiramente ligada a todo este processo, tendo o auditor de a determinar, fazendo julgamento do risco não só na fase preliminar como também na fase de execução do trabalho. À medida que o trabalho é desempenhado, podem ocorrer factos novos e, à luz do julgamento do auditor, o nível de materialidade poderá ser revisto.

Após fazer uma revisão da literatura sobre o conceito de materialidade de auditoria, para que haja seguimento a este trabalho de dissertação é apresentada uma revisão da literatura sobre a metodologia de investigação.

V. Metodologia da Investigação

5.1 Estudo Empírico

Após uma cuidada recolha e análise dos principais conceitos teóricos de diversos autores, normativos contabilísticos e de auditoria, serão apresentadas as questões de investigação, os objetivos a atingir, a justificação do estudo empírico, o método utilizado na recolha e tratamento dos dados, bem como a caracterização da amostra.

5.2 Paradigmas de Investigação em Ciências Sociais e Humanas

Paradigmas de investigação caracteriza-se por um compromisso implícito de uma comunidade de investigadores com um quadro teórico e metodológico preciso, e, conseqüentemente, uma partilha de experiências e uma concordância quanto à natureza da investigação e à conceção do conhecimento (Pacheco, 1993). Assim, será feita referência aos paradigmas positivista e qualitativo ou interpretativo.

Paradigma positivista – Também denominado *quantitativo*, *empírico-analítico*, *racionalista*, *empiricista*, este paradigma procura adaptar o modelo das Ciências Naturais à investigação em Ciências Sociais e Humanas, utilizando basicamente uma metodologia de cariz quantitativo (Anderson & Arsenault, 1999; Bisquerra, 1989; Latorre, Rincón & Arnal, 1996; Mertens, 1998; Shaw, 1999; Usher, 1996).

Nesta perspetiva, consideram Bibble e Bramble (1986, citados em Pacheco, 1993, p. 10) que: “As hipóteses confirmadas podem generalizar-se a outras populações ou a situações similares às estudadas. Pressupõe a existência de relações simples entre os termos e conceitos técnicos do investigador, as operações de investigação, as descobertas e as conclusões de investigação. Considera-se sobretudo que a investigação social oferece os meios de criar provas objetivas para evitar subjetividade e juízos de valor”.

Paradigma qualitativo ou interpretativo – Também designado por *hermenêutico*, *naturalista*, *qualitativo* ou ainda, mais recentemente, *construtivista* (Creswell, 1994; Crotty, 1998; Guba, 1990).

Este paradigma pretende substituir as noções científicas de *explicação*, *previsão* e *controlo* do paradigma positivista pelas de *compreensão*, *significado* e *ação* (Coutinho, 2014).

A abordagem interpretativa/qualitativa das questões sociais e educativas procura penetrar no mundo pessoal dos sujeitos, “(...) para saber como interpretam as diversas situações e que significado tem para eles” (Latorre et al., 1996, p. 42), tentando “...compreender o mundo complexo do vivido desde o ponto de vista de quem vive” (Mertens, 1998, p. 11). Se a ação humana é intencional, pensam, há que interpretar e compreender os seus significados num dado contexto social (Coutinho, 2014).

5.3 Abordagem Metodológica

Na abordagem metodológica, podemos descrever os dois métodos que orientam o investigador no desenvolvimento do conhecimento científico, nomeadamente, método quantitativo e método qualitativo.

5.3.1 Método quantitativo

Esta perspetiva, de acordo com o trabalho de Coutinho (2014), é contextualizada segundo três pontos de vista: a conceptual, metodológico e do ponto de vista da relação teoria-prática.

No ponto de vista **conceptual**, Coutinho (2014) defende que “...a pesquisa centra-se na análise de factos e fenómenos observáveis e na medição/avaliação em variáveis comportamentais e/ou socioafetivas passíveis se serem medidas, comparadas e/ou relacionadas no decurso do processo investigação empírica”.

Do ponto de vista **metodológico**, Coutinho (2014), citando Carr e Kemmis (1988), refere que a este “...alicerça-se um modelo hipotético-dedutivo, partindo o investigador do postulado que os problemas sociais têm soluções objetivas e estas podem estabelecer-se mediante a utilização de métodos científicos”.

Por último, a **teoria-prática**, esta linha de investigação tem como objetivo a busca da eficácia e o aumento de um *corpus* de conhecimento teórico. A teoria assume um papel de relevo no sentido em que é ela que deve guiar a *praxis* do investigador (Pacheco, 1993).

Assim, analisando a literatura, esta metodologia pode ser entendida com a expressão “...o interesse do investigador é assumir uma atitude científica, distanciada e neutra, de modo a

comprovar estatisticamente as hipóteses e a contribuir para a relação causal do processo-produto. Os problemas que são objeto de estudo entendem-se a partir de uma perspectiva de eficácia” e “...A relação investigador/investigado caracteriza-se por um distanciamento e separação entre papéis assumidos por cada uma das partes” (Coutinho, 2014).

A metodologia, numa abordagem quantitativa para Coutinho (2014), tem como objetivo o desenvolvimento de generalizações que contribuam para o aumento do conhecimento e permitam prever, explicar e controlar fenómenos. As características desta abordagem são:

- ênfase em factos, comparações, relações, causas, produtos e resultados de estudo;
- a investigação é baseada na teoria, consistindo muitas das vezes em testar, verificar, comprovar teorias e hipóteses;
- plano de investigação estruturado e estático (conceitos, variáveis e hipóteses não se alteram ao longo da investigação);
- estudos sobre grandes amostras de sujeitos através de técnicas de amostragem probabilística;
- aplicação de testes válidos, estandardizados e medidas de observação objetiva do comportamento;
- o investigador externo ao estudo, preocupado com questões de objetividade e;
- utilização de técnicas estatísticas na análise de dados.

5.3.2 Método qualitativo

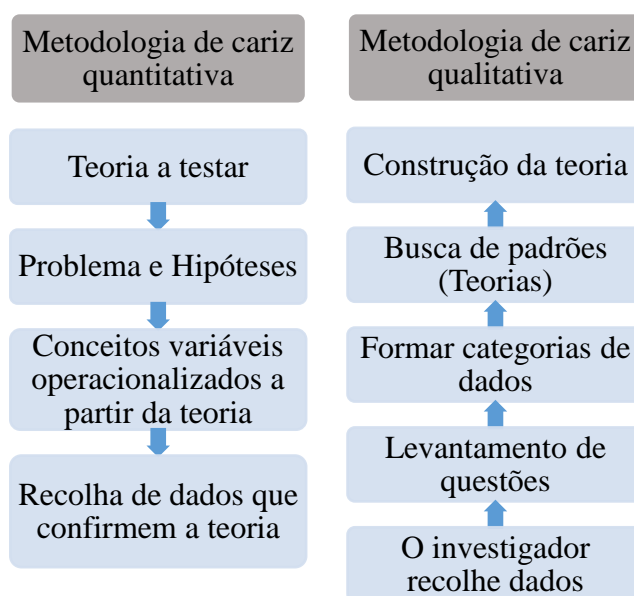
De acordo com o trabalho de Coutinho (2014), não é fácil encontrar uma definição unívoca para a investigação qualitativa, referindo que alguns manuais se limitam a considerar qualitativa a investigação que “não é quantitativa”. Pode mesmo ser explicado com a seguinte expressão “...que descreve os fenómenos por palavras em vez de números ou medidas” (Coutinho, 2014 citando Wiersma, 1995, p. 12).

Ao **nível conceptual**, Coutinho (2014) entende que “(...) o objeto de estudo na investigação não são os comportamentos, mas intenções e situações, ou seja, trata-se de investigar *ideias*, de descobrir *significados* nas *ações individuais* e nas *interações sociais* a partir a perspectiva dos atores intervenientes no processo”. Ao **nível metodológico**, a investigação de índole qualitativa se baseia no método indutivo, daí a citação “... porque o investigador pretende

desvendar a intenção, o propósito da ação, estudando-a na sua própria posição significativa, isto é o significado tem um valor enquanto inserido nesse contexto” (Pacheco, 1993, p. 28), adotando a postura de quem “... tenta compreender a situação sem impor expectativas prévias ao fenómeno estudado” (Mertens, 1998, p. 160).

Para Creswell (1994), a interrelação do investigador com a realidade que estuda faz com que a construção da teoria se processe, de modo indutivo e sistemático, a partir do próprio terreno à medida que os dados empíricos emergem. Este processo é como que inverso da investigação quantitativa, como apresenta a figura nº 2 (adaptada de Creswell 1994, p. 88).

Figura 2 - Desenrolar de uma investigação quantitativa *versus* qualitativa



Fonte: Coutinho (2014), adaptada de Creswell, (1994)

Esta teoria é caracterizada de uma forma à *posteriori* dos factos e a partir da análise dos dados, fundamentando-se na observação dos sujeitos, na sua interpretação e significados próprios e não conceções prévias do investigador que estatisticamente as comprovaria e generalizaria (Miles & Huberman 1994).

De acordo com Pacheco (1993), numa investigação não se aceita a uniformização dos comportamentos mas a riqueza da diversidade individual: “O interesse está mais no conteúdo do que no procedimento, razão pela qual a metodologia é determinada pela problemática em estudo, em que a generalização é substituída pela particularização, a relação causal e linear

pela relação contextual e complexa, os resultados inquestionáveis pelos resultados questionáveis, a observação sistemática pela observação experiencial ou participante. A questionabilidade dos resultados impõe-se porque mais do que o estudo de grandes amostras interessa o estudo de casos, de sujeitos que agem em situações, pois os significados que compartilham são significados-em-ação” Coutinho (2014), citando Pacheco (1993, p. 28).

5.4 Recolha de informação

Yin (2001) defende três princípios:

- a) a utilização de múltiplas fontes de evidências e não apenas uma – este princípio permite o desenvolvimento da investigação em vários sentidos – investigar vários aspetos em relação ao mesmo fenómeno. Assim as conclusões e as descobertas são assim mais convincentes e apuradas, pois advêm de um conjunto de confirmações;
- b) a criação de uma base de dados para o estudo de caso e;
- c) formar uma cadeia de evidências - ligações entre as questões feitas e as conclusões finais, de modo a que o leitor possa perceber a sequência do estudo.

O trabalho “*Case Study Research*” desenvolvido por Yin (2003), são estudados métodos para a recolha de informação: a observação, entrevistas, análise documental e gravação de vídeo e áudio. Assim, tendo por base este estudo, será importante compreender estes métodos quanto às características e a sua adequação.

Quadro 3 - A recolha de dados

Método	Características	Adequação
Observação	Períodos de contacto alargados	Compreensão das subculturas
Entrevistas	Pouco estruturadas e abertas	Compreensão de experiências
Texto e Documentos	Atenção para a organização e para o uso desse material	Compreensão de linguagem e de outros sistemas de sinais
Vídeo e Áudio	Transcrições precisas de interações ocorridas	Compreensão de como se organiza a interação

Fonte: Silverman (2000, p.90)

Por escolha e adaptação, este estudo será realizado tendo em conta duas metodologias, a quantitativa e a qualitativa. Deste modo, tendo por base as metodologias a usar, serão apenas mencionadas as fontes que melhor se adequam a este estudo: a documentação, os questionários e as entrevistas.

Quadro 4 - Documentação e Entrevistas: Pontos Fortes e Pontos Fracos

Fonte de evidências	Pontos Fortes	Pontos Fracos
Documentação	<ul style="list-style-type: none"> • Estável – pode ser revisada inúmeras vezes • Discreta – não foi criada como resultado do estudo de caso • Exata – Contém nomes, referências e detalhes de um evento • Ampla cobertura – longo espaço de tempo, muitos eventos e muitos ambientes distintos 	<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade de recuperação – pode ser baixa • Seletividade tendenciosa, se a recolha não estiver completa • Relato de visões tendenciosas – reflete as ideias preconcebidas (desconhecidas) do autor • Acesso, pode ser deliberadamente negado
Entrevistas	<ul style="list-style-type: none"> • Direcionadas – enfocam diretamente o tópico do estudo de caso • Percetivas – fornecem inferências causais percebidas 	<ul style="list-style-type: none"> • Visão tendenciosa devido a questões mal elaboradas • Respostas tendenciosas • Ocorrem imprecisões devido à memória fraca do entrevistado • Reflexibilidade – o entrevistado dá ao entrevistador o que ele quer ouvir

Fonte: Adaptado Yin (2001, p. 108)

Para Yin (2001), a documentação pode assumir muitas formas e deve ser objeto de planos explícitos da recolha de dados. Exemplos considerados pelo autor são: cartas, memorandos e outros tipos de correspondências; agendas, avisos e minutas de reuniões, e outros relatórios escritos de eventos em geral; documentos administrativos; estudos ou avaliações formais do mesmo “local” sob estudo; recortes de jornais e outros artigos publicados em qualquer outro meio de comunicação social.

O uso mais importante de documentos é corroborar e valorizar as evidências oriundas de outras fontes (Yin, 2001).

De acordo com Yin (2003), as entrevistas representam uma fonte fundamental de evidências, visto que a maioria delas trata de questões humanas, onde um entrevistado bem informado

pode dar uma interpretação relevante para determinada situação. O autor sugere que haja uma triangulação das informações de forma a atestar a entrevista com informações de outras fontes.

De acordo com Teddlie e Tashakkori (2009), os questionários e entrevistas assumem diferenças nas suas vantagens e desvantagens, como se verifica no quadro 5.

Quadro 5 - Questionários e Entrevistas: Pontos Fortes e Pontos Fracos

Estratégia	Pontos Fortes	Pontos Fracos
Questionário	<ul style="list-style-type: none"> • Permite obter informação de natureza muito diversa e medir as variáveis como atitudes, perceções, opiniões. • Baixo custo. • Rapidez na obtenção de dados. 	<ul style="list-style-type: none"> • Devem ser curtos. • Podem gerar não-respostas, o que coloca problemas à validade interna. • A taxa de retorno pode ser baixa e comprometer a validade externa do estudo.
Entrevista	<ul style="list-style-type: none"> • Boa para avaliar atitudes e muitas outras variáveis do foro socioafetivo. • Permite que o investigador ajuste as questões no decurso do processo. • Pode fornecer informação em profundidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • As entrevistas face a face são dispendiosas e requerem muito tempo. • Podem ocorrer reações à presença do entrevistador. • A análise de dados pode ser complexa e exigir muito tempo.

Fonte: Coutinho (2014), adaptado de Teddlie e Tashakkori (2009, p. 239)

5.5 Hipóteses de análise

Após realizada uma revisão da literatura sobre o conceito de materialidade e a metodologia de investigação, é o momento de construir as hipóteses de análise.

Neste trabalho, também serão apresentados resumos de duas entrevistas, tendo sido estas realizadas a um auditor experiente de uma entidade pertencente ao grupo das *Big Four* (Apêndice VI) e a um gestor de topo de um grupo económico representado em todo mundo (Apêndice VII). As entrevistas apresentam conteúdos importantes e esclarecedores da matéria estudada, contudo, dado que a quantidade das mesmas não ser significativa, optou-se por não serem consideradas para as conclusões do trabalho. No seguimento da revisão da

literatura sobre a materialidade, surgiram perguntas de investigação sobre esta problemática. A partir destas foram elaboradas as designadas hipóteses de análise.

Quadro 6 - Relação das questões de investigação com as hipóteses

Revisão	Perguntas de Investigação	Hipóteses
Materialidade (III Cap.)	Qual a importância da materialidade? Autores: (Emil, Ancuta, & Timea, 2010), (Arens, Elder & Beasley, 2005)	H1 - O conceito de materialidade é fundamental para a auditoria.
Conceito de materialidade para os órgãos de gestão e colaboradores das organizações (III Cap.)	Os gestores têm o verdadeiro conhecimento do significado da materialidade? Autores: (Houghton, Jubb, Kend & Ng, 2010)	
	É do conhecimento dos colaboradores que a opinião do auditor/revisor foi determinada atendendo a um nível de materialidade? Autores: (Houghton, Jubb, Kend, & Ng, 2010)	
	Os gestores querem pagar menos pelo trabalho do auditor. Pagar pouco significa menos horas de trabalho pelo auditor e os níveis de materialidade mais altos. Os gestores têm consciência do valor da qualidade de auditoria? Autores: (Houghton, Jubb, Kend, & Ng, 2010) e (Bernardi & Arnold, 1994)	H2 - Numa análise custo/benefício direcionada para a auditoria, os gestores geralmente consideram o custo como fator principal.
Relação da materialidade com o Risco de Detecção (IV Cap.)	O Risco de Detecção é o risco de qualquer distorção não ser detetada pelo auditor. Qual a relação deste risco com a materialidade? Autores: (Cushing et al. 1995), (Elliott, 1981) e (Bernardi & Arnold, 1994)	H3 - O Risco de Detecção associado à materialidade, surge, geralmente, por um insuficiente planeamento de auditoria.
Relação da materialidade / ambiente dentro da organização (IV Cap.)	Qual a relação do mau ambiente (desfasamento entre a gestão de topo e os colaboradores) com o Risco de Detecção? Autores: (Messier & Austen, 2000b) e ISA 315, IFAC (2009)	H4 – O bom ambiente de trabalho facilita o processo de auditoria.

O quadro nº 6, como podemos verificar, reflete três pontos importantes para a realização do trabalho: a revisão da literatura, as perguntas de investigação e respetivos autores que tiveram influência e, por fim, as hipóteses que têm por base todo trabalho prático.

Para que este trabalho tenha uma aplicação prática, é necessário construir um esquema que permita projetar os questionários como apresentam os quadros nº 7, 8, 9 e 10.

Quadro 7 - Relação da hipótese 1 com as perguntas do questionário

Hipóteses		Perguntas a enviar no questionário	% por Q.	% por hipótese
H1 - O conceito de materialidade é fundamental para a auditoria.	Profissionais de auditoria e contabilidade	Q1 - Qual o grau de importância da materialidade em auditoria?	8,33%	25%
		Q2 - Os gestores de topo das organizações entendem que a auditoria financeira é realizada tendo em conta um patamar de materialidade?	8,33%	
		Q3 - Considera importante que os gestores de topo das organizações conheçam mais sobre o processo de auditoria, nomeadamente a materialidade e a sua relação com o Risco de Detecção e a fiabilidade das Demonstrações Financeiras?	8,33%	
		Q4 - A auditoria garante um grau razoável de confiança e não uma garantia absoluta. Os gestores de topo das organizações reconhecem esta garantia?	8,33%	
		Q5 - Os gestores deviam reconhecer a importância de uma opinião limpa?	8,33%	
		Q6 - Os colaboradores da área financeira das organizações entendem que a auditoria financeira é realizada tendo em conta um nível de materialidade?	8,33%	
		Q7 - A auditoria garante grau razoável de confiança e não uma garantia absoluta. Os colaboradores da área financeira reconhecem esta garantia?	8,33%	
	Gestores de Topo	Q8 - O relatório de auditoria / C.L.C. emitida por um Revisor Oficial de Contas refere a expressão "materialmente relevante". Qual o seu nível conhecimento desta expressão?	8,33%	
		Q9 - Tem conhecimento que o processo de auditoria financeira/externa nas empresas e noutras entidades é realizado tendo em conta um nível de materialidade?	8,33%	
		Q10 - Tem conhecimento que a auditoria financeira garante um grau razoável de confiança e não uma garantia absoluta?	8,33%	
		Q11 - Tem conhecimento de que a opinião sem reservas (opinião limpa), por parte do auditor/ROC transmite uma maior fiabilidade das Demonstrações Financeiras?	8,33%	
		Q12 - Considera importante conhecer mais sobre todo o processo de auditoria?	8,33%	

Quadro 8 - Relação da hipótese 2 com as perguntas do questionário

Hipóteses		Perguntas a enviar no questionário	% por Q	% por hipótese
H2 - Numa análise custo/benefício direcionada para a auditoria, os gestores geralmente consideram o custo como fator principal.	Profissionais de auditoria e contabilidade	Q13 – Geralmente, os gestores das organizações, quando contratam a empresa de auditoria, têm em conta o custo como fator principal?	12,5%	25%
		Q14 – Geralmente, os gestores têm consciência do benefício da auditoria financeira?	12,5%	
		Q15 - Os gestores das organizações sabem que, se o auditor baixar o nível de materialidade e aumentar as horas de trabalho, existe maior probabilidade de deteção de distorções?	12,5%	
		Q16 - Os gestores sabem que, no decurso de uma auditoria, podem ocorrer novos factos que o auditor desconhecia e, desta forma, existir uma mudança no planeamento da auditoria e da materialidade?	12,5%	
		Q17 - Em relação à questão anterior, os gestores estão conscientes de que obrigará a mais horas de trabalho para o auditor e, conseqüentemente, a um aumento de valores acordados?	12,5%	
	Gestores de Topo	Q18 – Por norma, quando contrata uma empresa de auditoria/ ROC, considera o custo como fator principal?	12,5%	
		Q19 – Tem conhecimento de que, se o auditor/ROC baixar o nível de materialidade e aumentar as horas de trabalho, existe uma maior probabilidade de deteção das fraudes e/ou erros e, assim, poderá perceber onde pode melhorar os processos de Controlo Interno e obter melhor desempenho da organização?	12,5%	
		Q20 – Tem conhecimento de que, no decurso da auditoria, podem ocorrer novos factos que o auditor desconhecia, obrigando a uma mudança no planeamento e, conseqüentemente, mais horas de trabalho do auditor?	12,5%	

Quadro 9 - Relação da hipótese 3 com as perguntas do questionário

Hipóteses		Perguntas a enviar no questionário	% por Q	% por hipótese
H3 - O Risco de Detecção associado à materialidade, surge, geralmente, por um insuficiente planeamento de auditoria.	Profissionais de auditoria e contabilidade	Q21 - O risco de não detetar uma distorção materialmente relevante continua a ser um dos maiores problemas para os auditores. Qual a relação do conhecimento da entidade e do negócio com o Risco de Detecção?	33,33%	25%
		Q22 - A materialidade deveria ser mais rígida (com critérios e taxas a aplicar fixos para cada dimensão, setor e tipo de empresa) e haver menos julgamento?	33,33%	
		Q23 - Os maiores escândalos deveram-se à falta de integridade da gestão. A Lei <i>Sarbanes-Oxley</i> , as ISA e as IFRS destinaram-se a conceber maior transparência às Demonstrações Financeiras. Considera que esses objetivos foram alcançados?	33,33%	

Quadro 10 - Relação da hipótese 4 com as perguntas do questionário

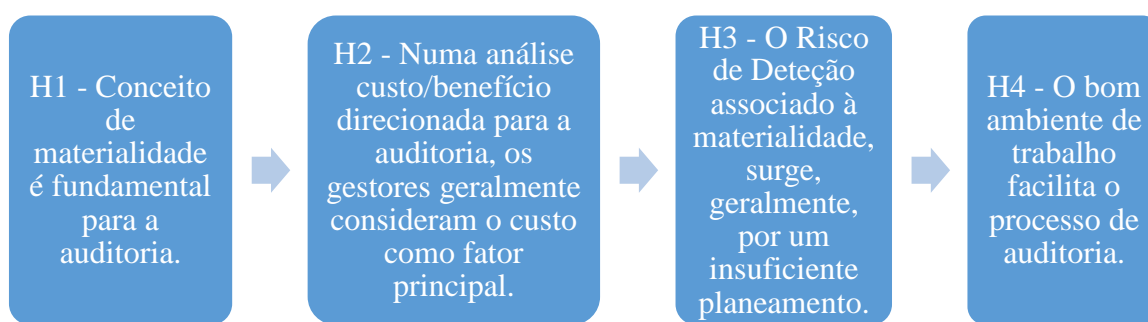
Hipóteses	Perguntas a enviar no questionário	% por Q	% por hipótese	
H4 - O bom ambiente de trabalho facilita o processo de auditoria.	Profissionais de auditoria	Q24 - O mau ambiente dentro da organização (desfasamento entre a gestão de topo e os colaboradores) dificulta o trabalho de auditoria. Concorda com a afirmação?	12,5%	25%
		Q25 - Os níveis de materialidade deverão ser ponderados e revistos, caso os colaboradores das organizações não estejam a colaborar com o auditor/revisor?	12,5%	
		Q26 - A gestão desalinhada dos interesses da organização pode ser um motivo para rever o planeamento e o seu nível de materialidade?	12,5%	
		Q27 - Qual o grau de risco de uma materialidade mal definida, caso o auditor/revisor não consiga perceber o mau ambiente/descontentamento dos colaboradores com a política da gestão?	12,5%	
		Q28 - O mau ambiente / descontentamento aumenta o risco de conluio entre colaboradores e entre colaboradores com entidades ou pessoas externas. Geralmente, a gestão das organizações reconhece esta relação?	12,5%	
		Q29 - Podemos dizer que o mau ambiente / descontentamento dos colaboradores é um dos principais riscos para a não deteção de distorções materiais?	12,5%	
	Gestores de Topo	Q30 - Tem conhecimento que o mau ambiente / descontentamento dos colaboradores nas organizações dificulta o trabalho do auditor?	12,5%	
		Q31 - Tem conhecimento que o mau ambiente/descontentamento aumenta o risco de conluio entre colaboradores e entre colaboradores com entidades ou pessoas externas?	12,5%	

Após enquadradas as hipóteses e as questões a enviar no questionário aos profissionais de auditoria, contabilidade e gestores de topo, importa definir o modelo de análise.

5.6 Modelo de análise

A construção deste modelo visa articular as hipóteses entre si. Assim, para melhor entendimento, o esquema que se segue (figura 3) faz a interligação das hipóteses de análise.

Figura 3 - Modelo de análise



Fonte: Elaboração própria

Analisando a figura nº 3 e, tendo em conta o primeiro ponto (H1), pretende-se compreender o entendimento dos *stakeholders* sobre o conceito materialidade em auditoria. Os *stakeholders* podem ser vários, no entanto, para este estudo, foram escolhidos dois, a gestão de topo das organizações e os colaboradores da área financeira. Os relatórios de auditoria/CLC devem ser públicos e facilmente entendíveis para os utilizadores da informação financeira, porém, será que estes compreendem o significado de “materialmente relevante” ou “informação material”? Compreendem os utilizadores da informação financeira que a auditoria é realizada tendo em conta um nível de materialidade? Reconhecem que a auditoria garante um grau razoável confiança e não uma garantia absoluta?

A hipótese 2 relaciona-se com o custo/benefício da auditoria, sabendo-se que os gestores, em geral, consideram o custo como fator principal, torna-se fundamental compreender o conhecimento dos gestores face à relação custo/benefício da auditoria.

O planeamento de auditoria e a materialidade devem ser revistos durante os trabalhos, uma vez que, face a fatores inesperados o auditor, em certos casos, poderá ser obrigado a definir a materialidade para um nível mais baixo e, conseqüentemente, mais horas de trabalho. Por outro lado, tendencialmente, a gestão das organizações não quer pagar muito pelo trabalho de auditoria, assim, tendo em conta a importância desta divergência, será elaborado um estudo nesse sentido.

Em relação à hipótese 3, pretende-se compreender a importância do conhecimento da entidade e do negócio com o Risco de Deteção.

A materialidade é definida tendo em conta taxas variáveis, no entanto, existe ainda o julgamento por parte do auditor. Este ponto pretende também perceber o entendimento dos profissionais de auditoria e contabilidade sobre uma materialidade mais rígida (com critérios e taxas fixas para cada dimensão, setor e tipo de empresa) e menos julgada.

Por fim, como é sabido, face aos escândalos financeiros ocorridos nas últimas décadas, imensos trabalhos têm sido feitos para uma melhoria da auditoria. Tendo em atenção os trabalhos desenvolvidos, este estudo terá conclusões sobre o grau de qualidade dos mesmos.

No último ponto (H4) pretende-se esclarecer a relação do trabalho do auditor dentro de uma organização quando os colaboradores não se sentem motivados por razões políticas internas. Hoje, cada vez mais, observamos nos meios de comunicação social reivindicações dos trabalhadores, sendo estas por vários motivos: condições de trabalho; salários baixos; horas de trabalho; entre outros. Desta feita, o enquadramento nesta hipótese está relacionado não só na problemática do trabalho do auditor, mas também com o conhecimento da mesma por parte dos gestores de topo.

Relativamente à ponderação, estas quantificam-se numa proporção igual para todas as hipóteses, representando assim 25% para cada uma delas como define a seguinte equação:

Figura 4 – Modelo de análise e percentagens de contribuição

Hipóteses de análise	H 1	H 2	H 3	H 4	Total
Percentagem de contribuição	25%	25%	25%	25%	100%

5.7 Amostra

Quadro 11 - Caracterização da amostra

A	Profissionais de auditoria	Número de inquiridos
	Audidores/Consultores (<i>PwC/Deloitte/EY/KPMG</i>)	18
	SROC não integrante <i>PwC/Deloitte/EY/KPMG</i>	12
	ROC Trabalhador independente	11
	Analistas/Diretores de entidades reguladoras Auditoria/Contabilidade/Mercados	3
	Professores universitários	4
	Professora universitária e DAI de Grupo Económico Português	1
	C.C. de Sociedades de Contabilidade	2
	C.C./Auditores Internos em "Outras Entidades"	7
	Total de respostas	58
	Total de Inquéritos Enviados	156
	B	Gestores de Topo
Gestor de Topo de uma SGPS cotada em bolsa		1
Gestor de Topo de uma SGPS não cotada em bolsa		1
Gestor de Topo de uma S. A. não cotada em bolsa		3
Gestor de Topo de uma Sociedade "LDA" sujeitas a C. L. C.		2
Total de respostas		7
Total de inquéritos enviados	35	
Total de respostas (profissionais de auditoria, contabilidade e gestores de topo)		65
Total de inquéritos enviados (profissionais de auditoria, contabilidade e gestores de topo)		191
Percentagem de respostas		34%

Este trabalho, tal como já referido, tem por base a análise de um questionário, em que as questões se destinam a obter informações de profissionais de auditoria, contabilidade e gestores de topo, tendo estes últimos apenas respondido às questões a eles relacionadas.

O questionário esteve disponível entre o dia 2 de maio de 2018 e 8 de julho de 2018 e foram enviados a 191 inquiridos, tendo-se obtido 65 respostas (através de pedidos por *email* e rede de profissionais *LinkedIn*). Tendo em conta o número de respostas obtidas, face ao total de inquéritos enviados, numa base percentual, podemos concluir que as respostas ascenderam a 34%. As análises deverão ter em conta a sua percentagem de resposta e esta pode entender-se como uma amostra razoável para este estudo.

5.8 Análise e discussão de resultados

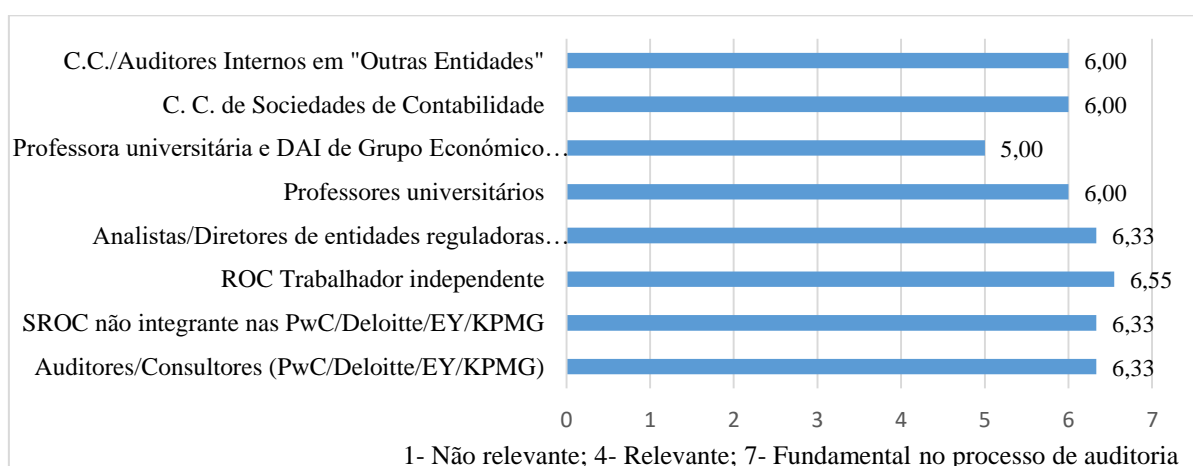
Hipótese 1 – O conceito de materialidade é fundamental para a auditoria

1. Qual o grau de importância da materialidade em auditoria?

A materialidade, de acordo com estudos desenvolvidos por diversos autores, é um conceito fundamental para a auditoria, de julgamento profissional e deverá ter em conta os *stakeholders*. Analisando o gráfico 32 (apêndice II), há uma clara evidência da importância do conceito de Materialidade em auditoria. Tendo em conta os dados, é notória uma elevada importância no processo de auditoria, sendo que 46,6% das respostas consideraram mesmo como fundamental no processo de auditoria. As restantes respostas situam-se nos níveis 5 (bastante relevante) e 6 (muito relevante) com percentagens de 19% e 34,5%, respetivamente. De acordo com os dados apresentados, podemos concluir que o conceito de materialidade é fundamental no processo de auditoria.

Para uma melhor compreensão da origem das respostas, o gráfico seguinte apresenta os dados numa perspetiva discriminativa por profissão e entidade.

Gráfico 1 - Qual o grau de importância da materialidade em auditoria?



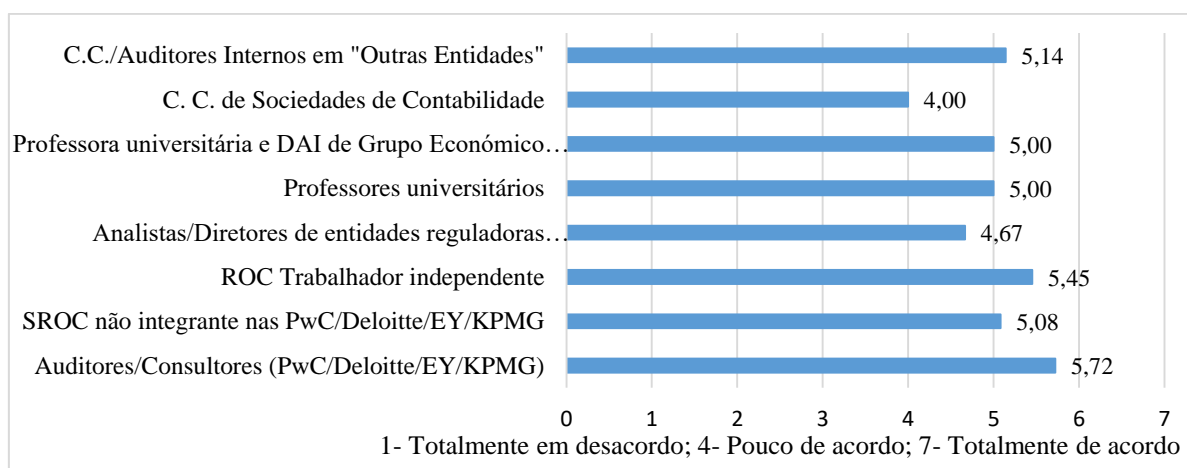
O gráfico nº 1 esclarece que, na generalidade, a média dos profissionais de auditoria, contabilidade, regulamentação e investigação considera a materialidade entre o nível 6 e 7.

Assim, considerando os dados apresentados, podemos concluir que a materialidade é um fator fundamental no processo de auditoria, podendo pôr em causa o plano estratégico do auditor.

2. Os gestores de topo das organizações entendem que a auditoria financeira é realizada tendo em conta um patamar de materialidade?

Esta questão tem, como ponto fundamental, o conhecimento dos gestores de topo sobre o conceito de materialidade, na auditoria financeira das organizações. Assim, para melhor compreensão será feita uma análise do seguinte gráfico:

Gráfico 2 - Os gestores de topo entendem que a auditoria financeira é realizada tendo em conta um patamar de materialidade.



Tendo em conta o gráfico nº 2, é visível um elevado conhecimento dos gestores sobre o significado do conceito de Materialidade e da sua aplicação prática nas organizações.

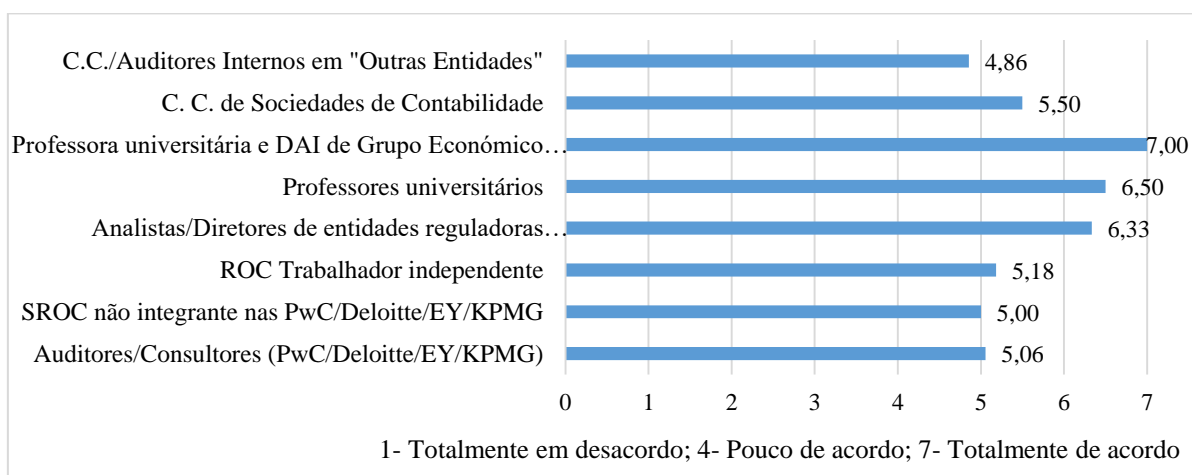
As respostas situam-se no nível 5 da escala de *Likert*, estando de acordo com o pressuposto de que os gestores entendem que a auditoria é realizada de acordo com um nível de materialidade.

Em sentido mais evidente, é de especial relevância fazer referência aos auditores e consultores representantes das *Big Four*. A média corresponde ao nível 6 da escala, significando que estes estarão muito de acordo com a afirmação.

3. Considera importante que os gestores de topo das organizações conheçam mais sobre o processo de auditoria, nomeadamente a materialidade e a sua relação com o Risco de Detecção e a fiabilidade das Demonstrações Financeiras?

No que concerne à opinião dos profissionais de auditoria, da contabilidade e investigadores, sobre um maior conhecimento da relação Materialidade com o Risco de Detecção e a fiabilidade das Demonstrações Financeiras, há uma clara evidência de que a generalidade dos inquiridos entende que deve ser um pressuposto importante, como podemos verificar no gráfico 3.

Gráfico 3 - Considera importante que os gestores de topo das organizações conheçam mais sobre o processo de auditoria.



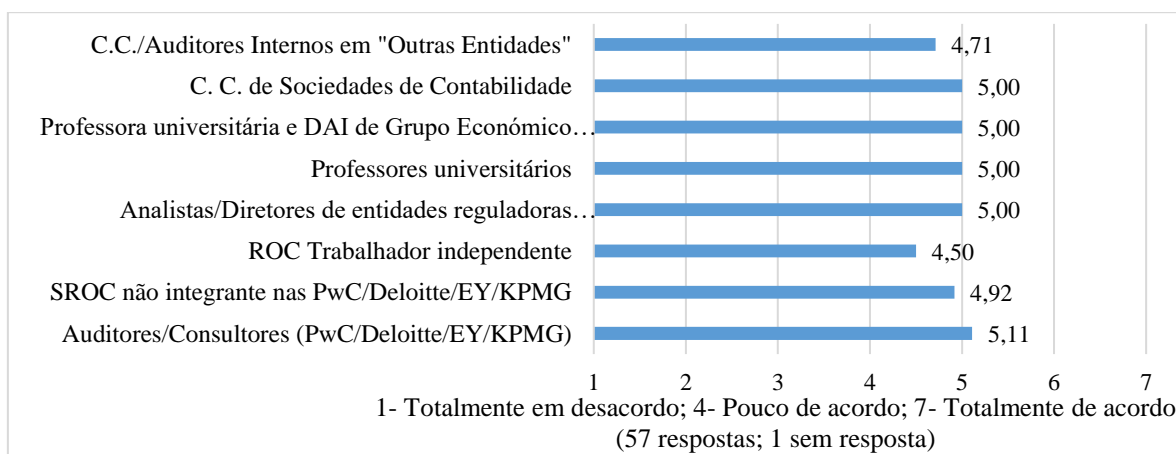
Os resultados concentram-se, na sua globalidade, no patamar 5 (concordo) da escala.

Entre os elementos inquiridos é de realçar a perceção dos professores universitários e dos representantes das entidades reguladoras que consideram que é extremamente importante para a auditoria e para as organizações que os gestores entendam esta relação.

4. A auditoria garante um grau razoável de confiança das DF e não uma garantia absoluta. Os gestores de topo das organizações reconhecem esta garantia?

Esta questão pressupõe que os gestores reconheçam o grau razoável de confiança mencionado não só na Certificação Legal de Contas, mas também no contrato de auditoria assinado pelos gestores.

Gráfico 4 - A auditoria garante um grau razoável de confiança das DF e não uma garantia absoluta. Os gestores de topo reconhecem esta garantia.



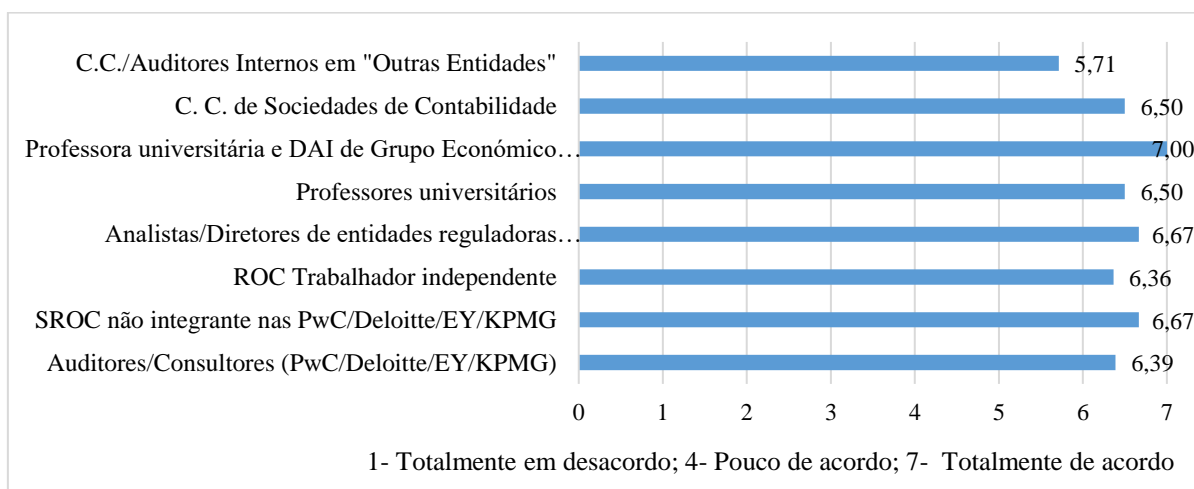
De acordo com o gráfico 4, pode verificar-se uma opinião concordante (nível 5) por parte de todos os inquiridos. Nesse sentido, confirma-se o pressuposto de que os gestores compreendem as garantias da auditoria, contudo, evidencia-se que este conhecimento não é generalizado.

5. Os gestores deviam reconhecer a importância de uma opinião limpa?

Uma opinião limpa pressupõe que o auditor não detetou distorções (erros ou fraudes) materialmente relevantes ou, se detetou, foram identificadas e atempadamente corrigidas.

Os gestores de topo são parte interessada na fiabilidade das Demonstrações Financeiras. Assim, esta questão pressupõe que os gestores devem reconhecer os significados de “opinião não modificada” e “opinião modificada” do auditor/revisor, no relatório de auditoria.

Gráfico 5 - Os gestores deviam reconhecer a importância de uma opinião limpa.



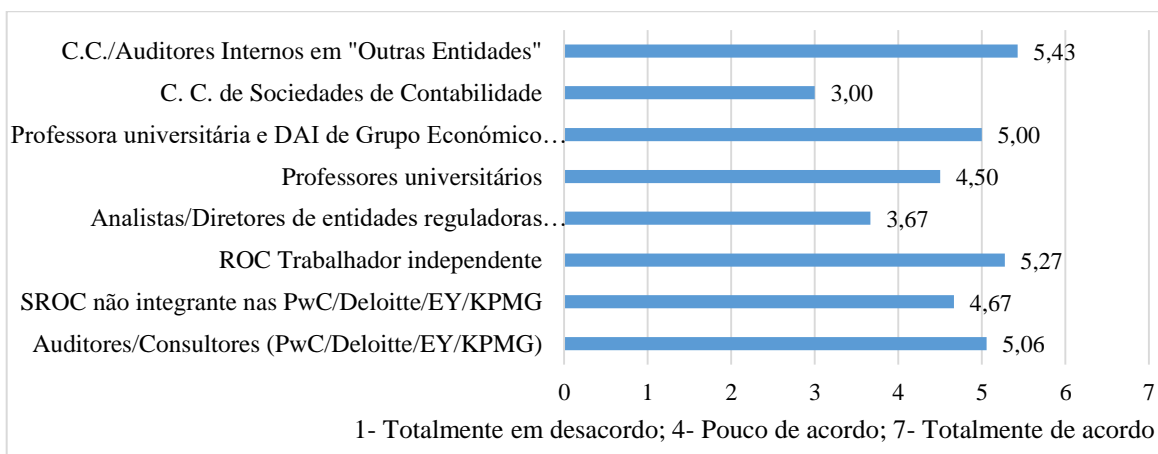
De acordo com o gráfico 5, não existem dúvidas quanto à importância do reconhecimento da opinião sem reservas por parte da gestão.

Analisando os dados dos inquiridos, apresentados no gráfico 5, é visível uma tendência generalizada no nível máximo da escala. Desta forma, tendo em conta os dados apresentados, maioritariamente considera-se um fator fundamental para a auditoria.

6. Os colaboradores da área financeira das organizações entendem que a auditoria financeira é realizada tendo em conta um nível de materialidade?

No seguimento do estudo e tendo em conta os colaboradores da área financeira, colocaram-se questões aos inquiridos sobre o conhecimento deste *stakeholder* relativamente à materialidade usada na auditoria financeira e às garantias da auditoria.

Gráfico 6 - Os colaboradores da área financeira entendem que a auditoria financeira é realizada tendo em conta um nível de materialidade.



Analisando o gráfico nº 6 podemos verificar uma tendência para o nível 5 da escala (concordo).

Em sentido oposto, obtiveram-se respostas discordantes por parte dos Contabilistas Certificados integrados em Sociedades de Contabilidade.

Em sentido de uma tendência pouco concordante (nível 4), confirmaram-se por parte das entidades reguladoras apresentando uma média de 3,67%.

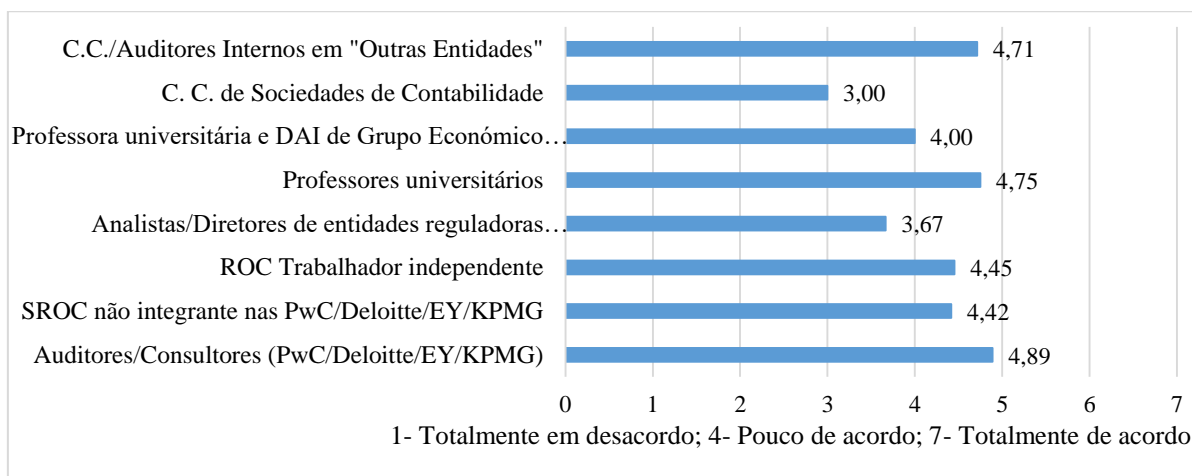
De entre os diversos inquiridos, confirma-se a existência de alguns na qualidade de “colaboradores da área financeira”. Tomando em consideração estes elementos, será também feita uma análise das respostas obtidas pelos mesmos. Analisando o gráfico 33 (apêndice III), é visível que estes elementos compreendem bem a materialidade na auditoria e a sua aplicação prática dentro das entidades em que trabalham.

7. A auditoria garante um grau razoável de confiança e não uma garantia absoluta. Os colaboradores da área financeira reconhecem esta garantia?

A questão anterior pressupõe a existência de um conhecimento por parte dos colaboradores da área financeira sobre a materialidade. Desta forma, será também importante perceber quais as expectativas deste face à auditoria.

Gráfico 7 - A auditoria garante um grau razoável de confiança e não uma garantia absoluta.

Os colaboradores da área financeira reconhecem esta garantia.



Analisando o gráfico nº 7, a média situa-se entre 4 (pouco de acordo) e 5 (concordo) da escala de *Likert*.

É de especial relevância especificar a tendência correspondente às entidades reguladoras, confirmando uma pouca concordância.

De uma forma comparativa, podemos extrair, mais uma vez, elementos que trabalham no setor administrativo, em outras entidades não compreendidas no ramo de auditoria e contabilidade (gráfico 34 do apêndice IV). Como podemos confirmar, as respostas foram na maioria concordante (nível 5) e uma outra correspondente ao nível mais alto, designadamente totalmente de acordo.

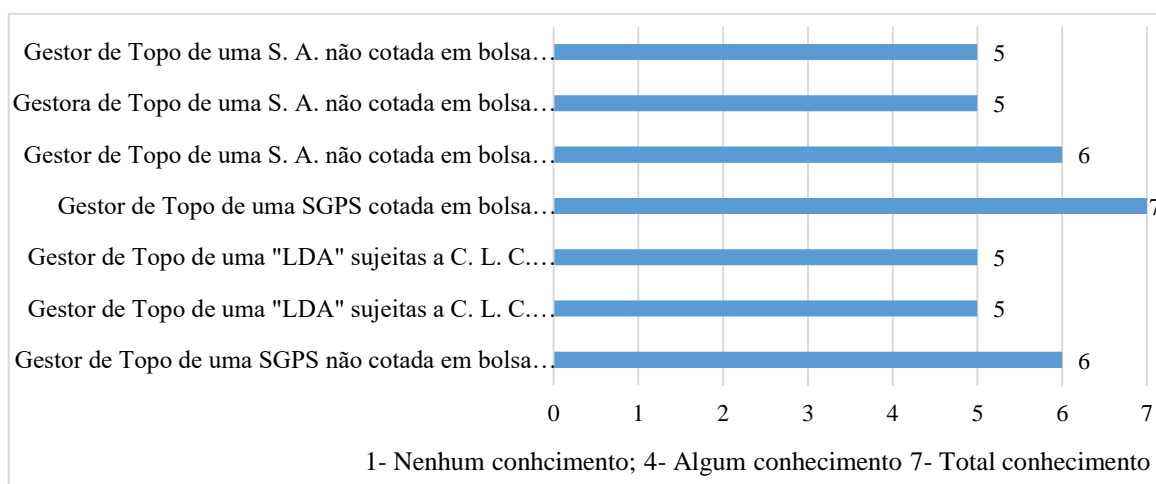
8. O relatório de auditoria/C.L.C., emitida por um Revisor Oficial de Contas, refere a expressão “materialmente relevante”. Qual o seu nível de conhecimento desta expressão? (respostas dos gestores)

As questões anteriores quantificam respostas por parte dos profissionais de auditoria, contabilidade, regulamentação e investigação sobre o entendimento dos gestores relativamente à materialidade e garantias da auditoria.

Acrescentando valor a este trabalho, e para uma conclusão mais evidente, irá ser feita uma análise de respostas obtidas por parte de gestores de topo portugueses de diferentes entidades, dimensões e setores de atividade.

“Materialmente relevante” está diretamente ligada ao conceito de materialidade. Assim, o gráfico seguinte reflete uma amostra de gestores sobre o nível de entendimento da expressão transmitida na Certificação Legal de Contas.

Gráfico 8 – O relatório de auditoria/CLC, refere “materialmente relevante”. Qual o seu nível de conhecimento desta expressão? (respostas dos gestores)



Tendo em consideração as respostas obtidas pelos gestores de topo (gráfico 8), podemos concluir que a expressão “materialmente relevante” é entendida por todos os gestores inquiridos, uma vez que todas as respostas foram iguais ou maiores que o nível 5 (Tenho um bom conhecimento).

Em relação às respostas do nível 6 (Tenho um muito bom conhecimento), foram obtidas duas, designadamente de gestores institucionais de uma Sociedade Anónima do ramo de eletrodomésticos e de uma SGPS não cotada em bolsa do ramo automóvel.

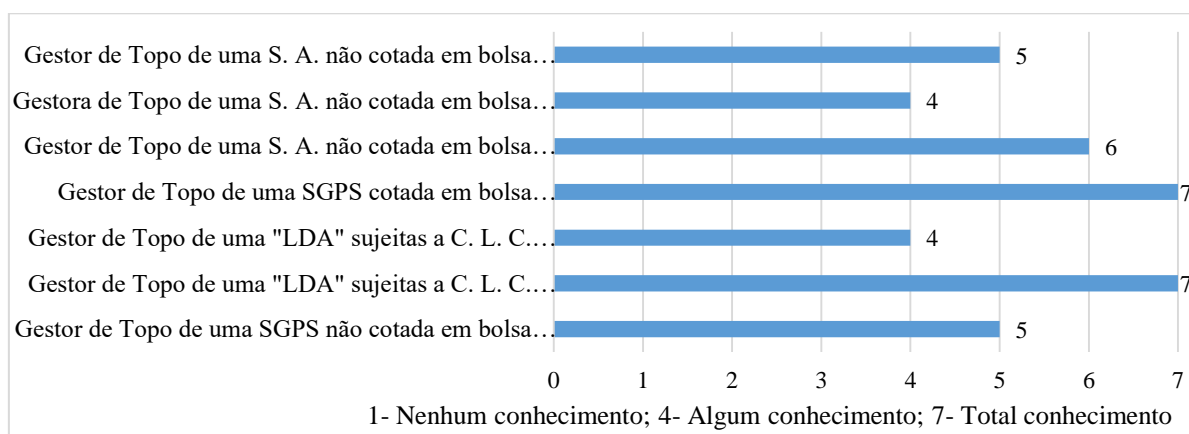
No que concerne ao nível mais alto da escala, este corresponde a um gestor de topo de uma SGPS cotada em bolsa integrada em vários setores de atividade.

9. Tem conhecimento de que o processo de auditoria financeira/externa nas empresas e noutras entidades é realizado tendo em conta um nível de materialidade? (respostas dos gestores)

O conhecimento dos gestores sobre o conceito de materialidade, como se verificou anteriormente, é um fator que pode ser relevante para a auditoria.

Esta questão pretende esclarecer até que ponto os gestores topo entendem que as auditorias, nas organizações que representam, são realizadas tendo em conta um nível de materialidade. O gráfico 9 apresenta discriminadamente as respostas dos gestores.

Gráfico 9 – Tem conhecimento de que o processo de auditoria financeira é realizado tendo em conta um nível de materialidade?



De acordo com os resultados, evidencia-se uma diversidade de níveis de conhecimento.

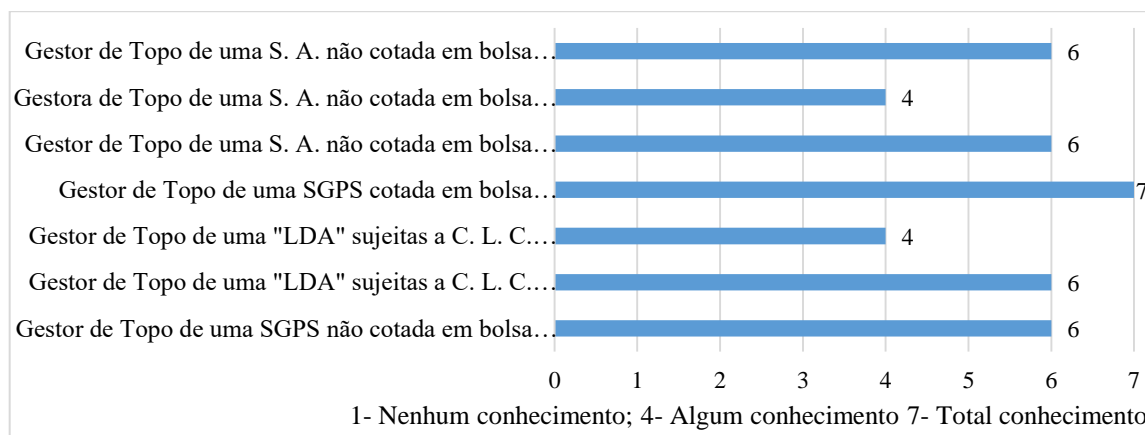
É de especial relevância referir que as respostas se situam entre o nível médio e os níveis mais altos da escala. As respostas obtidas no nível 4 foram duas, nomeadamente de um gestor de uma empresa do setor industrial e de uma gestora de uma Sociedade Anónima do setor dos serviços. No que concerne às duas respostas de nível 5 (tenho um bom conhecimento), evidenciam-se duas, uma de um gestor de topo de uma entidade S.A. não cotada em bolsa integrada em vários setores de atividade e outra de um representante de uma SGPS do ramo automóvel. No nível imediatamente acima (nível 6), característico de um conhecimento elevado da matéria, a resposta provém de um gestor de uma Sociedade Anónima não cotada em bolsa do ramo da venda de eletrodomésticos.

É também de grande importância ter em consideração as respostas no nível mais alto da escala, compreendendo, assim, um total conhecimento da materialidade como fonte de trabalho para os auditores/revisores. Desta feita, tendo por base o nível 7, obtiveram-se duas, designadamente, de um gestor de uma SGPS cotada em bolsa e uma outra de Sociedade Anónima não cotada em bolsa do ramo mobiliário.

10. Tem conhecimento de que a auditoria financeira garante um grau razoável de confiança e não uma garantia absoluta? (respostas dos gestores)

A auditoria, tal como é referido na opinião do auditor/revisor, garante um grau razoável de confiança e não uma garantia absoluta de que todas as distorções tenham sido detetadas e corrigidas. No entanto, sendo a gestão um importante decisor organizacional, é conveniente que esta garantia seja reconhecida por este. Por conseguinte, esta questão pressupõe a obtenção de informação relativa a esta problemática.

Gráfico 10 – Tem conhecimento de que a auditoria garante grau razoável de confiança e não uma garantia absoluta?



Analisando o gráfico nº 10, no âmbito geral, é conclusivo um reconhecimento muito elevado das garantias da auditoria.

Relativamente ao nível 4, conclui-se que dois gestores reconhecem apenas algum conhecimento das garantias da auditoria financeira, sendo estes correspondentes a um gestor

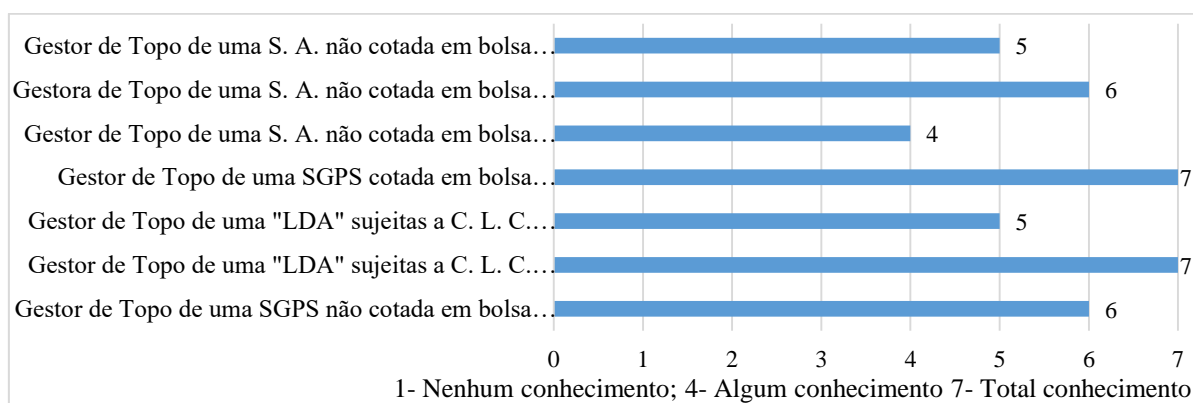
representante de uma Sociedade “Lda” do setor industrial e uma outra gestora de uma Sociedade Anónima não cotada em bolsa do setor dos serviços.

É de especial relevância fazer-se referência ao gestor de topo da entidade SGPS cotada em bolsa que compreende de forma mais evidente o significado de “grau razoável de confiança”.

11. Tem conhecimento de que a opinião sem reservas (opinião limpa), por parte do auditor/ROC, transmite uma maior fiabilidade das Demonstrações Financeiras? (respostas dos gestores)

As empresas são um motor de desenvolvimento económico, tecnológico e social para as sociedades. Existem vários interessados em que as entidades se mantenham competitivas, transparentes e com boas normas de ética, podendo ser os gestores, colaboradores, acionistas, obrigacionistas, clientes, fornecedores, o Estado, os bancos e o público em geral. Neste contexto, a existência de uma “opinião limpa” transmite uma maior confiança das demonstrações financeiras e, assim, uma maior expectativa por parte dos *Stakeholders*.

Gráfico 11 – Tem conhecimento de que a opinião sem reservas do auditor/revisor transmite uma maior fiabilidade das demonstrações financeiras?



A problemática desta questão passa por entender os gestores de topo relativamente a esta confiança das demonstrações financeiras. Deste modo, tomando por base o gráfico nº 11, é visível o conhecimento desta relação por parte deste *stakeholder*, no entanto, não de igual modo entre todos os inquiridos.

O gestor institucional da S.A. do setor retalhista de eletrodomésticos reconhece apenas algum conhecimento (nível 4). No nível imediatamente acima, foram obtidas respostas de duas entidades, uma S.A. não cotada em bolsa e uma outra Sociedade LDA.

No que concerne aos níveis mais altos da tabela, foram obtidas 4 respostas. No nível 6 da escala, foram obtidas duas respostas e, no nível 7, mais uma vez, o gestor de topo da entidade SGPS cotada em bolsa reconhece esta relação de uma forma mais profunda, fundamentando, assim, um elevado grau de conhecimento sobre o benefício da opinião limpa para a organização que representa. Com a mesma compreensão evidencia-se um outro gestor do setor da indústria de mobiliário.

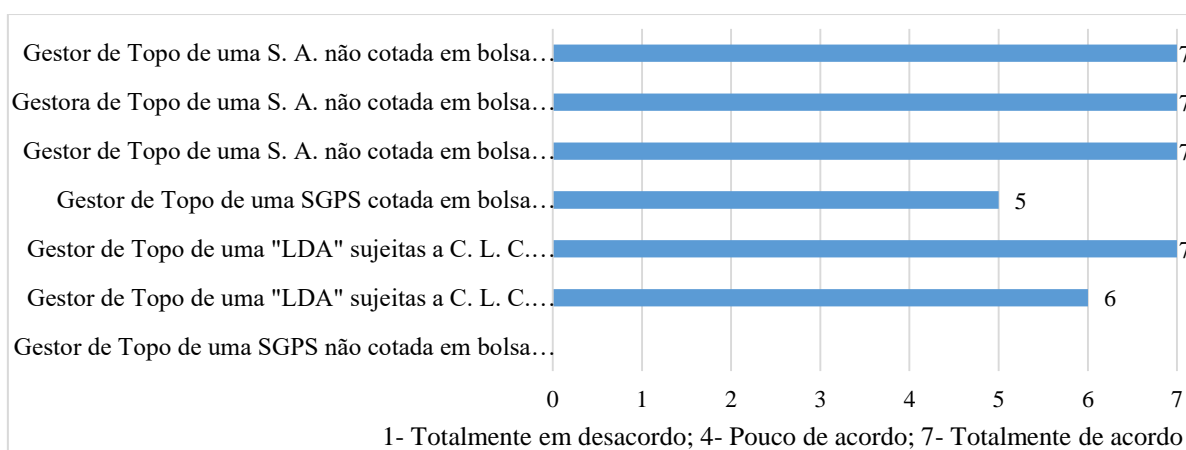
No cômputo geral, todos os gestores reconhecem a relação “opinião limpa” com a confiança das demonstrações financeiras. Portanto, tomando por base a amostra obtida das respostas, é pode concluir-se que os gestores estão cada vez mais preocupados com as melhorias organizacionais, no que respeita aos seus controlos e transparência.

**12. Considera importante conhecer mais sobre todo o processo de auditoria?
(respostas dos gestores)**

A gestão das organizações procura melhorar os seus controlos organizacionais, preocupa-se com a credibilidade das demonstrações financeiras, com a reputação e com a continuidade futura.

Considerando que a generalidade dos gestores tem uma base concetual do processo de auditoria, esta questão pretende esclarecer a importância de um maior conhecimento. Atendendo ao pressuposto de que seria uma vantagem para a auditoria, o gráfico 12 apresenta resultados nesse sentido.

Gráfico 12 - Considera importante conhecer mais sobre a auditoria?



O processo de auditoria é um processo complexo e que exige um conhecimento profundo ao nível de várias envolventes. A questão remete-nos para uma melhor compreensão de todo este processo por parte dos gestores e, assim, compreender se, de alguma forma, as diferenças de expectativas sejam minimizadas e se o fator custo da auditoria seja cada vez menos o fator principal dos gestores.

Analisando a amostra do gráfico nº 12, das 6 respostas obtidas, 5 gestores consideram muito importante conhecer mais sobre o processo de auditoria.

Relativamente à resposta no nível 5, esta foi obtida pelo gestor da SGPS cotada em bolsa defendendo que o que sabe é suficiente, não considerando muito relevante conhecer mais.

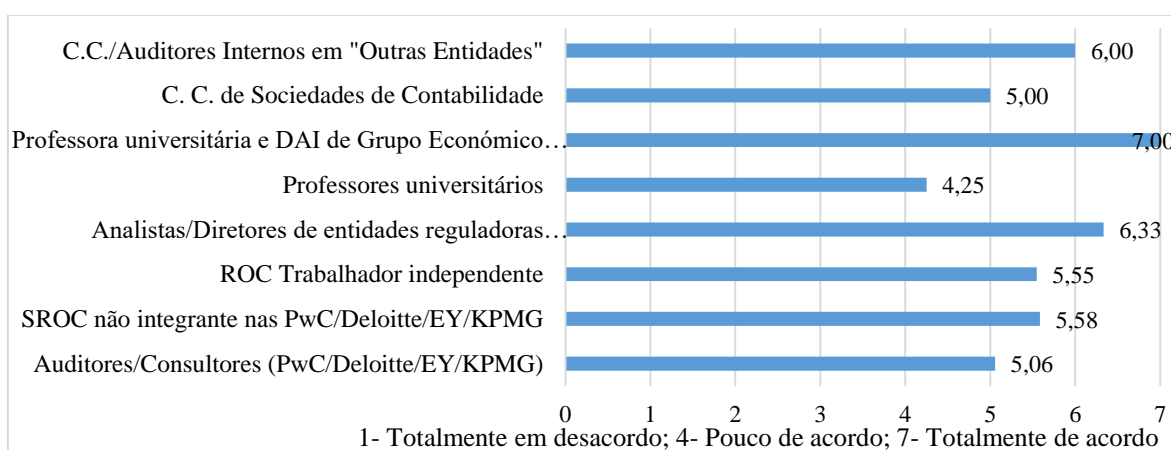
Hipótese 2 – Numa análise custo/benefício direcionada para auditoria, os gestores geralmente consideram o custo como fator principal.

13. Geralmente, os gestores das organizações, quando contratam a empresa de auditoria, têm em conta o custo como fator principal?

De acordo com os estudos desenvolvidos, existem autores que defendem que os gestores tendencialmente relevam mais o custo da auditoria em detrimento do benefício que pode obter.

Desta feita, pressupondo que o custo é o fator mais ponderado pelos gestores, será relevante compreender a percepção dos auditores, revisores, investigadores e representantes de entidades reguladoras. As respostas, de acordo com o gráfico nº 13, evidenciam-se nesse sentido.

Gráfico 13- Os gestores, quando contratam uma empresa de auditoria, consideram o custo como fator principal.



As respostas recebidas das entidades *Big Four* traduzem-se num grau 5 (concordo) da escala de *Likert*. Por outro lado, as restantes entidades de auditoria (ROC) confirmam uma concordância elevada (nível 6). No mesmo sentido entendem também os representantes das entidades reguladoras.

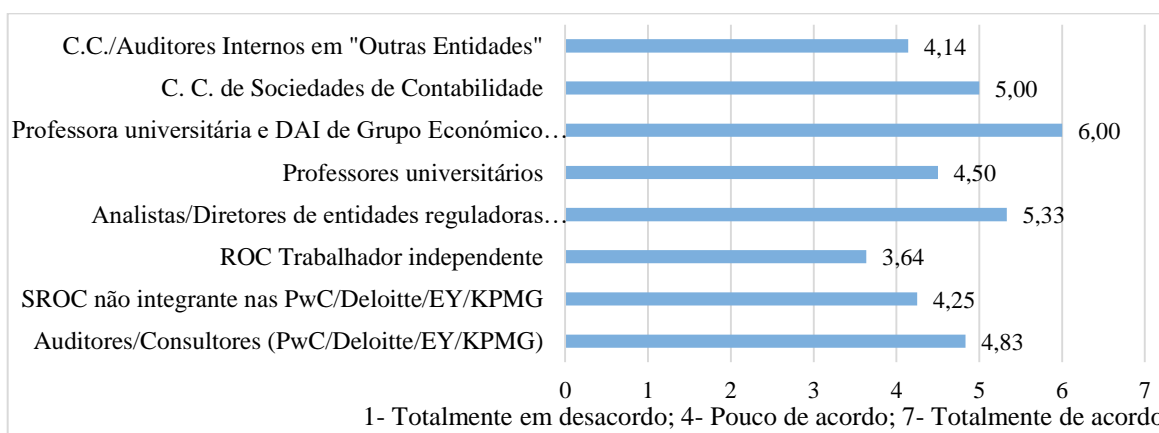
Concordando totalmente (7), verifica-se a resposta de uma professora universitária e responsável por um grupo económico português, que defende que os gestores assumem, fundamentalmente, o custo como fator primordial.

14. Geralmente, os gestores têm consciência do benefício da auditoria financeira?

O principal benefício da auditoria, como podemos verificar, é oferecer credibilidade às Demonstrações Financeiras. Contudo, a auditoria poderá acrescentar ainda mais valor à organização, promovendo fatores de melhoria. Desta maneira, o benefício de uma auditoria

poderá resultar numa maior eficiência dos controlos e, consequentemente, num maior desempenho das organizações.

Gráfico 14 - Os gestores têm consciência do benefício da auditoria financeira.



De acordo com as respostas apresentadas no gráfico nº 14, os auditores financeiros e consultores das entidades *PwC*, *Deloitte*, *EY* e *KPMG* consideram que existe um maior conhecimento deste benefício, face aos auditores/revisores das entidades SROC e ROC independentes, que consideraram uma baixa concordância (nível 4).

As respostas das entidades reguladoras, professores universitários e as entidades de serviços de contabilidade estabelecem-se num patamar 5, concordando com a afirmação.

A inquirida professora universitária, responsável pela auditoria interna de um grupo económico português, considera que o nível é o 6 (muito de acordo), defendendo que os gestores têm, geralmente, consciência do benefício de uma auditoria financeira.

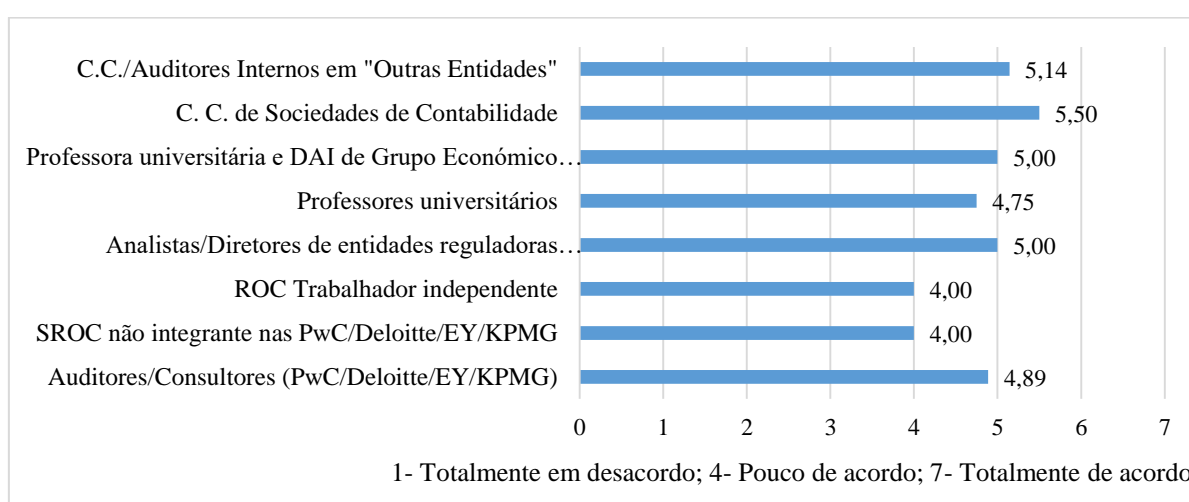
15. Os gestores das organizações sabem que, se o auditor baixar o nível de materialidade e aumentar as horas de trabalho, existe uma maior probabilidade de deteção de distorções?

A materialidade pode ser entendida como uma ferramenta de orientação dos trabalhos de auditoria. De acordo com as matérias estudadas, é uma evidência que, baixando o nível de materialidade, resultará numa maior probabilidade de deteção de fraudes e/ou erros. Num

contexto destes, obrigará o auditor a verificar mais itens e, conseqüentemente, necessitará de mais horas de trabalho.

Os gestores são responsáveis pela preparação das Demonstrações Financeiras, pelo Sistema de Controlo Interno implementado e, como é evidente, são elementos interessados em que a entidade esteja isenta de fraudes e/ou erros. O gráfico 15 apresenta dados nesse sentido.

Gráfico 15 - Os gestores sabem que, se o auditor baixar o nível de materialidade, existe uma maior probabilidade de deteção de distorções.



De acordo com os dados apresentados, a generalidade dos inquiridos demonstrou concordância (nível 5).

Um fator relevante a ter em consideração é a análise das entidades de auditoria. Os auditores e consultores das *Big Four* mostraram-se concordantes, considerando que uma maioria dos gestores compreendem que um nível de materialidade mais baixo poderá resultar numa maior probabilidade de deteção de distorções. Por outro lado, é de realçar as restantes entidades de Revisores Oficiais de Contas que consideraram um grau de concordância mais baixo do que o anterior, assumindo uma média pouco concordante (nível 4 da escala).

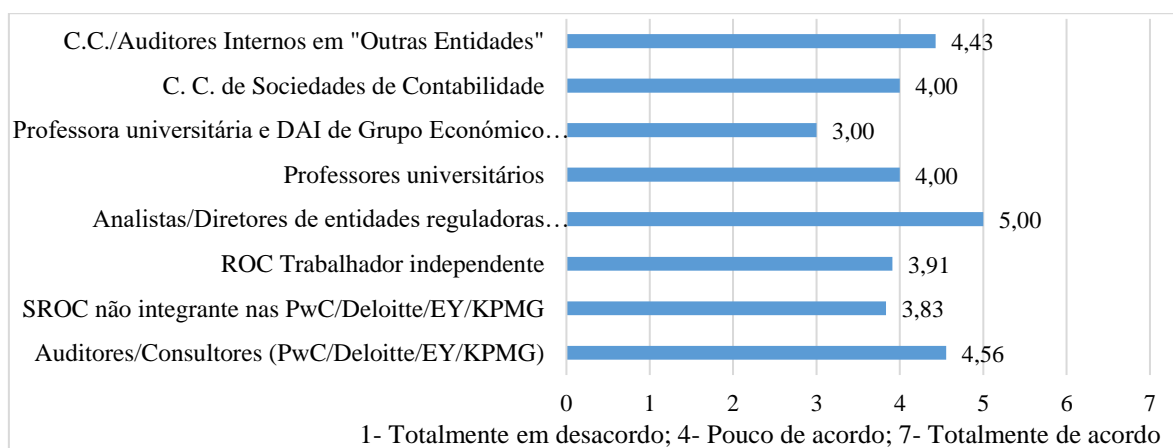
16. Os gestores sabem que, no decurso de uma auditoria, podem ocorrer novos factos que o auditor desconhecia e, desta forma, existir uma mudança no planeamento da auditoria e da materialidade?

O trabalho de auditoria tem por base, como já referido anteriormente, um planeamento e um nível de materialidade, que devem ser elaborados de forma muito cuidadosa pelo auditor. Tendo em conta que o plano estratégico do auditor tem por base uma abordagem preliminar de envolventes da organização, este pode ser redefinido ao longo dos trabalhos.

De acordo com os normativos internacionais, o auditor, numa primeira fase, deverá desenhar a sua estratégia e, posteriormente, rever e redefinir. Assim, situações inesperadas são uma evidência para uma revisão dos trabalhos.

Os gestores das organizações devem conhecer e terem consciência de que a auditoria não é um trabalho completamente previsível. Nesse sentido, o gráfico 16 evidencia respostas, tendo em conta a perceção dos profissionais de auditoria, contabilidade e investigação.

Gráfico 16 - Os gestores sabem que, no decurso da auditoria, podem ocorrer factos que o auditor desconhecia e, desta forma, existir uma mudança no planeamento e materialidade.



Atendendo ao gráfico nº 16, verifica-se que os representantes das *Big Four* e das entidades reguladoras concordam com a afirmação.

Outra perspetiva é defendida pelos restantes inquiridos. A generalidade considerou que o grau de concordância é o mais baixo (nível 4), pressupondo que existem gestores que

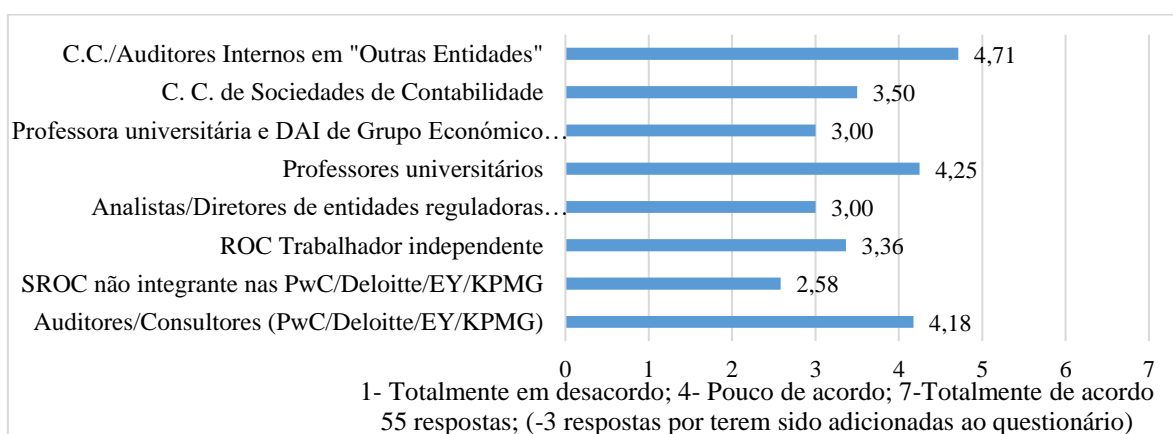
reconhecem as dificuldades do auditor quando enfrenta imprevistos. No entanto, não consideram que este problema é entendido pela generalidade dos gestores de topo.

De realçar a resposta discordante obtida pela professora universitária e diretora da auditoria interna de um grupo económico português que se situa no grau 3 da escala de *Likert*, assumindo que os gestores, geralmente, não compreendem os problemas para o auditor, quando no decurso de auditoria são evidenciados factos inesperados.

17. Em relação à questão anterior, os gestores estão conscientes de que obrigará a mais horas de trabalho para o auditor e, conseqüentemente, a um aumento de valores acordados?

A questão anterior faz referência a fatores inesperados, a uma mudança no planeamento e na materialidade, mas será que os gestores reconhecem que os valores dos honorários serão acrescidos?

Gráfico 17 - Os gestores estão conscientes que o obrigará a mais horas de trabalho e, conseqüentemente, a um aumento de valores acordados.



Tomando em consideração o gráfico nº 17, é visível uma discordância média pela maioria dos inquiridos.

Um importante fator a ter em consideração é o facto da percepção dos elementos que representam as entidades *PwC*, *Deloitte*, *EY* e *KPMG* serem pouco concordantes (nível 4),

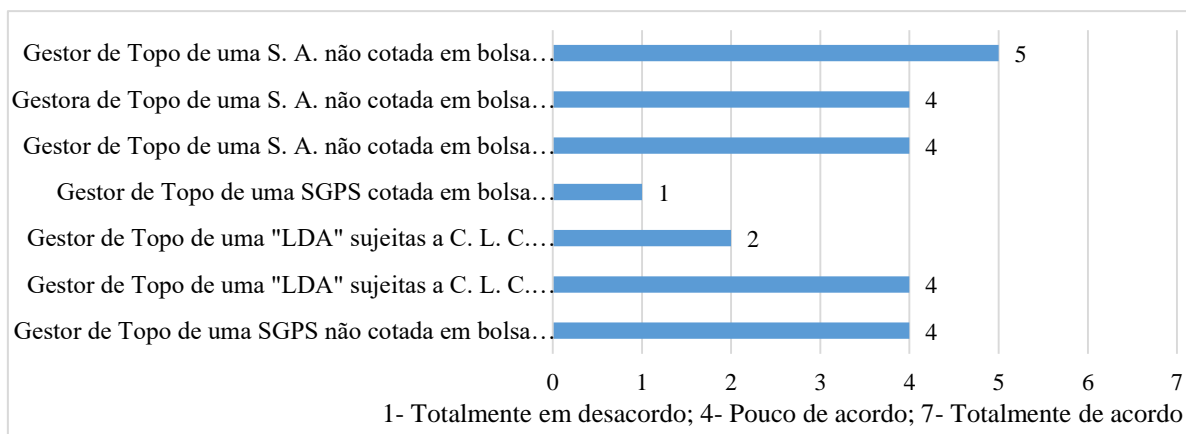
face às outras entidades de auditoria. As SROC e os ROC trabalhadores independentes entendem que os gestores não estão conscientes de que fatores inesperados podem acrescer horas de trabalho e, conseqüentemente, um aumento dos valores contratados inicialmente.

18. Por norma, quando contrata uma empresa de auditoria/ROC, considera o custo como fator principal? (respostas dos gestores)

Após analisarmos as necessidades de conhecimento dos gestores sobre a auditoria, será também relevante compreender quais os fatores que condicionam o contrato de auditoria.

Tendo em conta que o objetivo são os gestores de topo, as próximas três questões apresentam resultados nesse sentido. Sendo assim, para uma base mais detalhada, as mesmas perguntas foram efetuadas a gestores de topo.

Gráfico 18 – Por norma, quando contrata uma empresa de auditoria/ROC, considera o custo como fator principal?



Tendo em conta as respostas apresentadas no gráfico nº 18, é conclusivo que a maioria dos gestores ponderam o custo a 50%, face ao benefício da auditoria (nível 4).

É importante referir a resposta do gestor de topo de uma SGPS cotada em bolsa, que considera que o fator benefício é o mais importante. No mesmo sentido discordante, foi obtida uma outra resposta no nível 2 por parte de um gestor de uma sociedade de responsabilidade limitada.

Por outro lado, em sentido oposto obteve-se uma resposta concordante (nível 5) de um gestor de uma S.A., considerando, assim, que o fator custo é mais importante para este gestor.

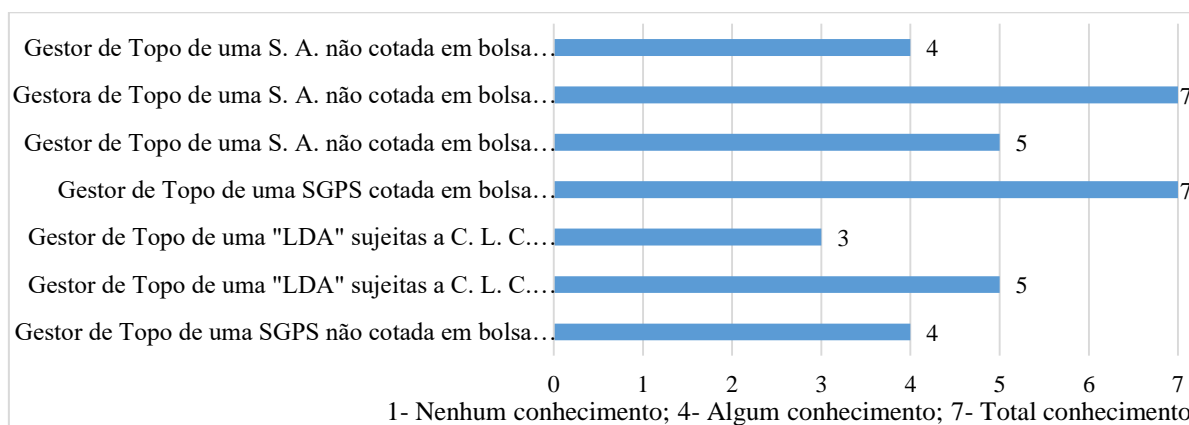
19. Tem conhecimento de que, se o auditor/ROC baixar o nível de materialidade e aumentar as horas de trabalho, existe uma maior probabilidade de deteção das fraudes e/ou erros e, assim, poderá perceber onde melhorar os processos de CI e obter melhor desempenho da organização? (respostas dos gestores)

A definição da materialidade é uma matéria de julgamento profissional e é, através dela, que se vai definir o “haircut” (percentagem) para materialidade de execução.

A materialidade de execução é definida para cada item a auditar, podendo ser Ativos Fixos Tangíveis, Ativos Intangíveis, Inventários, entre outros ativos e contas, obrigando o auditor a verificar, tendo em conta as asserções de auditoria, todos os itens valorizados ao nível da materialidade de execução e, desta forma, haverá uma maior probabilidade de deteção de fraudes ou erros materiais.

Tendo em conta que a organização pode ter benefício com o trabalho do auditor, será importante fazer a análise de respostas dos gestores institucionais.

Gráfico 19 – Tem conhecimento de que, se o auditor/ROC baixar o nível de materialidade e aumentar as horas de trabalho, existe uma maior probabilidade de deteção de fraudes e/ou erros e, assim, perceber onde melhorar os processos de Controlo Interno?



Analisando o gráfico nº 19, podemos concluir que o conhecimento dos gestores sobre esta relação materialidade/deteção é médio/alto, sendo que apenas uma entidade “Lda” do setor industrial reconheceu como pouco conhecimento obtido sobre a matéria (Nível 3).

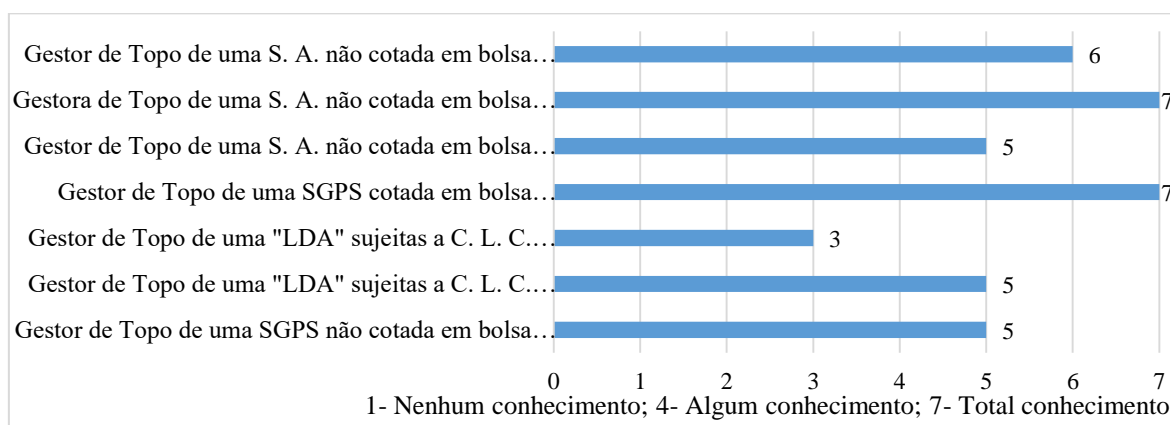
Um importante fator a referir é o facto de dois gestores, uma gestora de uma S.A. do setor de serviços e um gestor de uma SGPS cotada em bolsa, reconhecerem esta relação de uma forma mais profunda, respondendo ao nível mais alto da escala (7).

20. Tem conhecimento de que, no decurso da auditoria, podem ocorrer novos factos que o auditor desconhecia, obrigar a uma mudança no planeamento e, conseqüentemente, mais horas de trabalho do auditor? (respostas dos gestores)

No mesmo sentido e, tendo em conta a sequência das questões realizadas aos profissionais e investidores das matérias de auditoria, foram obtidas respostas dos gestores de topo.

Num cenário de imprevistos ocorridos, o gestor deverá compreender as dificuldades e validar o trabalho adicional do auditor. Assim, é de grande importância fazer uma análise que evidencie concretamente os gestores.

Gráfico 20 – Tem conhecimento de que, no decurso da auditoria, podem ocorrer novos factos que o auditor desconhecia, obrigar a uma mudança no planeamento e, conseqüentemente, a mais horas de trabalho por parte do auditor/revisor?



Analisando o gráfico nº 20, podemos concluir que o conhecimento desta problemática, por parte dos gestores de topo, é generalizada.

Os gestores, de acordo com os dados, estão conscientes de que a auditoria não é um processo totalmente previsível e sabem também que varia de acordo com as circunstâncias de envolvimento internas e externas.

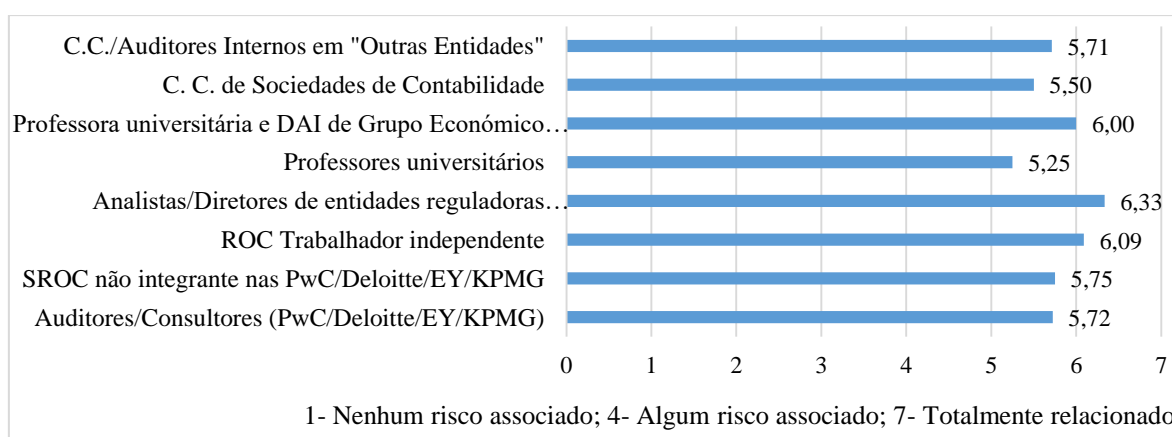
A média das respostas apresentam resultados acima do nível 4 (tenho algum conhecimento), todavia, um elemento entende que tem um baixo conhecimento sobre esta problemática.

Hipótese 3 – O Risco de Detecção associado à materialidade, surge, geralmente, por um insuficiente planeamento de auditoria.

21. O risco de não detetar uma distorção materialmente relevante continua a ser um dos maiores problemas para os auditores. Qual a relação do conhecimento da entidade e do negócio com o Risco de Detecção?

De acordo com a literatura e o normativo da auditoria (ISA), o conhecimento da entidade e do negócio é um fator importante a ter em conta pelo auditor. Deste modo, será importante conhecer o grau de importância que este tem com o Risco de Detecção.

Gráfico 21 – Qual a relação do conhecimento da entidade e do negócio com o RD?



Os dados expressos no gráfico 21 concluem um nível alto, sendo que o grau 6 (elevado risco associado) é preponderante.

Analisando os auditores e consultores das *Big Four* e auditores/revisores (ROC), as médias apresentaram valores semelhantes.

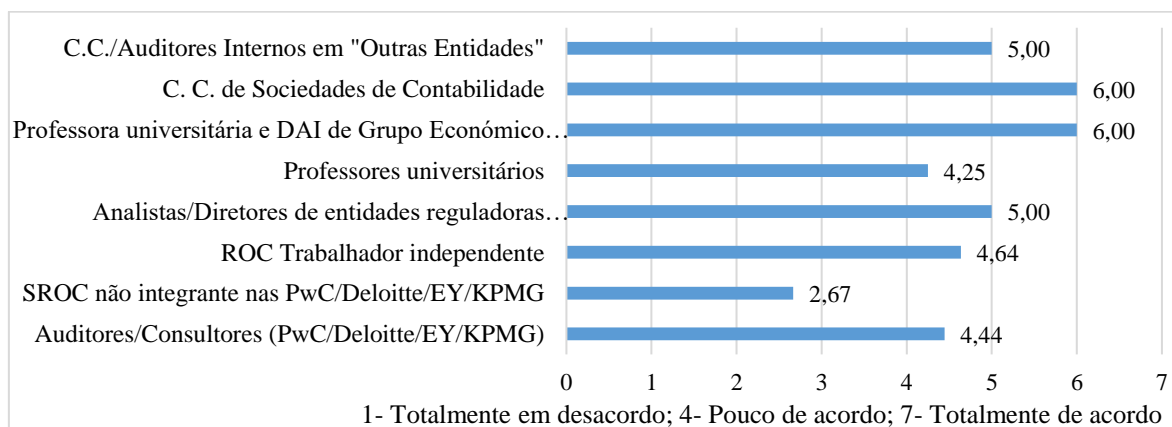
De uma forma conclusiva, podemos evidenciar que não existem divergências quanto à influência do conhecimento da entidade e do negócio com o risco de detecção.

22. A materialidade deveria ser mais rígida (com critérios e taxas a aplicar fixos para cada dimensão, setor e tipo de empresa) e haver menos julgamento?

De acordo com os normativos internacionais, artigos e livros académicos publicados em todo mundo, a materialidade assume, por um lado, indicadores e taxas para a quantificação e, por outro, uma margem julgada pelo auditor.

Entendendo que a margem de julgamento ainda assume grande relevância, foi proposta uma questão desta natureza aos profissionais de auditoria e contabilidade sobre um cenário menos flexível para a determinação do nível de materialidade.

Gráfico 22 - A materialidade deveria ser mais rígida e haver menos julgamento.



Tendo em conta o gráfico nº 22, verifica-se uma clara divergência entre as entidades de auditoria. As SROC não integradas nas *Big Four* consideram discordante face às entidades *Big Four* e ROC trabalhadores independentes, que consideraram pouco concordante e concordante respetivamente.

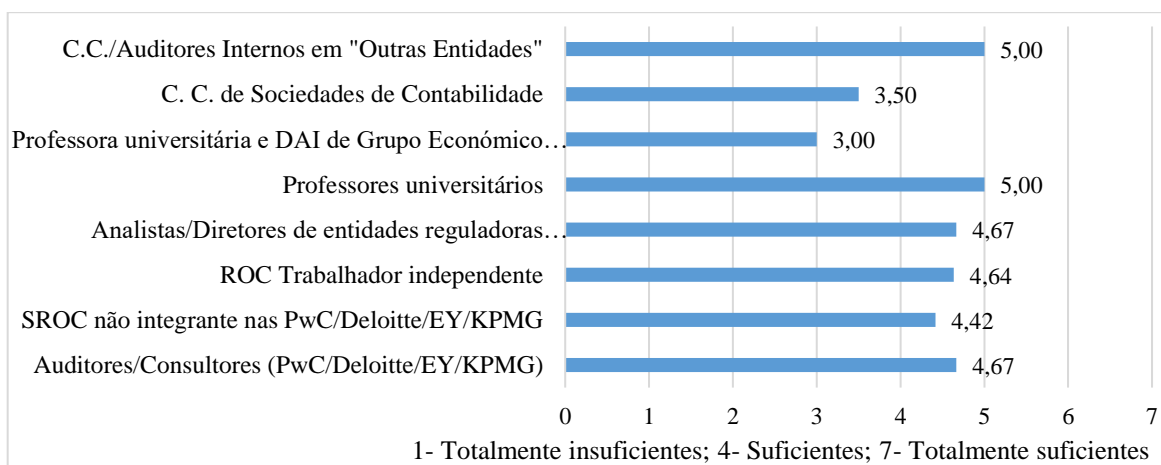
Fazendo análise aos restantes grupos, podemos concluir uma concordância, tendo estes variado entre classe 4 (pouco de acordo) e 6 (muito de acordo).

23. Os maiores escândalos deveram-se à falta de integridade da gestão. A Lei *Sarbanes-Oxley*, as ISA e as IFRS destinaram-se a conceber maior transparência às Demonstrações Financeiras. Considera que esses objetivos foram alcançados?

Esta questão tem sido muito discutida em todo o mundo. Os organismos internacionais IASB, FASB, IFAC, SEC, Comissão Europeia, entre outros, todos os dias, trabalham no sentido da melhoria da qualidade da auditoria e da transparência das demonstrações financeiras. No mesmo sentido, em Portugal, os organismos CMVM, Banco de Portugal, OROC, OCC e IPAI exercem também funções de regulamentação específicas dos mercados, da contabilidade e da auditoria.

Assim, considerando que o desenvolvimento da auditoria financeira é de extrema importância para o futuro, foi colocada uma questão aos inquiridos, conhecedores das leis e normas da profissão.

Gráfico 23 - A Lei SOX, ISA e as IFRS destinaram-se a conceber maior transparência das demonstrações financeiras. Considera que esses objetivos foram alcançados?



Analisando o gráfico nº 23, verifica-se que as médias variam entre o suficiente (nível 4) e o bastante suficiente (nível 5).

Em sentido oposto, defende a professora universitária do ramo da auditoria uma insuficiência clara dos trabalhos desenvolvidos.

É de especial relevância referir que nenhum grupo de inquiridos estabelece níveis superiores ao quinto. Desta maneira e de acordo com a evidência apresentada, deverão ser estudadas novas leis e normas claras para o futuro da auditoria.

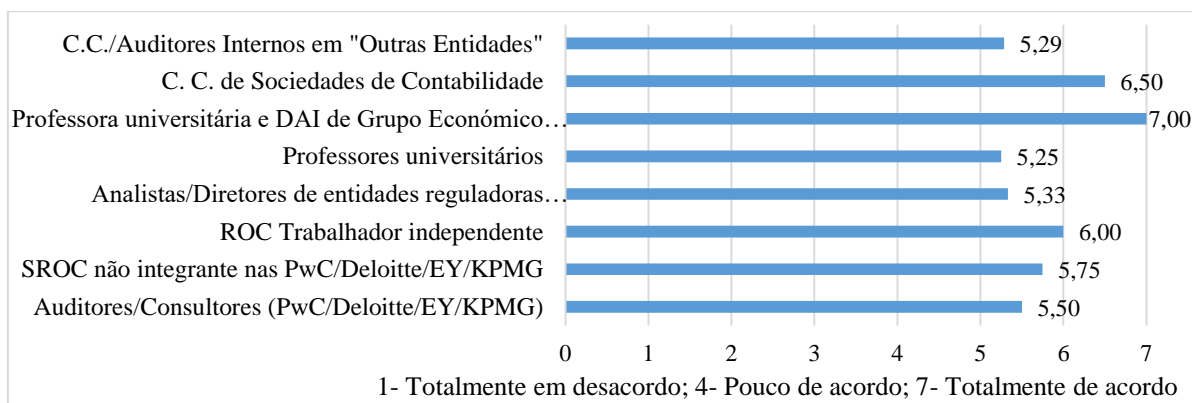
Hipótese 4 – O bom ambiente de trabalho facilita o processo de auditoria.

24. O mau ambiente dentro da organização (desfasamento entre a gestão de topo e os colaboradores) dificulta o trabalho de auditoria. Concorda com a afirmação?

Num mercado global, as empresas trabalham para serem mais competitivas e lucrativas, contudo, não é descabido que, dentro das organizações, existam ideias e propósitos diferentes. As empresas são pessoas que trabalham, no seu dia-a-dia para melhorarem as suas condições de vida, no entanto, muitas vezes, não se sentem recompensadas.

O mau ambiente/descontentamento dos trabalhadores é uma realidade em diversas organizações. O auditor, no trabalho de campo, precisa da obtenção de dados, documentos, enfim, precisa de base de prova. Num cenário de mau ambiente organizacional, pode-se estar perante uma dificuldade para o auditor, sendo que os colaboradores poderão não ajudar o auditor no seu trabalho de obtenção de prova. Tendo em conta o referido, o gráfico 24 apresenta ideias defendidas pelos inquiridos conhecedores da auditoria.

Gráfico 24 - O mau ambiente dentro da organização (desfasamento entre a gestão de topo e os colaboradores) dificulta o trabalho de auditoria. Concorda?



Analisando o gráfico nº 24, podemos concluir que o mau ambiente pode, de facto, condicionar o trabalho do auditor.

As médias das entidades de auditoria (*Big Four*, SROC e ROC independente) situam-se no patamar 6 da escala de *Likert*, defendendo claramente o pressuposto de que o mau ambiente organizacional dificulta o trabalho do auditor.

Os elementos das entidades reguladoras, professores universitários, contabilistas certificados/administrativos integrados em “outras entidades”, de acordo com a média, o nível situa-se no patamar 5, traduzindo-se como concordantes.

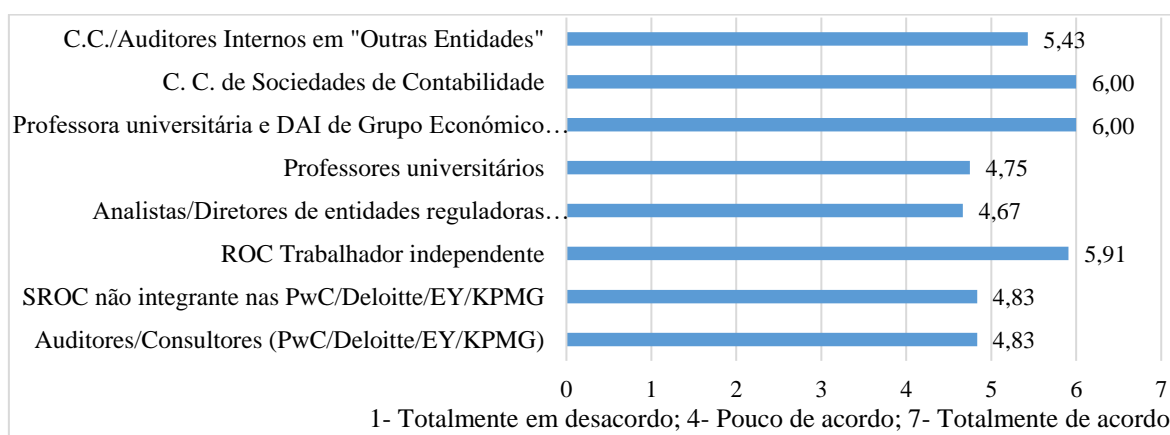
O nível mais alto da escala foi obtido pela professora universitária e diretora da auditoria de um grupo económico português e pelos elementos representantes das entidades de serviços de contabilidade, entendendo, assim, que o mau ambiente organizacional é um fator totalmente condicionante para o bom trabalho de auditoria.

25. Os níveis de materialidade deverão ser ponderados e revistos, caso os colaboradores das organizações não estejam a colaborar com o auditor/revisor?

Existem inúmeras situações que podem ocorrer quando os empregados não colaboram com o auditor, das quais podemos referir a ocultação de informações ou documentos, dificultar o auditor no acesso a dados informáticos, etc. Neste contexto, pretende-se fazer uma análise a um caso imprevisto como este e perceber em que medida poderá tornar-se um problema para

o auditor. Posto isto, concretamente, a questão pretende esclarecer até que ponto um cenário destes pode obrigar a redefinir o nível de materialidade.

Gráfico 25 - Os níveis de materialidade deverão ser ponderados e revistos, caso os colaboradores não estejam a colaborar com o auditor/revisor?



Observando atentamente o gráfico nº 25, podemos concluir que a concordância é generalizada, pois todos os grupos, em média, concordaram com o pressuposto apresentado, estabelecendo-se em patamares entre o nível 5 (concordo) e 6 (muito concordante).

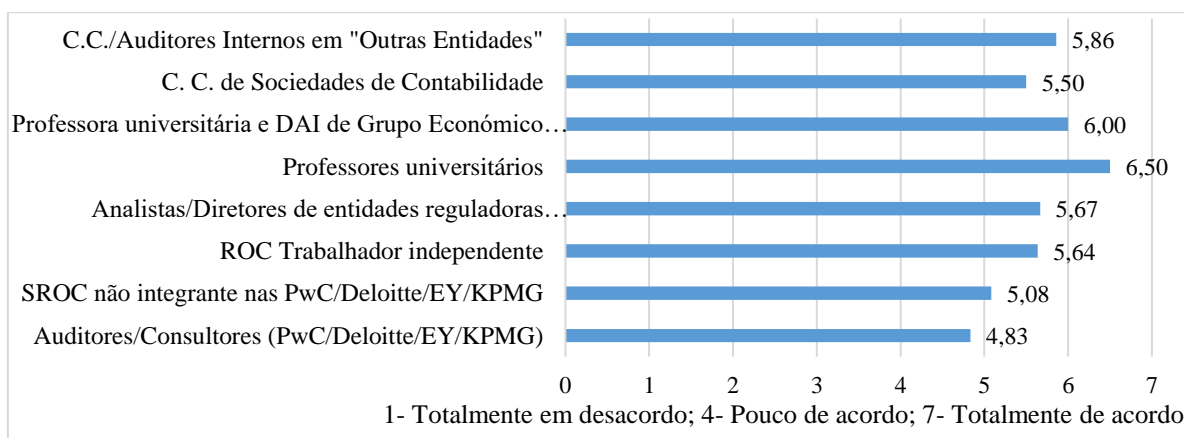
É de especial relevância mencionar as perceções dos elementos que compõem as entidades de auditoria. As consultoras *Big Four* e as outras sociedades de revisores apresentam dados exatamente iguais, no entanto, os revisores independentes foram mais além, confirmando com mais objetividade o pressuposto.

26. A gestão desalinhada dos interesses da organização pode ser um motivo para rever o planeamento e o seu nível de materialidade?

Esta questão pressupõe uma gestão não-alinhada com os interesses da organização. Uma gestão desalinhada pode ocorrer quando, por exemplo, existir uma derrogação dos controlos por parte da gestão. Á vista disto, numa situação como esta, estamos perante um elevado risco de fraude.

A questão remete para o trabalho dos auditores financeiros quando percebem o desalinhamento da gestão organizacional. No mesmo sentido, perceber o grau da importância para o planeamento quando a organização possa estar a perder mercado por fatores imputáveis à gestão, ou os controlos internos não estarem a ser executados de forma eficaz.

Gráfico 26 - A gestão desalinhada com os interesses da organização, pode ser um motivo para rever o planeamento e o seu nível de materialidade.



De acordo com o gráfico nº 26, podemos concluir um nível alto de concordância.

A variação média entre todos inquiridos situa-se entre o nível 5 (concordo) e o nível 7 (totalmente de acordo).

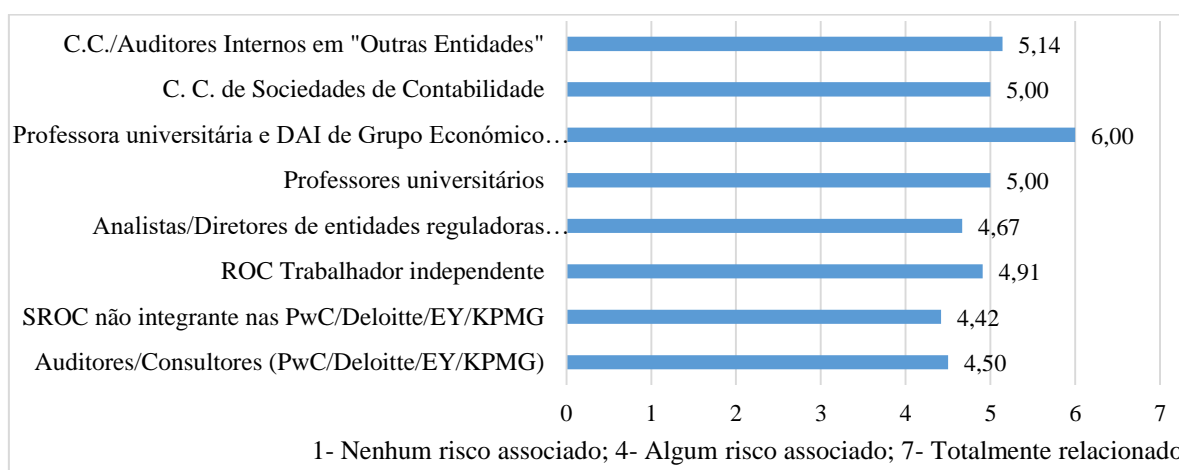
Um fator importante a distinguir é o facto do nível 5 (concordo) ter sido obtido apenas por Sociedades SROC, tanto em entidades *Big Four* como SROC não integradas nas *Big Four*.

27. Qual o grau de risco de uma materialidade mal definida, caso o auditor/revisor não consiga perceber o mau ambiente/descontentamento dos colaboradores com a política da gestão?

O mau ambiente/descontentamento dos colaboradores, como se verificou anteriormente, pode dificultar o trabalho do auditor, no entanto, será relevante compreender o impacto deste

com o nível de materialidade definido. Deste modo, o gráfico 27 pretende esclarecer o grau de importância do mau ambiente organizacional para a determinação da materialidade.

Gráfico 27 - Qual o grau de risco de uma materialidade mal definida, caso o auditor não consiga perceber o mau ambiente dos colaboradores com a política da gestão?



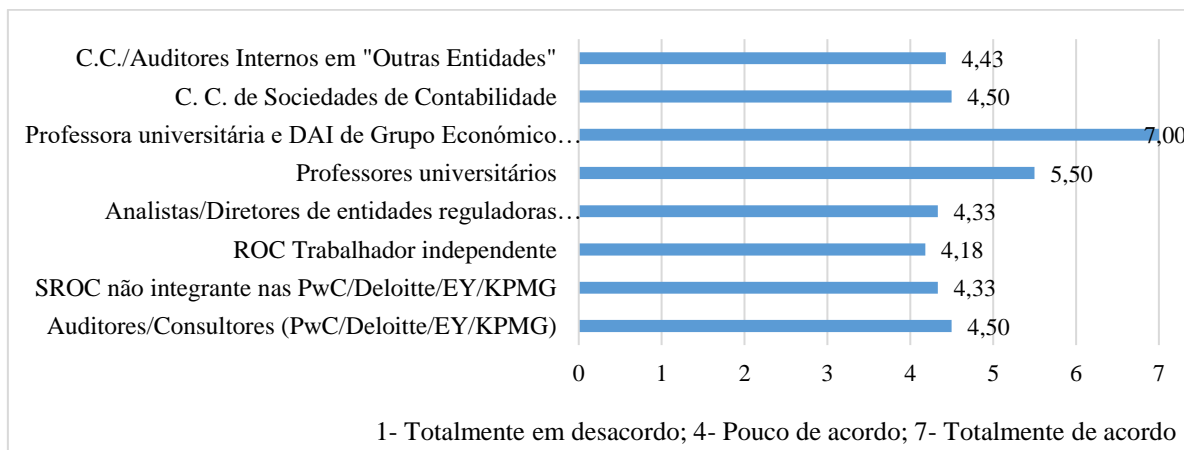
Tendo em conta os dados médios, verifica-se um nível alto de risco associado, sendo que a variação média se situa entre o nível 5 (bastante risco associado) e o 6 (muito risco associado). Este último é defendido pela professora universitária, responsável pela auditoria interna de um grupo económico português.

De acordo com o gráfico e em termos gerais, o fator mau ambiente/descontentamento dos trabalhadores pode ser uma variável importante na determinação da materialidade, dado que o risco associado é elevado.

28. O mau ambiente/descontentamento aumenta o risco de conluio entre colaboradores e entre colaboradores com entidades ou pessoas externas. Geralmente, a gestão das organizações reconhece esta relação?

O conluio entende-se por um tipo de fraude organizacional, que resulta numa associação entre dois ou mais intervenientes, podendo ser exclusivamente internas, bem como também algum ou alguns intervenientes externos à entidade. Por isso, esta questão pretende entender os gestores sobre esta problemática.

Gráfico 28 - O mau ambiente/descontentamento aumenta o risco de conluio entre colaboradores e entre colaboradores com entidades ou pessoas externas. Geralmente, a gestão das organizações reconhece esta relação.



Analisando as respostas do gráfico 28, podemos verificar que a concordância é comum, no entanto, o nível 4 da escala predomina, evidenciando um grau baixo de concordância.

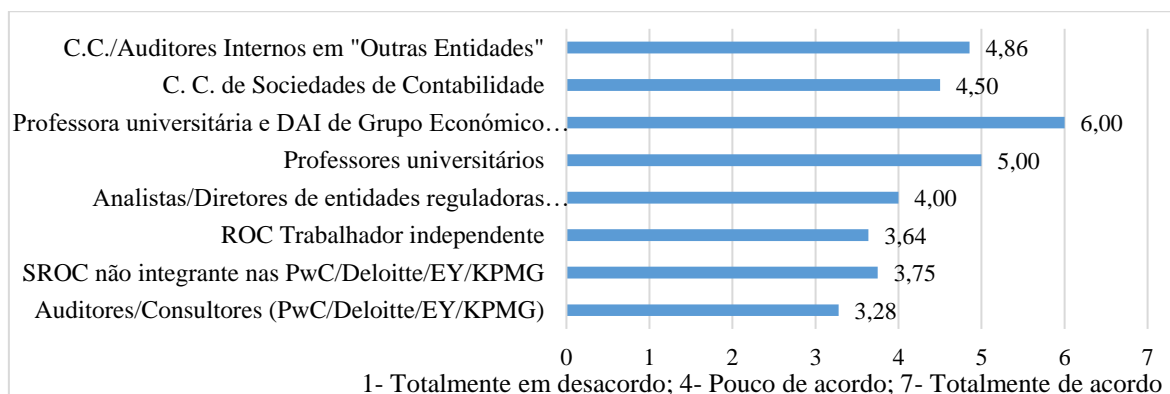
Assumindo um importante papel no mundo académico e científico, é de especial relevância referir os professores universitários, os quais consideraram níveis mais elevados que os restantes, situando-se em níveis 6 e 7 da escala (*Likert*).

Tendo em conta os resultados mencionados, podemos concluir que os gestores das organizações reconhecem os problemas inerentes ao descontentamento dos colaboradores, contudo, esta problemática não é entendida na globalidade dos gestores.

29. Podemos dizer que o mau ambiente/descontentamento dos colaboradores é um dos principais riscos para a não deteção de distorções materiais?

Tendo em conta que o mau ambiente organizacional/descontentamento pode resultar num problema para o auditor, tornar-se-á importante compreender qual o grau de relevância deste risco para a determinação da equação do Risco de Auditoria.

Gráfico 29 - Podemos dizer que o mau ambiente/descontentamento dos colaboradores é um dos principais riscos para a não deteção de distorções materiais.



Analisando os dados do gráfico nº 29, verificam-se divergências de ideias sobre o grau de risco do mau ambiente/descontentamento dos colaboradores.

São de realçar as respostas dos revisores, auditores e consultores das entidades de auditoria, que apresentaram médias mais baixas face aos restantes grupos de elementos. As respostas variam entre o nível 3 (pouco discordante) e o nível 4 (pouco concordante). Portanto, tomando por base estes elementos, podemos concluir que os auditores/revisores e consultores entendem que o mau ambiente organizacional é uma dificuldade, no entanto, não é um risco muito relevante para a não deteção de fraudes ou erros.

Tendo em conta as restantes respostas, designadamente de professores universitários, Contabilistas Certificados, administrativos, as médias indicam um maior grau de concordância, variando entre os níveis 5 e 6.

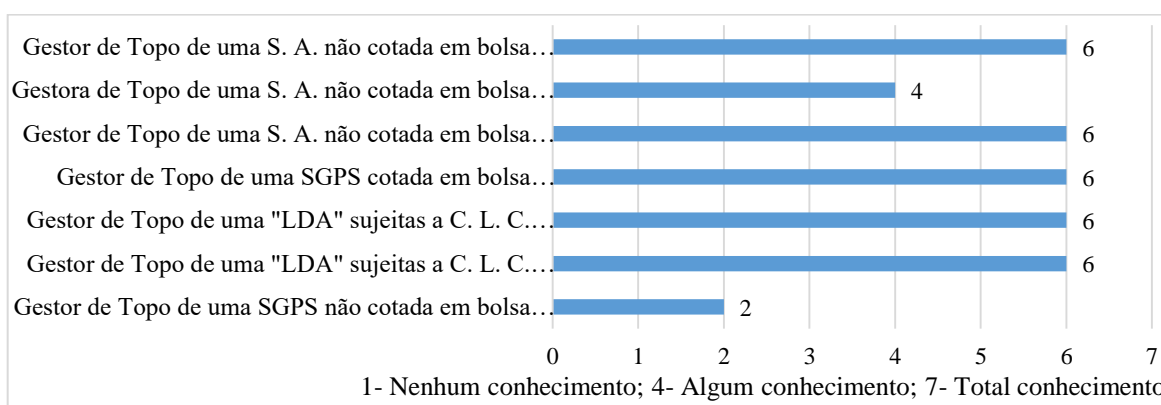
Um importante fator a referir é o facto de uma auditora interna (outras entidades) de um grande grupo económico português entender que o fator não é determinante para o trabalho do auditor, estando assim em desacordo (quadro 18 apêndice V).

30. Tem conhecimento que o mau ambiente/descontentamento dos colaboradores nas organizações dificulta o trabalho do auditor? (respostas dos gestores)

De entre vários imprevistos, o mau ambiente/descontentamento dos colaboradores é um fator impeditivo para a realização do trabalho de auditoria. Tendo em conta a importância deste

fator, é relevante compreender qual o entendimento desta problemática por parte dos gestores institucionais. Assim, o gráfico 30 apresenta respostas nesse sentido.

Gráfico 30 – Tem conhecimento de que o mau ambiente/descontentamento dos colaboradores nas empresas/organizações dificulta o trabalho do auditor?



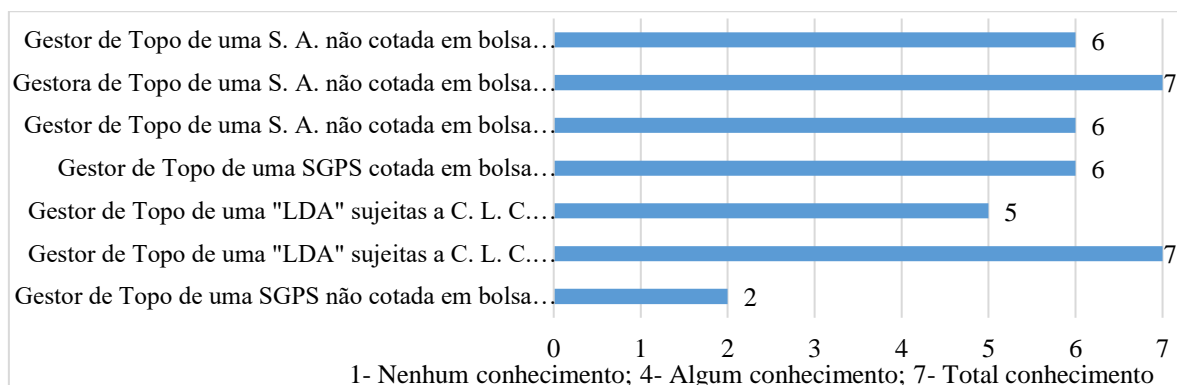
No âmbito geral, podemos concluir que os gestores de topo têm um elevado conhecimento sobre esta matéria, já que a maioria reconhece o nível 6 (tenho muito conhecimento). No entanto, foram também obtidas duas respostas em níveis mais baixos, uma da gestora de uma S.A. que reconhece algum conhecimento e outra de um gestor de uma SGPS não cotada em bolsa que reconhece muito pouco conhecimento sobre as dificuldades para o auditor perante um mau ambiente organizacional.

De acordo com os dados, verifica-se um conhecimento claro desta problemática pela maioria, contudo, conclui-se também que existe uma percentagem pequena menos conhecedora.

31. Tem conhecimento que o mau ambiente/descontentamento aumenta o risco de conluio entre colaboradores e entre colaboradores com entidades ou pessoas externas? (respostas dos gestores)

Tendo em conta a importância do risco de conluio, é de grande importância compreender qual o conhecimento dos gestores de topo sobre a relação ambiente organizacional com o risco de fraude. O gráfico 31 analisa o tema com respostas de gestores.

Gráfico 31 – Tem conhecimento de que o mau ambiente/descontentamento aumenta o risco de conluio entre colaboradores e entre colaboradores com entidades ou pessoas externas?



Os dados apresentados concluem que a generalidade dos gestores tem um entendimento elevado sobre esta problemática. As respostas, na sua maioria, foram obtidas com níveis iguais ou superiores a 5 (tem um bom conhecimento). Por outro lado, um gestor de topo de uma entidade SGPS não cotada em bolsa reconhece um baixo conhecimento (nível 2).

5.9 Síntese dos resultados

Após analisadas as perguntas referentes ao questionário, é o momento de fazer a síntese dos resultados. Sendo assim e atendendo aos quadros 7, 8, 9 e 10, que definem as hipóteses e a sua relação com as questões formuladas no questionário, foram definidos os seguintes pressupostos que irão permitir o desenho do quadro 12:

- Percentagem de contribuição – de acordo com o modelo de análise descrito no ponto 5.6, foi atribuída a cada hipótese uma percentagem igual a 25%.
- Percentagem por questão – equivale à percentagem individual de cada questão no total das questões de cada hipótese.
- Média das respostas na escala de *Likert* - das respostas obtidas foi calculada a percentagem média numa escala de 1 a 7 (ver definição de escalas no apêndice I) para cada campo de respostas a cada questão.
- Percentagem ponderada (b x c) – valor médio ponderado de cada resposta.
- Validação parcelar de hipótese – sendo as hipóteses individuais por “n” questões definidas esta será a validação individual parcelar das questões.

Quadro 12 - Valoração final das questões

Hipótese	(a) Porcentagem de contribuição	Questão	(b) Porcentagem por questão	(c) Média das respostas na escala de <i>Likert</i>	(d) Porcentagem ponderada (b x c)	(e) Validação parcelar (a x d)
H 1	25%	Questão 1	(1:12) 8,33%	86,69%	7,22%	1,81%
		Questão 2		71,55%	5,96%	1,49%
		Questão 3		81,12%	6,76%	1,69%
		Questão 4		70,08%	5,84%	1,46%
		Questão 5		92,50%	7,71%	1,93%
		Questão 6		65,34%	5,44%	1,36%
		Questão 7		60,52%	5,04%	1,26%
		Questão 8		79,59%	6,63%	1,66%
		Questão 9		77,55%	6,46%	1,62%
		Questão 10		79,59%	6,63%	1,66%
		Questão 11		81,63%	6,80%	1,70%
		Questão 12		92,86%	7,74%	1,93%
Total da percentagem ponderada da Hipótese 1					78,25%	19,56%
H 2	25%	Questão 13	(1:8) 12,50%	79,94%	9,99%	2,50%
		Questão 14		67,31%	8,41%	2,10%
		Questão 15		68,36%	8,55%	2,14%
		Questão 16		58,44%	7,31%	1,83%
		Questão 17		51,05%	6,38%	1,60%
		Questão 18		48,98%	6,12%	1,53%
		Questão 19		71,43%	8,93%	2,23%
		Questão 20		77,55%	9,69%	2,42%
Total da percentagem ponderada da Hipótese 2					65,38%	16,35%
H 3	25%	Questão 21	(1:3) 33,33%	82,79%	27,60%	6,90%
		Questão 22		67,85%	22,62%	5,65%
		Questão 23		62,30%	20,77%	5,19%
Total da percentagem ponderada da Hipótese 3					70,98%	17,74%
H 4	25%	Questão 24	(1:8) 12,50%	83,25%	10,41%	2,60%
		Questão 25		75,75%	9,47%	2,37%
		Questão 26		80,49%	10,06%	2,52%
		Questão 27		70,78%	8,85%	2,21%
		Questão 28		69,24%	8,66%	2,16%
		Questão 29		62,54%	7,82%	1,95%
		Questão 30		73,47%	9,18%	2,30%
		Questão 31		79,59%	9,95%	2,49%
Total da percentagem ponderada da Hipótese 4					74,39%	18,60%

Conclusão

Conclusão

Materialidade em auditoria tem sido um tema muito discutido em todo o mundo, que tem por base variáveis como o risco, o conhecimento da entidade e do negócio, o julgamento profissional e os destinatários da informação financeira (*stakeholders*).

Materialidade está diretamente ligada ao que é “materialmente relevante”, “informação material” e às garantias da auditoria que estão designadas no Relatório de Auditoria/CLC. Este deverá ser um documento facilmente perceptível. Assim, tendo por base este conjunto de variáveis, torna-se importante perceber o entendimento dos *stakeholders* sobre esta matéria.

A auditoria acrescenta valor às organizações, no entanto, este benefício não é entendido de forma igual pelos gestores, sendo o custo da auditoria um fator determinante. Tendo em conta esta problemática, entendeu-se ser importante perceber o conhecimento deste decisor (gestor de topo) e compreender quais os fatores que podem estar na base dos seus comportamentos.

O Risco de Deteção é o risco de uma distorção material não ser detetada pelo auditor. Neste contexto, o auditor deverá conhecer muito bem a entidade e o negócio para aferir o grau de Risco Inerente e de Controlo. As organizações são pessoas, responsabilidades, valores éticos, competências, cultura, entre outros e, faltando algum ou alguns destes valores, podemos estar perante um problema para o auditor. Considerando que o bom ambiente organizacional resulta numa vantagem para o auditor e o mau num problema, torna-se necessário perceber o entendimento dos auditores e dos gestores, quanto aos efeitos adversos que podem ocorrer.

A metodologia usada neste trabalho é mista, isto é, foram usados dois métodos: a quantitativa e a qualitativa.

Metodologia quantitativa – a leitura de autores que investigam metodologias foi fundamental para a escolha do caminho a seguir. Por conseguinte, de acordo com os autores estudados, entendeu-se que seria uma mais-valia enviar questionários a profissionais de auditoria, contabilidade, investigadores, representantes de entidades reguladoras e gestores de topo.

Metodologia qualitativa - neste trabalho, também são apresentadas duas entrevistas, que foram realizadas a um auditor experiente de uma empresa de consultoria/auditoria, pertencente ao grupo das *Big Four* (Apêndice VI) e a um gestor de topo de uma organização

internacional (Apêndice VII). As entrevistas representam um acréscimo de valor para este trabalho. O facto da quantidade das mesmas não representar uma amostra significativa optou-se por não relevar para objeto de análise das conclusões.

O modelo de análise foi valorado em 25% em cada hipótese. O quadro 13 apresenta as percentagens finais para cada hipótese, sendo estas resumidas da seguinte forma:

Quadro 13 - Modelo de análise e valoração das hipóteses

Valoração das hipóteses	H 1	H 2	H 3	H 4	Total
Percentagem de contribuição	25%	25%	25%	25%	100%
Validação parcelar de hipótese	19,56%	16,35%	17,74%	18,60%	72,25%

O modelo de análise foi, desta forma, validado em 72,25%. Como podemos verificar, entende-se que, no geral, as questões respondidas pelos Revisores Oficiais de Contas, auditores financeiros, auditores internos, consultores, professores universitários das áreas de auditoria e contabilidade, representantes de entidades reguladoras, Contabilistas Certificados e gestores de topo verificaram em 72% o modelo de análise criado neste estudo.

Seguindo o teor das hipóteses formuladas verifica-se:

H1 – Após a análise das respostas obtidas pelos inquiridos, conclui-se, claramente, que o conceito de materialidade é fundamental para a auditoria.

No que concerne ao conhecimento dos gestores sobre o conceito de materialidade e as garantias da auditoria, as respostas confirmaram-no positivamente. Assim, os auditores, revisores, consultores, professores universitários, responsáveis por entidades reguladoras e gestores de topo apresentaram respostas que confirmam a sua evidência.

No mesmo sentido e tendo por base os colaboradores da área financeira das organizações, os resultados confirmam que o conceito de materialidade e as garantias da auditoria são também conhecidas por este *stakeholder* – colaboradores da área financeira.

É de especial relevância referir que todos os grupos em estudo defendem que os gestores devem conhecer mais sobre o processo de auditoria, designadamente a relação da

materialidade com o Risco de Detecção e a fiabilidade das Demonstrações Financeiras. No mesmo sentido, todos os inquiridos defendem também ser fundamental o conhecimento dos gestores, relativamente à importância de uma opinião limpa para o mercado global.

H2 – Relativamente à segunda hipótese, concluiu-se que, no âmbito geral, os gestores consideram mais o custo em detrimento do benefício da auditoria. As suas respostas confirmaram alguma ponderação, entre as quais duas têm como ponto fundamental o seu benefício. Pode depreender-se que o maior nível de conhecimento dos gestores sobre as vantagens da auditoria pode ser fundamental para haver uma melhor qualidade da mesma.

O nível de materialidade está diretamente ligado à probabilidade de deteção. De acordo com as respostas obtidas, os gestores entendem esta relação. Contudo, é de realçar o facto dos Revisores Oficiais de Contas, tanto em entidades SROC como trabalhadores independentes, ponderarem mais esta evidência.

Os fatores inesperados são uma realidade presente nas organizações e isso implica dificuldades e mudanças no plano estratégico do auditor. De acordo com os resultados, conclui-se que os gestores estão, geralmente, pouco conscientes dessas dificuldades. Em relação ao entendimento dos gestores face aos custos acrescidos que podem resultar da mudança de planos, as respostas evidenciam-se desfavoravelmente.

H3 – Em relação à hipótese 3, confirma-se que o conhecimento da entidade e do negócio é um fator-chave para a deteção de distorções materiais.

No que concerne a uma maior rigidez na determinação do nível de materialidade (materialidade definida com critérios e taxas fixas para cada dimensão, setor e tipo de empresa), confirmou-se que os inquiridos defendem, na globalidade, essa ideia, no entanto, é mais ou menos expressiva entre vários grupos de elementos. De realçar, a divergência por parte dos revisores integrados em SROC que foram discordantes.

Em relação aos trabalhos desenvolvidos para a melhoria da auditoria, as médias obtidas concluem que as leis e normas são suficientes, porém, nenhum grupo de elementos considerou como totalmente suficientes.

H4 – Por último, a hipótese 4 considera que o bom ou mau ambiente organizacional tem influência no trabalho do auditor e as respostas foram conclusivas nesse sentido. Deste modo, tomando por base a materialidade como uma fonte de trabalho importante para o

auditor, pode-se concluir que o desalinhamento dos gestores e dos restantes colaboradores com os interesses organizacionais pode ser um fator determinante para a sua quantificação.

Relativamente ao conhecimento dos gestores sobre a problemática mau ambiente organizacional e os riscos de fraude que podem ocorrer, é uma evidência que foi relatada como mais expressiva pelos professores universitários e pelos gestores de topo.

Limitações do estudo

Após a conclusão do estudo, será importante compreender quais as limitações que condicionaram o trabalho. As respostas representam uma amostra pequena, uma vez que a conclusão do estudo tem por base 65 respostas. A realidade retratada é fundamentalmente portuguesa, não apresentando dados de fontes externas.

A diversidade de profissionais conhecedores de matérias de auditoria e gestores institucionais acrescentam valor a este estudo, no entanto, evidencia-se que a dimensão da amostra de cada grupo apresentam diferentes proporções. O presente estudo não estabelece qualquer diferenciação “de forças”, ou seja, cada grupo de inquiridos têm o mesmo valor percentual para efeitos conclusivos.

As entrevistas em apêndice ostentam informação qualitativa muito importante, no entanto, dado que foram realizadas apenas duas, optou-se por não as relevar em conclusões de estudo.

Pistas para investigação futura

Tendo em conta as limitações do estudo, importa definir projetos de trabalho futuros baseados nas citadas insuficiências.

Seria uma vantagem obter uma amostra maior para obter outras conclusões sobre esta matéria com outro peso e relevância. Tendo em conta as fontes de estudo, seria interessante obter respostas de profissionais que trabalham em entidades internacionais, tais como, por exemplo, IFAC, IASB, FASB e IAASB. A realização de entrevistas para este trabalho poderá ser uma mais-valia, pelo facto de se poder obter uma informação mais rica.

Seria interessante realizar um estudo similar em empresas de alguma dimensão como em empresas pertencentes ao PSI20, inquirir através de entrevistas e confirmar resultados através de uma análise de base de dados.

Tendo em conta as diferentes proporções de cada grupo de inquiridos (profissionais conhecedores de matérias de auditoria e gestores institucionais) seria uma mais-valia a realização de estudos, no sentido de perceber com que razoabilidade podemos confirmar estas diferenças (p. ex.: com que razoabilidade podemos confirmar que 18 auditores/analistas têm a mesma “força” de razão que 4 professores universitários ou 3 representantes de entidades reguladoras?). Assim, esta razoabilidade poderá concluir com mais precisão o presente estudo.

Finalmente e quanto a possíveis trabalhos futuros, deveriam ser desenvolvidos mais estudos no sentido de uma melhoria na regulamentação e supervisão da auditoria, contabilidade e mercados, tomando como referência as entidades reguladoras e supervisoras internacionais, nomeadamente as de carácter Nórdico que têm mecanismos de salvaguarda nestas áreas, definidos há já algum tempo.

Referências bibliográficas

- American Institute of Certified Public Accountants (AICPA). (1984). Statement on Auditing Standards No. 47: "Audit risk and Materiality" (AICPA).
- Anderson, G., & Arsenault, N. (1999). *Fundamentals of educational research*. London: Falmer Press Teachers Library.
- Arens, A. A., Elder, R. j., & Beasley, M. S. (2005). *Auditing and Assurance Services: An Integrated Approach*. New Jersey: Peason Prentice Hall.
- Bates, H. L., Ingram, R. W. Y. R. & Reckers, P. M. (1982). Auditor-client affiliation: the impact of materiality. *Journal of Accountancy*, 153(4), 75-103.
- Bernardi, R. A. & Arnold, D. F. (1994). The influence of client integrity and competence and auditor characteristics on materiality estimates. *Irish Accounting Review*, 1(1), 1-23.
- Bisquerra, R. (1989). *Métodos de investigacion educativa: Guia pratica*. Barcelona: Ediciones CEAC.
- Blokdijs, H., Driehuisen, F., Simunic, D. A. & Stein, M. T. (2003). Factors Affecting Auditors' Assessments of Planning Materiality. *Auditing: A Journal of practice & Theory*, 22(2), 297-307.
- Boynton, W. C., Johnson, R. N., & Kell, W. G. (2002). *Auditoria*. São Paulo: Editora Atlas.
- Boynton, W., & Johnson, R. (2006). *Boynton, Modern Auditing: Auditing and Assurance Services - An Integrated Approach* (8° ed.). New York.
- Carpenter, B. W., Dirsmith, M. W. & Gupta, P. P. (1994). Materiality judgments and audit firm culture: Social-behavioral and political perspectives. *Accounting, Organizations and Society*, 19(4/5), 355-380.
- Carr, W. & Kemmis, S. (1988). *Teoría crítica de la enseñanza*. Barcelona: Martinez Roca.
- Costa, C. B. (2010). *Auditoria Financeira - Teoria & Prática*. Lisboa: Editora Rei dos Livros.

- Costigan, M. L. & Simon, D. T. (1995). *Auditor materiality judgment and consistency modifications: further evidence from SFAS 96*. *Advances in Accounting*, 13.
- Coutinho, C. M. (2014). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática* (2ª ed.). Coimbra: Almedina.
- Creswell, J. (1994). *Research Design: Qualitative and Quantitative Approaches*. Thousand Oaks: SAGE Publications.
- Crotty, M. (1998). *The foundations of Social Research: meaning and perspective in the research process*. London: SAGE Publications.
- Cushing, B. E., Graham, L. E. Jr., Palmrose, Z., Roussey, R.S. & Solomon, I. (1995). Risk Orientation. In: *Auditing Practice, Research, and Education: A productive Collaboration*. Nova York: Bell, T.B. e Wright, A. M., AICPA.
- DeZoort, F. T., Hermanson, D. R. & Houston, R. W. (2008). Audit Committee Member Support for Proposed Audit Adjustments: Pre-SOX versus Post-SOX Judgments. *AUDITING: A Journal of Practice & Theory*, 27(1), 85-104.
doi:<http://dx.doi.org/10.2308/aud.2008.27.1.85>
- Elliott, R. (1981). Audit Materiality and Myth. Em *Scott Memorial Lectures in Accountancy* (Vol. 11, pp. 39-48).
- Emil, P. I., Ancuta, S. G., & Timea, F. M. (2010). *Qualitative Factors of Materiality - A Review of Empirical Research*. *Annales Universitatis apulensis Series Oeconomica*, 12 (1).
- Estes, R. & Reames, D. D. (1988). Effects of personal characteristics on materiality decisions: A multivariate analysis. *Accounting and Business Research*, 18(72), 291-296.
- Financial Accounting Standards Board (FASB). (1980). *Statement of Financial Accounting Concepts No. 2: "Qualitative Characteristics of Accounting Information"*.
- Frisnkoff, P. (1970). An empirical investigation of the concept of materiality in accounting. *Journal of Accounting Research*, 8 (Supplement), 116-129.
- Guba, E. (1990). *The paradigm dialog*. Newbury Park, CA: SAGE Publications.

- Hayes, R., Dassen, R., Schilder, A. & Wallage, P. (2004). *Principles of Auditing: An Introduction to International Standards on auditing* (2 ed.).
- Houghton, K., Jubb, C., Kend, M. & Ng, J. (2010). *The future of audit : keeping capital markets efficient*. Australia, Australia: ANU E Press.
doi:[http://solo.bodleian.ox.ac.uk/primos_library/libweb/action/display.do?tabs=detailsTab&ct=display&fn=search&doc=oxfaleph020690290&indx=1&recIds=oxfaleph020690290&recIdxs=0&elementId=0&renderMode=poppedOut&displayMode=full&frbrVersion=&frbg=&v1\(254947567UI0\)](http://solo.bodleian.ox.ac.uk/primos_library/libweb/action/display.do?tabs=detailsTab&ct=display&fn=search&doc=oxfaleph020690290&indx=1&recIds=oxfaleph020690290&recIdxs=0&elementId=0&renderMode=poppedOut&displayMode=full&frbrVersion=&frbg=&v1(254947567UI0))
- International Accounting Standards Board (IASB). (2001). Estrutura Conceptual. Manual do Revisor Oficial de Contas. *Versão 40*.
- International Federation of Accountants (IFAC). (2002). Objective and Principles Governing an Audit of Financial Statements. *Exposure Draft (ED), Audit Risk - Proposed International Standards on Auditing and Proposed Amendment to ISA 200*.
- International Federation of Accountants (IFAC). (2009). ISA 200 Clarificada. *Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução de uma Auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria*.
- International Federation of Accountants (IFAC). (2009). ISA 315 Clarificada – Identificar e Avaliar os Riscos de Distorção Material por meio da Compreensão da Entidade e do seu Ambiente.
- International Federation of Accountants (IFAC). (2009). ISA 320 Clarificada – Materialidade no Planeamento e Execução de uma Auditoria. .
- International Federation of Accountants (IFAC). (2009). ISA 500 - Prova de Auditoria.
- International Federation of Accountants (IFAC). (2009). ISA 550 - Partes Relacionadas.
- International Federation of Accountants. (2009). ISA 330 - As Respostas do Auditor a Riscos Avaliados.
- Iselin, E. R. & Iskandar, T. M. (2000). Auditors' recognition and disclosure materiality thresholds: Their magnitude and the effects of industry. *British Accounting Review*, 32(3), 289-309.

- Iskandar, T. M., & Iselin, E. R. (1999). A Review of Materiality Research. *Accounting Forum*, 23(3), 209-239.
- Jones, T. (1991). Ethical Decision Making by Individuals in Organizations: An Issue Contingent Model. *Academy of Management Review*, 16, 366-395.
- Krogstad, J. L., Ettenson, R.T. & Shanteau, J. (1984). Context and experience in auditors' materiality judgments. *A Journal of Practice & Theory* 4(1), 54-73.
- Latorre, A., Rincón, D. & Arnal, J. (1996). *Bases metodológicas de la investigación educativa*. Barcelona: Hurtado Ediciones.
- Manita, R., Lahbari, H. & Eloummal, N. (2011). The impact of qualitative factors on ethical judgments of materiality: an experimental study with auditors. *Internacional Journal of Business*, 16, 232-243.
- Mertens, D. M. (1998). *Research Methods in Education and Psychology: Integrating Diversity with Quantitative and Qualitative Approaches*. Sage Publications, Inc.
- Messier, W. & Austen, L. (2000b). Inherent Risk and Control Risk Assessments: Pervasive and Specific Risk Factors Share the Floor. *Journal of Accountancy*, 104.
- Messier, W. F. (1983). The effect of an experience and firm type on materiality/Disclosure judgments. *Journal of Accounting Research* 14(2), 611-618.
- Messier, W. F., Bennie, N. M. & Eilifsen, A. (2005). A Review and Integration of Empirical Research on Materiality: Two decades Later. *Auditing: A Journal of practice & Theory*, 24(2), 157-187.
- Miles, M. & Huberman, A. M. (1994). *Qualitative Data Analysis: An Expanded Sourcebook* (2^a ed.). Thousand Oaks: Sage Publications.
- Montoya del Corte, J. (2008). *La vertiente cualitativa de la materialidad em auditoria*. Universidade de Cantabria: santander.
- Montoya, J. C. D., Martinez, F.J.G. & Fernandez, A. L. (2008). La Utilizacion efectiva de los factores cualitativos da materialidad: un análisis empírico para los auditores de cuentas ejercientes en Españã. *Revista de Contabilidad: Spanish Accounting Review* 11, 101-128. Obtido de www.rc-sar.es/verPdf.php?articleId=176

- Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC). (1999). Directriz de Revisão/Auditoria 320 - Materialidade de Revisão/Auditoria.
- Pacheco, J. A. (1993). *O pensamento e ação do professor em formação (Tese de doutoramento)*. Braga: Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho.
- Patterson, E. R. & Smith, R. (2003). Materiality Uncertainty and Earnings Misstatement. Em *The Accounting Review*, 78(3) (pp. 819-846).
- Pereira, N. J. (2014). *A avaliação da materialidade em auditoria – Problemática do Julgamento Profissional*. Aveiro: Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro.
- Pincus, K. V. & Bernardi, A. R. (1996). The Relationship Between Materiality Thresholds and Judgments of Fraud Risk. *Managerial Finance*, 22(9), 1-15.
- Rittenberg, L., Schwieger, B., & Johnstone, K. (2008). *Auditing - A Business Risk Approach* (6ª ed.). Manson (OH), Thomson South- Western.
- Sánchez, S. A. (2001). *Un estudio empírico de la materialidad através de la opinión del auditor*. IV Jornada de Trabajo sobre Auditoria.
- Shaw, I. F. (1999). *Qualitative evaluation*. London: SAGE Publications.
- Sierra, M. G., & Santa Maria, M. P. (2002). La Formation del juicio profesional : las diferencias individuales del Auditor. *Revista de Contabilidad: Spanish Accounting Review*, 5(10), 179-203.
- Silverman, D. (2000). *Doing qualitative research: A practical handbook*. London. Sage Publications. . London: Sage Publications.
- Taborda, D. M. (2006). *Auditoria - Revisão Legal de Contas e outras funções do Revisor Oficial de Contas*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Teddlie, C., & Tashakkori, A. (2009). *Foundations of mixed methods research: Integrating quantitative and qualitative approaches in the social and behavioral sciences*. Thousand Oaks, California: SAGE Publications, Inc.

- Usher, R. (1996). A critique to the neglected epistemological assumptions of educational research. In D. Scott, & R. Usher (Eds.). Em *Understanding educational research*. London: Routledge.
- Ward, B. H. (1976). An investigation of the materiality construct in auditing. *Journal of Accounting Research*, 14(1), 138-152.
- Wiersma, W. (1995). *Research methods in Education: An introduction* (6^a ed.). Boston: Allyn and Bacon.
- Yin, R. (2001). *Estudo de caso – planejamento e métodos*. (2^a ed.). Porto Alegre: SAGE.
- Yin, R. (2003). *Case study research: Design and methods* (3^a ed.). London: Sage Publications.

Anexo I – Fatores quantitativos (Hayes, Dassen, Schilder e Wallage, 2004)

Quadro 14 - Fatores quantitativos segundo Hayes, Dassen, Schilder e Wallage (2004)

Indicadores de Referência	Percentagem a Aplicar
Resultado Antes de Impostos	5%-10%
Volume de Negócios	0,5%-2%
Total do Ativo	0,5%-2%
Total do Ativo Corrente	5%-10%
Total do Passivo Corrente	5%-10%
Total do Capital Próprio	1%-5%

Fonte: Adaptado de Hayes, Dassen, Schilder e Wallage (2004)

Anexo II - Fatores qualitativos segundo Arens et al. (2005)

Quadro 15 - Fatores qualitativos segundo Arens et al. (2005)

Indicadores de Referência	Percentagem a aplicar
Resultado Operacional	5%-10%
Total do Ativo Corrente	5%-10%
Total do Ativo	3%-6%
Total do Passivo Corrente	5%-10%

Fonte: Adaptado de Arens et al. (2005)

Anexo III - Fatores qualitativos segundo Boynton e Johnson (2006)

Quadro 16 - Fatores qualitativos segundo Boynton e Johnson (2006)

Indicadores de Referência	Percentagem a aplicar
Resultado Antes de Impostos	5%-10%
Total do Ativo	0,5-1%
Total Capital Próprio	1%
Total das vendas e Prestações de Serviços	0,5%-1%
O valor mais alto entre o Total do Ativo e o Total das Vendas e Prestações de Serviços	Percentagem Variável

Fonte: Adaptado de Boynton e Johnson (2006)

Anexo IV - Fatores quantitativos de acordo com a OROC

Quadro 17 - Fatores quantitativos de acordo com a OROC

Indicador	Percentagem a Aplicar
Resultado líquido antes dos impostos	5%-10%
Total das vendas e das Prestações de serviços	0,5-2%
Total do ativo ou do balanço	1%-2%
Total do ativo corrente	5%-10%
Total do passivo corrente	5%-10%
Total do capital Próprio	1%-5%

Fonte: Adaptado de Costa, p.210 (2010)

Apêndice I - Legendas das escalas dos questionários

Legendas das escalas dos questionários enviados aos Revisores Oficiais de Contas, auditores, consultores, representantes de entidades reguladoras da auditoria, contabilidade e mercados, professores universitários, investigadores, contabilistas certificados e gestores de topo.

Escala da generalidade das questões dirigidas aos profissionais de auditoria e contabilidade

- 1- Totalmente em desacordo
- 2- Discordo
- 3- Discordo pouco
- 4- Pouco de acordo (concordo mas ainda existem muitos casos/gestores não compreendidos para a questão)
- 5- Concordo (concordo, mas não na generalidade dos casos/gestores)
- 6- Muito de acordo
- 7- Totalmente de acordo.

Escala da questão 1

- 1- Não relevante
- 2- Muito pouco relevante
- 3- Pouco relevante
- 4- Relevante
- 5- Bastante relevante
- 6- Muito relevante
- 7- Fundamental no processo de auditoria

Escala da questão 23

- 1- Totalmente insuficientes
- 2- Muito insuficientes
- 3- Insuficientes
- 4- Suficientes
- 5- Bastante suficientes
- 6- Muito suficientes
- 7- Totalmente suficientes

Escala das questões 21 e 27

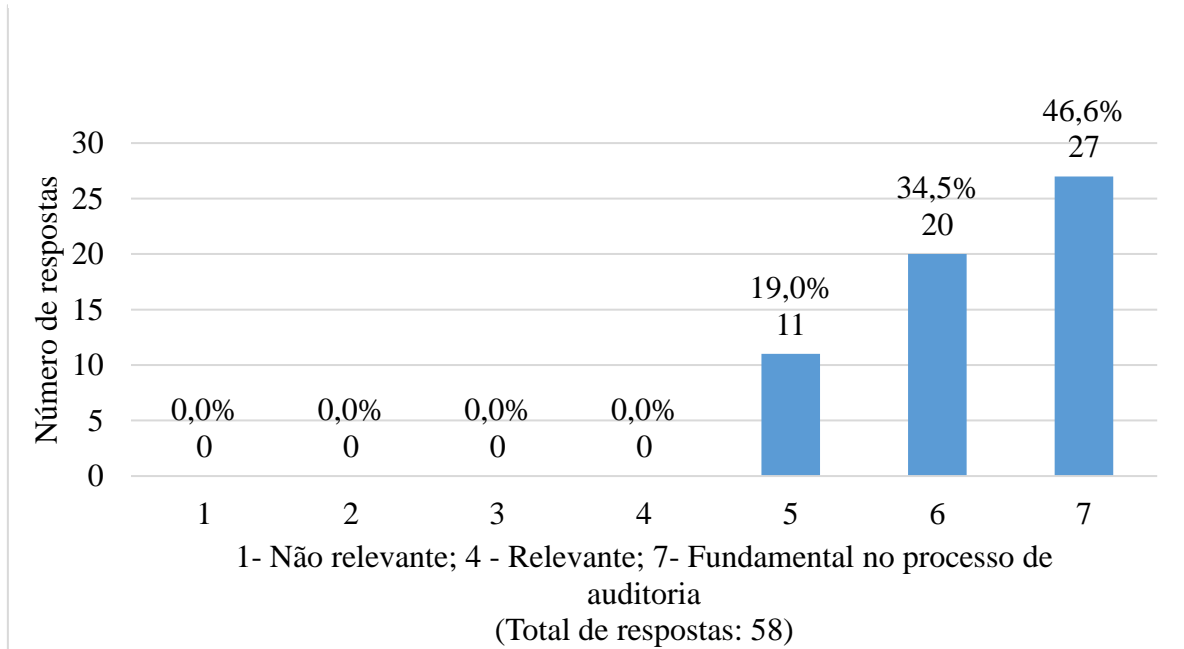
- 1- Nenhum risco associado
- 2- Muito pouco risco associado
- 3- Pouco risco associado
- 4- Algum risco associado
- 5- Bastante risco associado
- 6- Muito/elevado risco associado
- 7- Totalmente relacionado

Escala da generalidade das questões dirigidas aos gestores de topo

- 1- Não tenho conhecimento
- 2- Tenho muito pouco conhecimento
- 3- Tenho pouco conhecimento
- 4- Tenho algum conhecimento
- 5- Tenho um bom conhecimento
- 6- Tenho muito conhecimento
- 7- Tenho total conhecimento

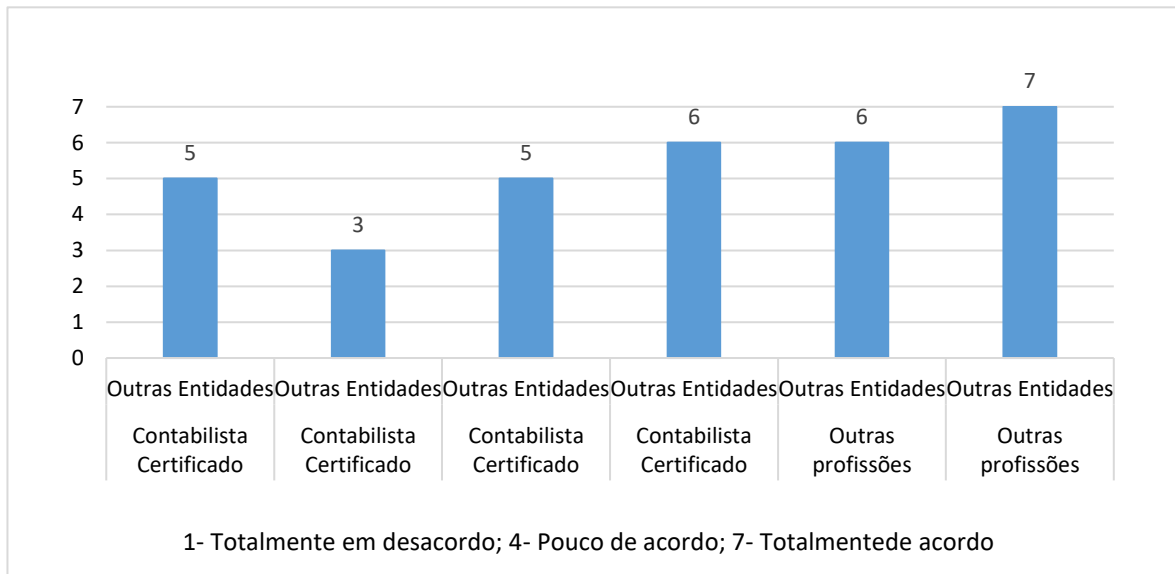
Apêndice II – Gráfico geral – O grau de importância da materialidade em auditoria

Gráfico 32 - Qual o grau de importância da materialidade em auditoria



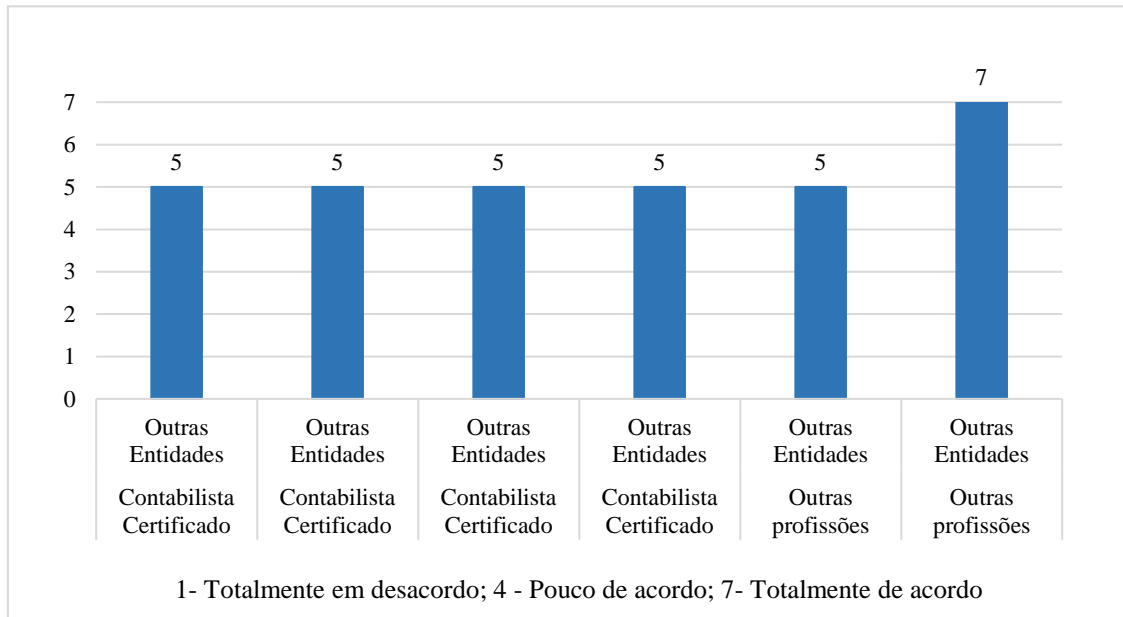
Apêndice III – Gráfico - Os colaboradores da área financeira entendem que a auditoria é realizada tendo em conta um nível de materialidade (6 exemplos de colaboradores)

Gráfico 33 – Os colaboradores da área financeira entendem que a auditoria financeira é realizada tendo em conta um nível de materialidade (6 colaboradores)



Apêndice IV – Gráfico – A auditoria garante um grau razoável de confiança e não uma garantia absoluta. Os colaboradores da área financeira reconhecem esta garantia (6 exemplos de colaboradores)

Gráfico 34 - A auditoria garante um grau razoável de confiança e não uma garantia absoluta. Os colaboradores reconhecem esta garantia? (6 colaboradores)



Apêndice V – Quadro da resposta da auditora interna à questão 31

Quadro 18 - Resposta de uma auditora interna à questão 31

Atividade profissional.	Onde exerce funções?	Podemos dizer que o mau ambiente/descontentamento dos colaboradores é um dos principais riscos para a não detecção de distorções materialmente relevantes?
Auditora Interna	Outras Entidades	2

Apêndice VI – Resumo da entrevista a um auditor experiente de uma entidade de consultoria/auditoria, pertencente ao grupo das *Big Four*

Questões relacionadas com a hipótese 1 – O conceito de materialidade é fundamental para a auditoria

O auditor entrevistado, em primeiro lugar, definiu que “A profissão de auditoria é uma profissão muito regulada”.

A materialidade em auditoria é uma matéria importante e está prevista nas normas internacionais de auditoria. Assim, atendendo às normas evidencia-se que existe uma elevada relação entre a materialidade e o trabalho de auditoria. Nesse sentido, o auditor entrevistado defende “...Se o nosso objetivo é dizer se aquelas Demonstrações Financeiras, estão ou não isentas numa perspetiva de Materialidade, vai ser uma variável que vai definir todo o trabalho de auditoria, portanto, o jogo, se quisermos definir como jogo de auditoria, vai ter muitas variáveis, mas a materialidade é uma das variáveis mais relevantes, portanto, é muito relevante esta variável”.

Pode ocorrer que, em certos casos, o nível de materialidade possa ser mal definido, Desta maneira, para o auditor de uma das *Big Four*, perante essa possibilidade (materialidade definida num valor acima do que deveria ter sido definido), o auditor será obrigado a rever os seus trabalhos para que a opinião seja expressa de acordo com o nível de materialidade bem definido. No mesmo sentido, fez referência também às normas que identificam circunstâncias que obrigam o auditor a rever a materialidade durante os trabalhos.

No que concerne ao conhecimento do *stakeholder* gestores de topo, é defendido pelo entrevistado que, relativamente ao conceito de materialidade, depende do gestor, na sua experiência com os auditores, formação e organização que representa. Em particular nas entidades cotadas, os gestores de topo têm a perfeita consciência de que a auditoria é realizada de acordo com um patamar de materialidade.

Em relação às garantias da auditoria, refere que estas estão definidas no contrato e no relatório de auditoria/Certificação Legal de Contas, e assim, estas serão conhecidas pelos gestores de topo das organizações. No mesmo sentido, o auditor entrevistado ressalva que

todos os pressupostos do contrato e do Relatório de Auditoria/Certificação Legal de Contas estão definidos nas normas internacionais de auditoria, tendo como objetivo diminuir as “GAP” de expectativas (“*audit expectation gap*”).

Sobre a opinião sem reservas (opinião limpa), o entrevistado defende tratar-se de um conceito que é conhecido pelos gestores experientes e bem formados, contudo, ressaltou que, em relação a algumas reservas, existem casos em que as correções ou ajustamentos não são efetuados por opção dos gestores.

Quanto ao que os gestores devam entender como o processo de auditoria é realizado, nomeadamente a Materialidade, a sua relação com o Risco de Detecção e a fiabilidade das Demonstrações Financeiras, o entrevistado entende que, apesar de achar tratar-se de uma informação financeira importante, considera que um conhecimento global é suficiente.

As expectativas da gestão face à auditoria é o cumprimento do contrato e que o auditor contribua de modo positivo para a preparação das demonstrações financeiras isentas de distorções materiais. Nesse contexto e reforçando a ideia, o auditor entrevistado refere também que os pressupostos do contrato de auditoria estão regulados na ISA 210 e que o mesmo contrato é assinado pela gestão.

Em relação aos colaboradores da área financeira, o auditor entrevistado refere que estes contribuem para a preparação das demonstrações financeiras, têm a percepção que o seu trabalho tem uma consequência no Relatório de Contas e estão presentes no dia a dia quando o auditor realiza o seu trabalho. Assim, na sua opinião, entende que geralmente os colaboradores da área financeira têm interesse em ler o relatório de auditoria, entendem o significado de materialidade e das garantias da auditoria.

Questões relacionadas com a hipótese 2 – Numa análise custo/benefício direcionada para a auditoria, os gestores geralmente consideram o custo como fator principal

Em relação custo/benefício e, tendo em conta o fator condicionante no contrato de auditoria, o auditor entrevistado reconhece dificuldades em saber qual o principal fator considerado pelos gestores, contudo, refere que o custo é uma variável muito importante.

Em relação ao benefício da auditoria, considerando que o benefício é adicionar credibilidade às demonstrações financeiras, na opinião deste auditor, este acréscimo de valor, é reconhecido pela generalidade dos gestores.

Um nível de materialidade baixo pode resultar numa maior probabilidade de deteção de distorções. Ora, esta questão torna-se relevante quando compreendida pelos gestores. O auditor entrevistado refere que não tem qualquer perceção sobre o que os gestores conhecem sobre esta relação, no entanto, entende que esta é uma matéria de julgamento profissional e que o auditor tem a responsabilidade de determinar o nível de materialidade adequado, tendo em conta os riscos e, portanto, não sendo necessário a baixar.

No decurso da auditoria podem ocorrer fatores inesperados e a gestão deverá reconhecer a existência de trabalho adicional. Na opinião do entrevistado, é um facto conhecido pelos gestores, sendo que, esta condicionante está prevista no contrato.

Questões relacionadas com a hipótese 3 – O Risco de Deteção associado à materialidade, surge, geralmente, por um insuficiente planeamento de auditoria

Na opinião do entrevistado, a importância do conhecimento da entidade e do negócio é elevada. As normas internacionais de auditoria obrigam o auditor a ter um conhecimento da entidade e do negócio e estabelecer os riscos que estão associados ao Risco Inerente e Risco de Controlo.

Pressupondo uma materialidade determinada de uma forma mais rígida e menos julgada, na opinião deste auditor, é a de discordância, pois considera que não é razoável pensar na auditoria como algo que não envolva julgamento profissional. No mesmo sentido, entende que na sua opinião não é possível definir critérios e taxas por dimensão, por setor e por tipo de empresa que cubram todas as situações e todos os exemplos.

Relativamente aos trabalhos de regulamentação, entende que as regras são boas e que os objetivos foram alcançados, no entanto, pensa que nunca irão ser suficientes para eliminar todos os comportamentos indesejados pelos seres humanos permeáveis a erros.

Por outro lado, referiu ainda que, a seu ver, as ISA e as IFRS são uma área bastante complexa e que quem legisla deverá ter em atenção para que estas não sejam demasiadamente complexas e difíceis de interpretar.

Relativamente à opinião do auditor entrevistado sobre as fraudes ocorridas nas últimas décadas, este compreende que não é o facto de haver uma maior ou menor regulamentação que as fraudes não ocorrerão.

Atendendo às normas de auditoria, o entrevistado refere que a fraude está especificada nos normativos. Assim, o trabalho do auditor pressupõe a fraude como uma variável.

O auditor entrevistado entende que mais do que legislar e prever todas as situações, promover os valores éticos é fundamental para criar profissionais com valores de civismo. Educando as pessoas numa perspetiva de civismo, todas as pessoas são responsáveis por transmitir entre elas boas práticas e bons valores éticos.

Questões relacionadas com a hipótese 4 – O bom ambiente de trabalho facilita o processo de auditoria

O ambiente organizacional, tendo em conta a hipótese definida, condiciona o trabalho do auditor.

Considerando um cenário de mau ambiente, para o auditor entrevistado, esta é uma situação que nunca enfrentou.

Na sua opinião, a auditoria é vista como algo positivo e entende que normalmente os funcionários e gestores preferem colaborar. No entanto, caso exista um mau ambiente por parte colaboradores e a informação necessária não seja obtida, deverá haver comunicação à administração da sua dificuldade na obtenção de evidências.

Tendo em conta que o mau ambiente pode ter consequências na definição da materialidade, na perspetiva do auditor de uma das *Big Four*, o mau ambiente pode ser um fator que influencie negativamente o Sistema de Controlo Interno, mas não é uma variável que influencie a não deteção de erros e fraudes por parte do auditor. Nesse contexto, o auditor

deverá ser capaz de compreender as deficiências do Controlo Interno e ajustar a sua estratégia.

Na sua opinião, o mau ambiente/descontentamento pode ser uma consequência dos valores organizacionais, tais como o compromisso com a competência, responsabilidades, políticas, práticas e valores éticos.

Apêndice VII – Resumo da entrevista a um gestor de topo de um grupo internacional

Questões relacionadas com a hipótese 1 – O conceito de materialidade é fundamental para a auditoria

Tomando em consideração o conhecimento dos gestores sobre o que entendem por “materialmente relevante” ou “informação material”, concluiu-se que, para este gestor, é uma expressão central tanto para a auditoria como para a sua responsabilidade como administrador da organização.

Para este gestor, toda a estrutura processual do negócio, da forma como as diferentes interações e transações que ocorrem dentro da empresa e da empresa com os seus *stakeholders*, tem como o seu pressuposto ser credível.

Considera que a organização que representa tem de ter presente a confiança, sendo que esta tem de ter presente três grandes pilares:

- a clareza de intenções;
- a reputação e;
- a competência.

Atentamente, quanto à compreensão sobre o conceito de materialidade na auditoria nas organizações, o gestor entrevistado reconhece um total conhecimento sobre esta matéria.

Relativamente à expressão “grau razoável de confiança” transmitida no relatório de auditoria, reconhece que assim como outros tipos de auditoria realizadas na organização que representa têm sempre por base amostragens. Assim, compreendendo as garantias da auditoria, entende que a confiança das Demonstrações Financeiras tem por base o pressuposto de que o auditor tem de ser capaz de avaliar os três grandes pilares definidos.

Para o gestor institucional entrevistado, a auditoria precisa de método de execução, de recolha e reclassificação. Precisa de método, porque o método oferece segurança. E precisa de detalhe, porque, quanto maior o detalhe, maior capacidade em reduzir o nível de incerteza.

A opinião sem reservas (opinião limpa) transmite maior fiabilidade das demonstrações financeiras e, como é sabido, é também importante que esta opinião seja entendida pelos gestores. Para este gestor, a resposta foi positiva nesse sentido, já que o mesmo considerou

que as opiniões devem ser sempre emitidas sem reservas, porque as reservas colocam em causa a dimensão da intenção. No mesmo sentido, referiu também de que espera que o auditor tenha a capacidade de transmitir com total clareza as suas opiniões.

Relativamente à importância de um maior conhecimento por parte da generalidade dos gestores sobre o processo de auditoria, nomeadamente a materialidade e a sua relação com o risco, o gestor entrevistado entende que, mais do que o conhecimento, será mais importante perceber o que os gestores fazem com os resultados das auditorias e as evidências que lhes são transmitidas. Desta feita, defende que “é importante olhar para os relatórios e perceber, não só aquilo que precisa de ser corrigido, sendo que isso é imediato, é óbvio, mas olhar para os sistemas de uma forma transversal no sentido de perceber as melhorias para a organização”.

Existem expectativas dos vários *stakeholders* relativamente ao trabalho do auditor, as ISA determinam de que elas devem ser minimizadas e que o contrato de auditoria assinado entre a gestão e a entidade de auditoria esclarece algumas, no entanto, existem outras que não estão referidas no contrato. Neste contexto, tomando a gestão como um importante decisor, questionou-se o mesmo gestor sobre a “*audit expectation gap*” que reconheceu toda esta relação, referindo que a sua expectativa é determinada tendo em conta três pontos:

- a conformidade legal que é incontornável, tem a expectativa de que a revisão seja capaz de encontrar evidências de que de facto a organização é *complaints* do ponto de vista legal;
- a expectativa clara de que a relação, a parceria e o trabalho técnico contribuem para que a organização conheça melhor os seus processos e que haja uma contribuição efetiva para a melhoria da qualidade processual da empresa;
- a expectativa de que o auditor tenha capacidade de desafio e da experiência que tem em trazer boas práticas que encontrem noutras organizações. Contribuir com processos mais adequados para a prevenção de certos comportamentos indesejados. “Um contributo que é fruto da experiência, fruto do *Know-how* que o auditor tem”.

Questões relacionadas com a hipótese 2 – Numa análise custo/benefício direcionada para a auditoria, os gestores geralmente consideram o custo como fator principal

Este ponto pressupõe que a generalidade dos gestores considere o custo da auditoria como fator principal.

Para o gestor institucional entrevistado, isso não é uma verdade, dado que a conformidade não basta e o fator credibilidade é o fator fundamental. Neste sentido, mais uma vez, referiu a importância dos três pilares fundamentais da organização que representa.

Não é descabido de que o fator custo tem a sua relevância, no entanto, é ponderada a sua credibilidade, confiança e reputação da entidade de auditoria e na qualidade de trabalho.

O nível de materialidade é um importante mapa de trabalho para o auditor e o seu nível mais baixo pode resultar numa maior probabilidade de deteção de fraudes ou erros. Nesse sentido, pode ser uma mais-valia para as organizações, melhorando os seus processos de Controlo Interno e, conseqüentemente, o seu desempenho. Ora, tendo em conta esta relação, será importante também perceber o entendimento por parte dos gestores.

Assim, de acordo com o gestor institucional, este considera que é uma evidência clara e entende toda esta relação da materialidade, os riscos e a probabilidade de deteção de fraudes e erros materialmente relevantes.

Tendo por base o benefício da auditoria, o administrador entrevistado, reforçando a ideia anteriormente dita, defende que o benefício existe quando há a capacidade de melhorar os processos e a sua dimensão processual.

Questões relacionadas com a hipótese 4 – O bom ambiente de trabalho facilita o processo de auditoria

A hipótese 4 tem por base uma premissa de que o bom ambiente de trabalho facilita o processo de auditoria.

A gestão de pessoas torna-se um problema para a organização e para a auditoria quando o mau ambiente dos colaboradores é uma realidade. Deste modo, para este gestor entrevistado, isto é um facto conhecido e que é um fator inesperado, portanto, um trabalho adicional para o auditor.

No mesmo sentido e tendo em conta que o mau ambiente/descontentamento pode resultar numa maior probabilidade de fraude, o seu entendimento é o da concordância. Na mesma conceção, defende que a motivação e o alinhamento com o propósito da organização é determinante. Posto isto, este administrador entende que, se o nível de compromisso com o propósito da organização e o nível de motivação for alto, a probabilidade de fraude e conluio é baixa.

O mau ambiente/descontentamento, como podemos verificar, é um fator inesperado para o auditor. Numa situação destas, o auditor poderá ser obrigado a redefinir o planeamento e o

seu nível de materialidade. Esta problemática torna-se pertinente relativamente ao entendimento dos gestores sobre o aumento dos honorários do auditor numa situação inesperada como esta. Nesse sentido, o gestor entrevistado reconhece que, dentro da sua organização, o mau ambiente/descontentamento não é uma realidade, no entanto, compreende que, numa situação como esta, o auditor poderá não ter acesso à informação e, desta forma, compreende também que este tenha um trabalho acrescido.